7 893614 010014

SEGUNDA-FEIRA
14 de abril de 2025
Ano 52, Nº 17.007
www.jornaldebrasilia.com.br
Assinaturas: 0800-612221

R$ 1

Jornal de Brasília



APÓS FORTES DORES

Bolsonaro passa por longa cirurgia

Foram mais de nove horas de procedimento para a reconstrução da parede abdominal, ainda reflexo da facada sofrida em 2018. Ex-presidente foi operado em hospital de Brasília. ›27

DIVULGAÇÃO/VIAÇÃO PIONEIRA



Protagonista do transporte urbano do Distrito Federal



Viação Pioneira conta com frota de mais de 700 veículos e tem como uma de suas bases o acolhimento, o que torna a empresa um ambiente com cara de familiar ›9

Muitas vagas e pouca procura

Redes de supermercados do país apelam por parceria com Exército para suprir carência de empregados ›31

ADRIANO FONTES/FLAMENGO



Arrascaeta faz dois e ameniza pressão

Após derrota na Libertadores, Fla volta a vencer e assume a ponta ›32

Uma história de resistência

Seja pelo grafite, poesia, rima ou dança, a cultura local mostra a sua importância ›34



TRAGÉDIA

Jovem morre em acidente

Familiares e amigos se despedem de Gabriel Gastal, morto ao bater carro. Na EPTG mais 2 vítimas perderam a vida

CAMILA COIMBRA
camila.coimbra@grupojbr.com



REDES SOCIAIS

Gabriel bateu o carro em uma árvore na sexta-feira. Ele ficou preso às ferragens e não resistiu aos ferimentos.

Gabriel Gastal Vasconcellos, um jovem de 18 anos, morreu na noite da última sexta-feira após colidir com uma árvore na SMDB do Lago Sul. O acidente envolveu um BMW M2 Coupé, dirigido por Gabriel, que ficou preso às ferragens e não resistiu aos ferimentos. Junto a ele, um passageiro, um amigo de 17 anos que também era estudante do Instituto de Direito Público (IDP), resistiu ao acidente mas sofreu uma fratura na clavícula e passou por cirurgia no final de semana, de acordo com informações dos familiares, o jovem de 17 anos tem previsão de alta para os próximos dias.

De acordo com a Polícia Militar do DF (PMDF), uma equipe do Batalhão de Polícia Militar Ambiental (BPMA) estava passando pelo local quando avistou o veículo desviado da pista.

Gabriel era filho da jornalista e escritora Paloma Gastal e do advogado José Carlos Vasconcellos. O casal, que estava em Roma para um casamento, retornou imediatamente a Brasília após a tragédia.

O velório foi realizado de forma reservada para familiares e amigos próximos na Capela 1 do Cemitério Campo da Esperança, nesse domingo, seguido de cremação no mesmo local. A missa de sétimo dia será realizada na Arquidiocese Nossa Senhora de Fátima (QI 17), conforme desejo da mãe do jovem, que convidou todos os amigos para prestarem as últimas homenagens. Enquanto a família se despede, amigos transformaram o local do acidente em um santuário em memória de Gabriel.

Nota do IDP

O Instituto de Direito Público (IDP) emitiu uma nota lamentando o ocorrido. "O IDP lamenta profundamente o falecimento do estudante do curso de Direito, Gabriel Gastal Vasconcellos, de 18 anos. Neste momento de dor e consternação, nos solidarizamos com os familiares, colegas e amigos, destacando a trajetória acadêmica de Gabriel e expressando sinceras condolências pela perda irreparável."

Mortes na EPTG

Em menos de 24h, dois acidentes fatais na Estrada Parque Taguatinga (EPTG) chocaram o DF, nesse final de semana. O primeiro vitimou um subtenente do Corpo de Bombeiros, enquanto o segundo deixou um motociclista morto.

Um acidente na EPTG resultou na morte do subtenente do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal (CBMDF), Jefferson Rodrigues André de Melo, de 51 anos, na tarde de sábado. De acordo com o CBMDF, as equipes de socorro encontraram uma motocicleta Kawasaki, verde, e um veículo Nissan Sentra, branco. O bombeiro, que pilotava a moto, estava sem sinais vitais. Os ocupantes do carro não sofreram ferimentos e não precisaram ser levados ao hospital.

Na madrugada do domingo, outro acidente fatal aconteceu na EPTG, desta vez próximo à entrada de Vicente Pires, sentido Taguatinga. No local o Corpo de Bombeiros encontrou uma motocicleta Honda/Bros sobre o meio-fio. O condutor de 46 anos, estava caído no canteiro da via, sem vida e com lesões graves.

DESAFIO

Morte após inalar gás de spray

Sarah R. P. de Castro, de apenas oito anos, faleceu nesse domingo no Hospital Regional de Ceilândia (HRC) após inalar desodorante aerossol em um desafio viral nas redes sociais. O caso está sendo investigado pela Polícia Civil do Distrito Federal (PCDF), que instaurou inquérito para apurar as circunstâncias da morte.

O chamado "Desafio do Desodorante" consiste em inalar o gás de sprays pelo maior tempo possível, muitas vezes incentivado por vídeos que circulam na internet. Crianças e adolescentes são desafiadas a gravar suas reações, e os conteúdos chegam a acumular milhares de visualizações.

Internet

De acordo com a PCDF, Sarah deu entrada no HRC na última quinta-feira após sofrer uma parada cardiorrespiratória durante a prática do desafio. Apesar de ter sido reanimada após cerca de uma hora, a menina não recuperou os reflexos neurológicos, evoluindo para morte cerebral. O óbito foi oficializado nesse domingo, quando a família registrou a ocorrência.

A polícia investiga como a criança teve acesso ao conteúdo perigoso e busca identificar os responsáveis por sua divulgação. Caso seja comprovada a participação de terceiros na promoção do desafio, eles poderão responder por homicídio duplamente qualificado – por meio que colocou outras pessoas em risco e por se tratar de vítima menor de 14 anos –, com pena que pode chegar a 30 anos de prisão.

O caso reacende o alerta sobre os perigos de desafios extremos na internet e reforça a necessidade de atenção de pais e responsáveis ao conteúdo acessado por crianças e adolescentes (*Camila Coimbra, do JBr*).

SANTA MARIA E CÉU AZUL

Duplo homicídio no fim de semana

A Polícia Militar do Distrito Federal (PMDF), por meio do 26º Batalhão, prendeu um homem por duplo homicídio nesse sábado, em Santa Maria. O crime ocorreu por volta das 19h30, em um lava jato localizado na quadra 517 da cidade, onde o suspeito e um amigo foram surpreendidos por um grupo de pessoas.

Testemunhas relataram que houve uma discussão no local, e um dos suspeitos atacou as vítimas com facadas. Uma das vítimas morreu imediatamente, enquanto a outra foi socorrida e levada ao Hospital Regional de Santa Maria. Após o crime, o grupo roubou o veículo de uma das vítimas e se deslocou até a cidade de Céu Azul, no Entorno do DF. Em Céu Azul, o mesmo suspeito cometeu outro homicídio. A Polícia Militar do DF iniciou diligências e, ao retornar para Santa Maria, localizou o criminoso e o prendeu na quadra QR 518, com o apoio das equipes do Batalhão Ambiental. Outros três ocupantes do veículo, dois homens e uma mulher, também foram detidos.

O suspeito foi conduzido à 20ª DP, onde foi autuado por duplo homicídio (*Camila Coimbra, do JBr*).

Jornal de Brasília

Fundado em 10 de dezembro de 1972
Editora JORNAL DE BRASÍLIA Ltda.
CNPJ - 08.337.317/0001-20
TELEFONE GERAL: (61) 3343-8000
ENDEREÇO: SIG/Sul - Qd. 01 - Lote 765
Brasília - DF - CEP.: 70.610-410

Instituto Verificador de Comunicação



Preço da assinatura (DF e GO):
ANUAL: R$ 260,00 – **SEMESTRAL:** R$ 135,00
Vendas avulsas (DF e GO): R$ 1,00
Vendas avulsas (Outros Estados): R$ 3,00

Classificados: (61) 99637-6993
Sucursal São Paulo: (11) 5097-6777
Dep. Comercial: (61) 3343-8180
Sucursal Rio de Janeiro: (21) 3459-8848

Atendimento ao leitor: (61) 3343-8012 e 3343-8134
Atendimento ao assinante: (61) 3253-9257 e 3254-3947

EDITOR CHEFE - IMPRESSO
Ricardo Nobre (ricardo.nobre@grupojbr.com)

EDITOR EXECUTIVO - ON LINE
Lindauro Gomes (lindauro.gomes@grupojbr.com)

Telefones: (61) 3343-8000 e 3343-8100
E-mail: redacao@grupojbr.com

EDITORES

Ivana Antunes (ivana.antunes@grupojbr.com)
Laezia Bezerra (laezia.bezerra@grupojbr.com)
Thatyane Nardelli (thatyane.nardelli@grupojbr.com)
Thiago Morais (thiago.morais@grupojbr.com)
Vítor Mendonça (vitor.mendonca@grupojbr.com)

A Editora Jornal de Brasília Ltda. não comercializa diretamente os exemplares do jornal ao público, fazendo-o unicamente por meio de bancas de jornais devidamente credenciadas e com a empresa juridicamente constituída que, por sua vez, revendem os exemplares por meio de vendedores avulsos, com idade acima de 16 anos, conforme norma legal vigente, por ela diretamente contratados. As assinaturas são vendidas diretamente na sede social da empresa ou por intermédio das pessoas físicas ou jurídicas para isso autorizadas.

SEMANA SANTA

Saúde de olho no pescado

Vigilância fiscaliza mais de 900 comércios de peixes, para garantir a qualidade dos produtos e evitar riscos à população

CARLIANE GOMES
redacao@grupojbr.com

A Vigilância Sanitária do Distrito Federal está fiscalizando mais de 900 estabelecimentos que comercializam pescados durante a Semana Santa. A *Operação Semana Santa* tem como objetivo garantir a qualidade dos produtos e evitar riscos à saúde da população. Durante a ação, são auditadas as condições de origem, transporte, armazenamento, manipulação, exposição à venda e consumo dos produtos, dentro das competências da Vigilância. A operação foca em estabelecimentos classificados como comércio atacadista ou peixarias, segundo registros da Junta Comercial do DF.

Allex de Melo Moraes, auditor da Vigilância Sanitária da Secretaria de Saúde do DF, explica que a fiscalização se intensifica nesta época devido ao aumento no consumo de frutos do mar durante o feriado de Páscoa, expondo a população a maiores riscos de contaminações físicas, químicas ou biológicas. "O objetivo é reduzir os riscos possíveis à saúde que podem englobar a presença de objetos indesejados nos frutos do mar, substâncias químicas, resíduos, microrganismos, entre outros", Segundo ele, estão sendo observadas a qualidade do pescado, as condições de armazenamento e a forma como os produtos são manipulados. "São 20 equipes de auditores realizando ações em todo o DF, simultaneamente", destacou.

De acordo com a Secretaria de Segurança, 344 comércios já foram auditados. Desses, 77 adotaram ações corretivas e 17 foram autuados.

Segundo o auditor, não houve resistência por parte dos fiscalizados que justificasse o acionamento da autoridade policial. Caso necessário, a operação pode contar com o apoio de outros órgãos de fiscalização, incluindo a Secretaria de Segurança Pública. De acordo com a pasta, 344 estabelecimentos já foram auditados até agora. Desses, 77 precisaram adotar ações corretivas e 17 foram autuados. O total de apreensões soma 1.247 quilos de pescado impróprio para consumo.

Eliana Araújo, 64 anos, é proprietária de uma peixaria há mais de 40 anos e afirma que recebe visitas frequentes da Vigilância Sanitária. Segundo ela, nunca houve qualquer problema relacionado à qualidade dos produtos. "Sei pescar, limpar, tratar, conheço os tipos de peixes e sei quando estão realmente adequados para o consumo", afirma. Apesar da experiência no ramo, Eliana conta que as vendas deste ano ainda não superaram as do ano passado. "Espero que na Semana Santa as vendas melhorem, que o pessoal procure mais, porque fora dessa época houve uma queda muito grande na procura por peixe", lamenta.

Precaução

A nutricionista Renata Cristina da Silva orienta os consumidores sobre como identificar se o peixe está próprio para o consumo. Segundo ela, olhos opacos, afundados ou esbranquiçados são sinais de que o produto está armazenado há muito tempo. "As escamas que se soltam facilmente também indicam que o tecido já está em deterioração. As brânquias com coloração acinzentada ou marrom e a carne muito amolecida, flácida ou com marcas afundadas sugerem que o peixe está em processo de decomposição e, portanto, impróprio para o consumo", alerta.

A especialista recomenda sempre optar por peixes com olhos brilhantes, brânquias mais coradas, escamas firmes e bem aderidas ao corpo. "Essas são características visuais que indicam frescor e segurança para o consumo", afirma. Renata também destaca que, para manter uma alimentação saudável, o consumo de pescado pode ser feito de duas a três vezes por semana. "Essa frequência pode variar de acordo com as necessidades nutricionais individuais e preferências alimentares. Mas o consumo frequente oferece benefícios, como a presença de ômega-3 , essencial para a saúde cardiovascular e cognitiva , além de proteínas de boa qualidade e vitaminas e minerais, como vitamina D, vitamina B12 e selênio", explica.

Valéria Oliveira, 35 anos, atendente de caixa, conta que costuma consumir peixe apenas durante a Quaresma. Ela ainda não fez as compras para a Semana Santa e está apreensiva com os preços. "Os que eu vi até agora estão baratos, mas deixei para a última hora. Pode ser que aumente na sexta-feira", disse. Para ela, o receio com o valor é comum entre os consumidores. "Tá todo mundo com medo do preço", completou.

CARLIANE GOMES/JORNAL DE BRASÍLIA



Secretaria de Saúde do DF orienta os consumidores a identificar pescados em boas condições para o consumo

SERVIÇO

Cuidados na hora de comprar pescados

- **A** Secretaria de Saúde do Distrito Federal (SES/DF) orienta os consumidores sobre como identificar pescados em boas condições para o consumo. Veja o que observar:
- **Peixes**
- **O** que deve ter: olhos brilhantes e saltados, brânquias (as "guelras") entre rosa e vermelho forte, carne firme, elástica e bem presa aos ossos, além de cheiro e cor típicos da espécie.
- **Evite:** manchas, cores fora do comum, cheiro ou gosto ruim, carne muito mole ou muito dura, sinais que podem indicar que o peixe está estragado.
- **Camarões**
- **O** que deve ter: aparência brilhante e úmida, corpo levemente curvado e firme, casca bem presa ao corpo, coloração natural da espécie e olhos vivos.
- **Evite:** coloração estranha, cheiro de amônia, enxofre ou ranço, e gosto ruim.
- **Lulas** e polvos (cefalópodes)
- **O** que deve ter: pele lisa e úmida, olhos vivos e saltados, carne firme e elástica, cheiro característico da espécie e aparência brilhante.
- **Evite:** manchas incomuns, cheiro ou gosto desagradável.

65 BRASÍLIA ANOS

O melhor tempo é agora.

GDF

Para saber mais, acesse:

São 65 anos e uma história repleta de personagens, cheios de histórias para contar e com muitos motivos para comemorar. Parabéns a todos que ajudaram e ajudam a construir esta cidade tão especial e a todos que têm o privilégio de viver aqui.

SUSTENTABILIDADE

O desafio dos patinetes

O que era pra ser solução virou dor de cabeça. Plano Piloto e Águas Claras somam 1.396 unidades, mas uso irregular expõe falta de regras, fiscalização e ameaça a segurança

DANIEL XAVIER
redacao@grupojbr.com

JOEL RODRIGUES/AGÊNCIA BRASÍLIA



Com a promessa sustentável, os patinetes chegaram para facilitar a mobilidade urbana

Com design arrojado e promessa de sustentabilidade, os patinetes elétricos rapidamente conquistaram as ruas do Distrito Federal. A ideia parecia simples e eficaz: facilitar a mobilidade urbana com agilidade e sem agredir o meio ambiente. Mas, na prática, o que se viu foi um crescimento acelerado e desordenado do serviço — que, em vez de apenas facilitar a vida dos usuários, tem causado preocupação nos pedestres.

Implantado inicialmente com 672 equipamentos, o sistema já conta com 1.396 patinetes ativos nas ruas, especialmente nas regiões do Plano Piloto e Águas Claras. No entanto, o avanço desse modelo de transporte também trouxe à tona um problema que cresce junto com sua frota: o uso irregular dos veículos, muitas vezes longe das regras estabelecidas e sem qualquer fiscalização efetiva.

O **Jornal de Brasília** esteve no Parque da Cidade, uma das áreas com maior circulação de patinetes, e presenciou a realidade longe da propaganda. O universitário Matheus Silva, de 22 anos, usava um dos patinetes para se locomover no parque quando se deparou com uma situação perigosa. "Estava atravessando a rua distraído, quando uma mulher passou muito rápido de patinete com uma criança na frente. Quase batemos. Foi por pouco", relatou, ainda surpreso com o risco.

Além desse episódio, a reportagem viu diversas outras cenas de uso irregular como crianças conduzindo os equipamentos, adultos circulando em dupla sobre o mesmo patinete, usuários em alta velocidade em calçadas e ciclovias, ou estacionamentos feitos de maneira imprópria. O que deveria representar inovação, passou a simbolizar desorganização e risco à segurança pública.

Apesar dos problemas, a Secretaria de Transporte e Mobilidade do DF (Semob) destaca que os patinetes são regulamentados pela Resolução nº 996/2023 do Conselho Nacional de Trânsito (Contran), e que está em andamento uma parceria com o Detran-DF para campanhas educativas que visam aumentar a segurança de usuários e pedestres.

De acordo com a Secretaria de Mobilidade, a velocidade dos patinetes é controlada por GPS e varia conforme a região de circulação. Em ciclovias e ciclofaixas, o limite é de 20 km/h.

De acordo com a Semob, a velocidade dos patinetes é controlada por GPS e varia conforme a região de circulação. Em ciclovias e ciclofaixas, o limite é de 20 km/h. Nas demais vias da cidade, a velocidade máxima é de 15 km/h, enquanto em áreas de segurança o limite cai para 6 km/h. A JET, empresa responsável por parte da frota, informou que o cadastro para uso dos veículos só é permitido para maiores de 18 anos, e que há orientação constante sobre o uso correto — tanto no aplicativo quanto presencialmente, com equipes posicionadas em pontos de maior fluxo. "Quando identificamos comportamentos indevidos, o usuário é notificado. Em caso de reincidência, a conta pode ser suspensa ou bloqueada", esclareceu a empresa.

Entretanto, mesmo com todas essas recomendações, na prática, ainda há um vácuo legal. O Detran-DF reconhece o problema e diz estar analisando o comportamento dos usuários, mas, até o momento, não há penalidades específicas para quem descumpre as regras. "Atuamos hoje de forma educativa. Não temos dados consolidados de acidentes com patinetes e não há previsão legal para aplicação de multas. Mas, em casos graves ou reincidentes, medidas administrativas como apreensão do equipamento podem ser adotadas", informou o órgão em nota.

AGÊNCIAS DO TRABALHADOR

DF tem mais de 900 vagas de emprego

As agências do trabalhador do Distrito Federal oferecem, nesta segunda-feira, 964 vagas para quem procura um emprego. Há posições para candidatos de diferentes níveis de escolaridade, com e sem experiência. Os salários chegam a R$ 3,8 mil.

Do total de vagas, 17 são destinadas a Pessoas com Deficiência (PcDs), para os cargos de auxiliar de cozinha e de estoquista. As oportunidades estão distribuídas nas regiões da Zona Industrial Guará, Asa Norte, Vicente Pires e Águas Claras, com salário médio de R$ 1,6 mil.

Para Jovem Aprendiz são ofertadas 10 vagas no cargo de auxiliar administrativo, com um salário de R$ 800, além de benefícios. A oportunidade requer ensino médio completo, sem exigência de experiência na área.

O cargo com mais oportunidades abertas é o de servente de obras, em São Sebastião. São 121 vagas, com salário de R$ 1.518. Os candidatos precisam ter ensino fundamental completo, mas não é cobrada experiência.

Para participar dos processos seletivos, basta cadastrar o currículo no aplicativo da Carteira de Trabalho Digital (CTPS) ou ir a uma das 14 agências do trabalhador, das 8h às 17h, durante a semana. Mesmo que nenhuma das oportunidades do dia seja atraente ao candidato, o cadastro vale para oportunidades futuras, já que o sistema cruza dados dos concorrentes com o perfil que as empresas procuram.

ÁGUAS LINDAS

Corpos de bebês são trocados

CAMILA COIMBRA
camila.coimbra@grupojbr.com

Um grave erro médico no Hospital Estadual Ronaldo Ramos Caiado Filho (HEAL), em Águas Lindas (GO), deixou duas mães em luto e sob incertezas após a troca dos corpos de seus recém-nascidos. O caso, que veio à tona na última semana, está sendo investigado pela Polícia Civil e já motivou ações judiciais por parte das famílias afetadas.

Os fatos remontam ao dia 21 de março, quando a primeira mulher deu à luz um bebê prematuro de apenas 20 semanas, que faleceu horas após o nascimento. Ela permaneceu internada até o dia 26 de março, quando requisitou o corpo da criança para velório e sepultamento. Paralelamente, no dia 25 de março, uma segunda mãe entrou em trabalho de parto no mesmo hospital, mas seu bebê foi declarado natimorto. Quando a primeira mãe recebeu os o corpo e fez o enterro, revelou-se um choque, os corpos haviam sido trocados pela equipe hospitalar.

A situação só veio à tona após denúncia de uma assistente social do hospital, que alertou a Polícia Científica. As duas mães foram intimadas a prestar depoimento na 1ª Delegacia de Águas Lindas, sob a responsabilidade do delegado João Flávio, e tiveram material genético coletado para exames de DNA que possam confirmar a real identidade dos bebês.

Em nota oficial, o Hospital Caiado Filho admitiu o erro, classificando-o como um "equívoco". No entanto, os advogados Idelbrando Mendes e Daniel J. Kaefer, que representam as mães, são enfáticos ao afirmar que se trata de negligência. Eles destacam a total falta de suporte às famílias: "Até agora, nenhum suporte psicológico ou assistência foi oferecido pelo hospital. As mães estão sendo amparadas apenas pela defesa", afirmou Mendes. Uma das mulheres sequer foi informada diretamente sobre o local onde o filho estava enterrado, descobrindo a informação apenas através de uma nota divulgada na TV.

De acordo com a defesa, os próximos passos incluem aguardar os resultados dos exames de DNA para confirmar a identidade dos recém-nascidos antes de decidir sobre um eventual pedido de exumação. As investigações serão aprofundadas para verificar possíveis outros casos envolvidos, enquanto se prepara ação judicial por danos morais e materiais contra o hospital.



MINISTÉRIO DAS **COMUNICAÇÕES**



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS RESUMIDAS

A Telecomunicações Brasileiras S/A – Telebras. (B3: TELB3 & TELB4) submete à apreciação dos investidores e do público em geral as Demonstrações Financeiras resumidas, acompanhadas do resumo do relatório de auditoria emitido pelos auditores independentes referente ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023 e do resumo do parecer do Conselho Fiscal da Companhia.

De acordo com as alterações no artigo nº 289, I e II, da Lei nº 6.404/1976, introduzidas pela Lei nº 13.818/2019, com vigência a partir de 1º de janeiro de 2022, a Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") divulgou o Parecer de Orientação nº 39, de 20 de dezembro de 2021, que define os requisitos de publicação a serem observados nas demonstrações financeiras resumidas. A Companhia optou por divulgar em jornal as suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 de forma reduzida e apresenta o seguinte aviso:

1) As demonstrações financeiras apresentadas a seguir são demonstrações financeiras resumidas e não devem ser consideradas isoladamente para a tomada de decisão. O entendimento da situação financeira e patrimonial da Companhia demanda a leitura das demonstrações financeiras completas auditadas, elaboradas na forma da legislação societária e da regulamentação contábil aplicável.
2) demonstrações financeiras completas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e o relatório do auditor independente sobre essas demonstrações financeiras completas estão disponíveis nos seguintes endereços eletrônicos:
   - https://jornaldebrasilia.com.br/publicidade-legal/
   - https://www.telebras.com.br/investidores/demonstracao-financeira-e-relatorio-administracao/
   - https://www.gov.br/cvm/
   - https://www.b3.com.br

Balanços Patrimoniais
Em 31 de dezembro de 2024 e 2023
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Ativo	Nota	2024	2023
Circulante			
Caixa e Equivalentes de Caixa	5	425.387	380.712
Contas a Receber de Clientes	6	233.301	176.885
Tributos a Compensar/Recuperar	7	178.044	177.601
Depósitos Judiciais	8	7.364	6.903
Aplicações Financeiras	12	822.352	822.352
Superávit - Previdência Privada	9	84.429	12.270
Valores a Receber de Colaboradores Cedidos	10.1	1.945	1.945
Outros Ativos Realizáveis	10.2	23.181	28.681
Total do Circulante		**1.776.003**	**1.607.349**
Não Circulante			
Aplicações Financeiras	12	86.686	80.682
Tributos a Compensar/Recuperar	7	8.282	11.634
Depósitos Judiciais	8	48.726	45.542
Dividendos a Receber	11	5.456	5.456
Superávit - Previdência Privada	9	143.216	15.726
Outros Ativos Realizáveis	10.2	12.381	22.569
		304.747	**181.609**
Investimentos	13	80.124	70.084
Imobilizado	14	1.909.708	2.121.373
Intangível	15	19.403	23.172
Total do Não Circulante		**2.313.982**	**2.396.238**
Total do Ativo		**4.089.985**	**4.003.587**

Passivo	Nota	2024	2023
Circulante			
Pessoal, Encargos e Benefícios Sociais	16	13.331	13.114
Fornecedores	19	144.636	122.719
Receitas Diferidas	25	44.406	62.812
Tributos Indiretos	20	23.499	3.466
Empréstimos e Financiamentos	24.1	46.210	45.710
Operações de Arrendamento Mercantil Financeiro	24.2	5.374	5.324
Provisão para Riscos Trabalhistas, Cíveis e Fiscais	21	4.877	4.295
Credores por Perdas Judiciais	22	16.635	16.436
Provisão para Programa de Indenização por Serviços Prestados	17	1.828	1.766
Outras Obrigações	26	13.781	5.018
Total do Circulante		**314.577**	**280.660**
Não Circulante			
Empréstimos e Financiamentos	24.1	-	44.892
Operações de Arrendamento Mercantil Financeiro	24.2	4.139	8.797
Provisão para Riscos Trabalhistas, Cíveis e Fiscais	21	59.881	54.590
Credores por Perdas Judiciais	22	102.247	116.004
Provisão para Programa de Indenização por Serviços Prestados	17	20.923	21.910
Grupamento de Ações	18	680	680
Receitas Diferidas	25	273.605	310.085
Recursos Capitalizáveis	23	1.831.921	1.740.318
Total do Não Circulante		**2.293.396**	**2.297.276**
Patrimônio Líquido	27		
Capital Social		3.474.498	3.474.498
Prejuízos Acumulados		(2.139.784)	(2.073.212)
Ajuste de Avaliação Patrimonial		35.153	24.476
Ações em Tesouraria		(111)	(111)
Recursos Capitalizáveis		112.256	
Total do Patrimônio Líquido		**1.482.012**	**1.425.651**
Total do Passivo		**4.089.985**	**4.003.587**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Demonstrações do Resultado
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Nota	2024	2023
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	28	**414.315**	**416.840**
Custos dos Serviços Prestados	29	(630.415)	(611.350)
Prejuízo Bruto Operacional		**(216.100)**	**(194.510)**
Receitas / (Despesas) Operacionais		**234.596**	**127.103**
Comercialização dos Serviços	29	(30.029)	(25.528)
Despesas Gerais e Administrativas	29	(93.268)	(86.328)
Resultado de Equivalência Patrimonial	13	(1.013)	(2.254)
Outras Receitas / (Despesas) Operacionais	30	358.906	241.213
Outras Receitas Operacionais		373.698	296.872
Outras Despesas Operacionais		(14.792)	(55.659)
Lucro/Prejuízo Operacional antes do Resultado Financeiro		**18.496**	**(67.407)**
Resultado Financeiro	31	**(85.068)**	**(59.950)**
Receitas Financeiras		128.344	165.638
Despesas Financeiras		(213.412)	(225.588)
Prejuízo do Exercício		**(66.572)**	**(127.357)**
Prejuízo Básico e Diluído por Ação em Reais:	27.5		
Ações Ordinárias – Básicas e diluídas		(0,7707)	(1,4743)
Ações Preferenciais – Básicas e diluídas		(0,7707)	(1,4743)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Demonstrações dos Resultados Abrangentes
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	2024	2023
Prejuízo do Exercício	**(66.572)**	**(127.357)**
Outros Resultados Abrangentes	**10.677**	**(2.095)**
Itens que poderão ser Reclassificados para o Resultado:	**11.053**	**(2.857)**
Equivalência patrimonial sobre Outros Resultados Abrangentes em Coligadas	11.053	(2.857)
Itens que não serão Reclassificados para o Resultado:	**(376)**	**762**
Ganho/(Perda) com Instrumentos Financeiros - VJORA	(376)	762
Resultado Abrangente Total	**(55.895)**	**(129.452)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis



Eufrázio
A autenticação deste documento pode ser conferida através do QR Code ao lado.



MINISTÉRIO DAS **COMUNICAÇÕES**



Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Eventos	Capital Social	Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Ações em Tesouraria	Recursos Capitalizáveis	Total do Patrimônio Líquido
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**3.474.498**	**(1.945.855)**	**26.571**	**(111)**	**-**	**1.555.103**
Resultados Abrangentes Total:	-	**(127.357)**	**(2.095)**	-	-	**(129.452)**
Prejuízo do Exercício	-	(127.357)	-	-	-	**(127.357)**
Outros Resultados Abrangentes:	-	-	**(2.095)**	-	-	**(2.095)**
Equivalência Patrimonial sobre Outros Resultados Abrangentes - Coligadas	-	-	(2.857)	-	-	(2.857)
Ganho com Instrumentos Financeiros - Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	-	-	762	-	-	762
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**3.474.498**	**(2.073.212)**	**24.476**	**(111)**	**-**	**1.425.651**
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**3.474.498**	**(2.073.212)**	**24.476**	**(111)**	**-**	**1.425.651**
Recurso de Acionista:	-	-	-	-	**112.256**	**112.256**
Transferência de Recursos Capitalizado para o Patrimônio Líquido	-	-	-	-	112.256	112.256
Resultados Abrangentes Total:	-	**(66.572)**	**10.677**	-	-	**(55.895)**
Prejuízo do Exercício	-	(66.572)	-	-	-	**(66.572)**
Outros Resultados Abrangentes:	-	-	**10.677**	-	-	**10.677**
Equivalência Patrimonial sobre Outros Resultados Abrangentes - Coligadas	-	-	11.053	-	-	11.053
Ganho com Instrumentos Financeiros - Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	-	-	(376)	-	-	(376)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	**3.474.498**	**(2.139.784)**	**35.153**	**(111)**	**112.256**	**1.482.012**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Demonstrações dos Fluxos de Caixa - Método Indireto
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	2024	2023 Reapresentação
Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais		
Prejuízo antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	**(66.572)**	**(127.357)**
Ajustes por:		
Depreciação e Amortização	270.044	253.541
Provisão/Rever. para Riscos Prováveis Trabalhistas, Cíveis e Fiscais	(76)	(8.251)
Variação Monetária de Prov. para Riscos Prováveis Trabalhistas, Cíveis e Fiscais	6.298	6.775
Receita Diferida	(54.886)	(83.726)
Equivalência Patrimonial	1.013	2.254
Encargos Financeiros sobre Adiantamento para Aumento de Capital	189.369	198.416
Provisão para Programa de Indenização por Serviços Prestados	624	1.494
Variação Monetária/Juros de Credores por Perdas Judiciais	12.999	13.678
Variação Monetária de Depósitos Judiciais	(3.644)	(4.142)
Despesas Financeiras - Juros a Apropriar CPC (R2)/IFRS 16	741	1.034
Apropriação de Juros - Empréstimos e Financiamentos	3.651	5.474
Perdas Estimadas com Créditos de Liquidação Duvidosa	2.752	1.314
Superávit de Previdência Privada	(212.038)	(33.912)
Ganho na Baixa de Passivos	(2.297)	(417)
Baixa de Créditos Tributários	2.963	7.183
Baixa de Ativo Imobilizado	2.666	383
	220.179	**361.098**
Mutações Patrimoniais:		
Contas a Receber de Clientes	(59.168)	(72.330)
Tributos a Recuperar	(54)	(12.087)
Pessoal, Encargos e Benefícios Sociais	217	696
Fornecedores	1.298	(32.375)
Tributos a Recolher	20.682	(1.815)
Outras Contas Ativas e Passivas	23.041	44.915
	(13.984)	**(72.996)**
Caixa Proveniente das Atividades Operacionais		
Pagamento por Adesão ao Prog. de Indenização por Serviços Prestados - PISP	(1.549)	(3.475)
Pagamento de Juros de Arrendamento Mercantil Financeiro	(741)	(1.034)
Pagamento de Juros de Empréstimos e Financiamentos	(2.530)	(3.452)
Pagamento de Compensação Financeira - Financiamento FINEP	-	(2.222)
Pagamento de Causas Judiciais - Trabalhistas, Cíveis e Fiscais	(350)	(3.489)
Pagamento de Acordos Judiciais - Encargos	(12.817)	(13.833)
Pagamento de IRPJ/CSLL	-	(6.017)
	(17.987)	**(33.522)**
Caixa Líquido Gerado/(Consumido) pelas Atividades Operacionais	**121.636**	**127.223**
Fluxos de Caixa das Atividades de Investimento		
Aquisição de Imobilizado / Intangível	(41.772)	(77.836)
Caixa Líquido Consumido pelas Atividades de Investimento	**(41.772)**	**(77.836)**
Fluxos de Caixa das Atividades de Financiamento		
Pagamento de Principal - Arrendamento Mercantil Financeiro	(5.425)	(5.210)
Pagamento de Principal de Acordos Judiciais	(13.740)	(21.828)
Pagamentos - Financiamento - Finep - Principal	(45.513)	(46.008)
Recebimento Parcela - Superávit Previdência Privada	14.999	7.354
Recebimento de Adiantamento p/ Futuro Aumento de Capital	14.490	44.406
Caixa Líquido Gerado pelas Atividades de Financiamento	**(35.189)**	**(21.286)**
Variação Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa	**44.675**	**28.101**
Demonstração da Variação de Caixa e Equivalentes de Caixa		
Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Exercício	425.387	380.712
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Exercício	380.712	352.611
Variação de Caixa e Equivalentes de Caixa	**44.675**	**28.101**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Demonstrações do Valor Adicionado
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	2024	2023
Receitas	**775.996**	**694.706**
Prestação de Serviços	384.176	387.325
Subvenções Orçamentárias Recebidas	158.402	240.187
Outras Receitas	217.488	48.179
Construção de Ativo Próprio	18.682	20.329
Perdas Estimadas com Créditos de Liquidação Duvidosa	(2.752)	(1.314)
Insumos Adquiridos de Terceiros	**(317.865)**	**(342.873)**
Custos dos Serviços Vendidos	(290.636)	(282.004)
Materiais	(71)	(193)
Serviços de Terceiros	(8.085)	(7.556)
Serviços Técnicos Administrativos	(11.040)	(8.960)
Perdas	(36)	(1.421)
Outras Despesas	(7.997)	(42.739)
Valor Adicionado Bruto	**458.131**	**351.833**
Retenções	**(270.044)**	**(253.541)**
Depreciação e Amortização	(270.044)	(253.541)
Valor Adicionado Líquido Produzido	**188.087**	**98.292**
Valor Adicionado Recebido em Transferência	**199.598**	**239.975**
Resultado de Equivalência Patrimonial sobre Resultado	(1.013)	(2.254)
Receitas Financeiras	123.579	161.257
Aluguéis	77.032	80.972
Valor Adicionado Total a Distribuir	**387.685**	**338.267**
Distribuição do Valor Adicionado	**387.685**	**338.267**
Empregados	**114.140**	**112.769**
Remuneração Direta	70.382	68.730
FGTS	6.494	6.745
Benefícios Sociais	14.736	14.106
Outros Encargos Sociais	20.522	20.419
Programa de Indenização por Serviços Prestados	624	1.495
Mão-de-Obra Temporária - Serviços Prestados - PF	1.382	1.274
Impostos, Taxas e Contribuições	**72.792**	**71.015**
Federais	41.085	31.485
Estaduais	31.682	38.887
Municipais	25	643
Remuneração de Capitais de Terceiros	**267.325**	**281.840**
Remuneração do Capital de Terceiros	213.056	225.516
Aluguéis, Locações e Licença de Uso	35.361	35.716
Seguros	18.908	20.608
Remuneração de Capitais Próprios	**(66.572)**	**(127.357)**
Prejuízos do Exercício	(66.572)	(127.357)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Eufrázio
A autenticação deste documento pode ser conferida através do QR Code ao lado.





MINISTÉRIO DAS
COMUNICAÇÕES



NOTAS EXPLICATIVAS RESUMIDAS

1. CONTEXTO OPERACIONAL E INFORMAÇÕES GERAIS

1.1 A Companhia e suas Operações

A Telecomunicações Brasileiras S.A. ("Companhia ou Telebras"), sediada no SIG Qd. 4, Bl. A, 3º andar – Edifício Capital Financial Center – Brasília-DF, endereço eletrônico: www.telebras.com.br, CNPJ 00.336.701/0001-04, é uma sociedade empresária de economia mista e de capital aberto, vinculada ao Ministério das Comunicações, constituída em 9 de novembro de 1972, de acordo com a Lei nº 5.792, de 01 de julho de 1972, devidamente autorizada pela ANATEL para a prestação do Serviço de Comunicação Multimídia (Termo PVST/SPV nº 118/2011, publicado no DOU em 07 de abril de 2011), portanto rege-se pela Lei nº 6.404/76, por disposições especiais de leis federais e da Comissão de Valores Mobiliários - CVM, pela legislação de telecomunicações, pelas leis e usos do comércio e demais disposições legais aplicáveis à Companhia.

1.2 Inclusão da Telebras nos Orçamentos Fiscais e da Seguridade Social da União e classificação da Companhia como uma estatal dependente a partir do exercício de 2020.

Em 8 de agosto de 2019, a Telebras recebeu ofício da Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (SEST), do Ministério da Economia (ME), informando que seria incluída nos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social (OFSS) da União a partir do exercício de 2020.

Em 15 de agosto de 2019, o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações (MCTI) informou que a Telebras havia sido incluída, pelo ME, nos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social (OFSS) da União. A justificativa para a inclusão no Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) se deveu à classificação da Telebras como uma empresa estatal dependente do OFSS para o exercício de 2020 e que esta inclusão já constava no Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento ("SIOP"), referente ao PLOA de 2020.

Ainda, como consequência desse fato, foi solicitado pela SEST que a Companhia realizasse a avaliação da conveniência e oportunidade de realizar o fechamento do capital junto à Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

A Telebras em 15 de agosto de 2019 apresentou nos autos do processo TC 007.142/2018-8 uma peça ao Tribunal de Contas da União (TCU), na qual requereu, além de seu ingresso no processo, que fosse esclarecido à Secretaria de Orçamento Federal (SOF) e à SEST que, na tomada de decisão quanto à dependência da Telebras, avaliasse os impactos com tempo razoável antes de qualquer enquadramento, de forma a tomar uma decisão bem-informada.

Também, em 23 de agosto de 2019, a Telebras encaminhou uma carta ao Secretário Executivo da SEST, chamando a atenção para a ausência de ato administrativo declaratório e requerendo nova consideração dos impactos decorrentes da transformação da Telebras em estatal dependente já para o exercício de 2020.

Diante da impossibilidade de fechamento do capital da Telebras, previamente ao status de dependência, a Telebras encaminhou ao MCTI um comunicado, datado de 25 de outubro de 2019, que tratava de avaliar a configuração da Companhia como estatal dependente, bem como o fechamento de seu capital, a partir do exercício de 2020, mediante um cronograma para a implantação de fases e procedimentos que tornassem a Empresa Estatal Dependente.

No âmbito desse processo, encaminhado pelo MCTI ao ME, a Telebras enviou consulta ao controlador, a União, acerca de eventual intenção de fechar o capital da Companhia, pois, em uma análise preliminar, foi verificado que eventual fechamento deve ser precedido por uma oferta pública para adquirir a totalidade das ações em circulação no mercado, por preço justo, nos termos do § 4º do artigo 4º da Lei nº 6.404/76.

A referida oferta pode ser feita pela própria Companhia ou por seu controlador, sendo que, no caso de a formulação da oferta pública de aquisição ser feita pela Companhia, esta deve possuir saldo de lucros ou reservas suficientes para a operação (alínea 'b' do § 1° do artigo 30 da Lei nº 6.404/76).

Em virtude de a Telebras, até a presente data, não possuir os referidos recursos, a decisão por eventual fechamento de capital somente poderá ser efetivada mediante deliberação do acionista controlador a quem caberá formular a oferta pública para adquirir a totalidade das ações em circulação no mercado.

Em 17 de janeiro de 2023 foi sancionada a Lei nº 14.535/2023 (Lei Orçamentária Anual para o Exercício Financeiro de 2023), a qual manteve a Telebras no Orçamento Fiscal e da Seguridade Social.

Segundo a Lei Complementar nº 101/2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), a definição de empresa estatal dependente é uma empresa controlada que recebe do ente controlador recursos financeiros para pagamento de despesas com pessoal ou de custeio em geral ou de capital, excluídos, no último caso, aqueles provenientes de aumento de participação acionária.

1.3 Contrato do Governo Eletrônico - Serviço de Atendimento ao Cidadão - GESAC

O Ministério das Comunicações (MCom) renovou o contrato com a Telebras para a implantação, operação e manutenção do serviço de acesso gratuito à Internet por conexão satelital, no âmbito do programa Governo Eletrônico - Serviço de Atendimento ao Cidadão (GESAC). Ao todo, o contrato prevê 28 mil pontos e serão investidos mais de R$ 3 bilhões de reais ao longo dos próximos 5 anos. O programa leva acesso à internet via satélite para áreas remotas e em vulnerabilidade social, com o objetivo de inclusão digital e prestação de serviços estratégicos a escolas, unidades de saúde, comunidades indígenas rurais e quilombolas, segurança pública, postos de fronteira, programas de monitoramento da Amazônia, Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), dentre outros locais.

A renovação do contrato, publicada no dia 21 dezembro de 2023, no Diário Oficial da União (DOU), ocorreu por meio de dispensa de licitação, com base na Lei 14.744/2023, que estabelece a preferência na contratação direta dos Correios e da Telebras, entidades vinculadas ao MCom, por órgãos públicos da Administração Pública Federal direta e indireta.

No primeiro lote do Novo GESAC, está prevista a entrega, ao longo de 60 meses, de:

i) 15 mil pontos de acesso à internet de 20 Mbps;

ii) 3 mil pontos de acesso à internet de 30 Mbps;

iii) 3 mil pontos de acesso à internet de 40 Mbps;

iv) 2 mil pontos de acesso à Internet de 40 Mbps, com acesso Wi-Fi externo.

No segundo lote, está prevista a implantação de 5 mil pontos de acesso à internet de 60 Mbps, com acesso Wi-Fi externo, também ao longo de 60 meses.

A Telebras possui a maior operação satelital em Banda Ka do Brasil e já instalou mais de 25 mil pontos GESAC, que envolveram acima de mil técnicos de instalação e manutenção, que ao todo percorreram em torno de 5 milhões de quilômetros para a execução dessas atividades.

Nos últimos 5 anos, o programa alcançou a marca de 55 Petabytes (PB) de dados trafegados na internet desde sua primeira instalação, em 2018, em Pacaraima (RR). Conectados através do Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicação Estratégica (SGDC), os mais de 25 mil pontos distribuídos pelo Brasil mudaram a vida de diversas comunidades distantes dos grandes centros, com conexão à Internet de alta qualidade, e garantiram a milhares de famílias o acesso a direitos fundamentais. O ano de 2024 fechou com 14.930 pontos Gesac ativos.

1.4 Gestão da Rede Privativa de Comunicação da Administração Pública Federal

O Decreto nº 11.299/2022, publicado no Diário Oficial da União (DOU) no dia 22 de dezembro de 2022, altera o Decreto nº 9.612/ 2018, que dispõe sobre as Políticas Públicas de Telecomunicações, e destina à Telebras gestão exclusiva da Rede Privativa de Comunicação da Administração Pública Federal (RPCAPF), que será construída pela Entidade Administradora da Frequência (EAF), denominada Siga Antenado, constituída de acordo com a Portaria 1.924/2021 do Ministério das Comunicações (MCom), e incorporada no edital do 5G.

O novo Decreto também definiu que a Telebras faça uso, em caráter primário, de faixas de radiofrequências que serão designadas pela Anatel para realização das atividades de Segurança Pública, Defesa, serviços de socorro e emergência, resposta a desastres e outras atribuições críticas de Estado, sendo facultado à Telebras "compartilhar infraestruturas passivas e ativas, incluídos os recursos espectrais, com outras redes, observado o incentivo à competição".

A Telebras objetiva garantir a continuidade dos projetos de investimento que vêm sendo conduzidos pela Companhia, ressaltando o papel fundamental da Companhia no desenvolvimento das políticas públicas de telecomunicações em todo o Brasil, especialmente no mercado de atacado e nas áreas carentes de infraestrutura de acesso, bem como na implementação da Rede Privativa de Comunicações da Administração Pública Federal.

1.4.1 Composição da Rede Privativa

A Rede Privativa de Comunicação da Administração Pública Federal, conforme o art. 2ª, Inciso VIII e § 10 da Portaria nº 1.924/2021 do MCom e o edital do 5G, é composta por:

Rede móvel - consiste na construção de uma rede de comunicações críticas, com padrão tecnológico igual ou superior ao 4G LTE Release 10 do 3GPP (organização que visa a colaboração entre os vários órgãos de padronização de telecomunicações), utilizando a faixa de radiofrequências que será consignada pela Anatel, para atendimento a atividades de Segurança Pública, Defesa, serviços de socorro e emergência, resposta a desastres e outras atribuições críticas de Estado, incluindo as realizadas pelos entes federados, bem como disponibilizar 150 mil terminais de usuários para os órgãos públicos federais.

Dentre os requisitos estabelecidos, essa rede deve ter cobertura na área urbana do Distrito Federal, nas principais rodovias e aeroporto e permitir a integração com os sistemas legados de Segurança Pública, Forças Armadas e de infraestrutura, quando houver viabilidade técnica e econômica, conforme critérios a serem definidos pelo Gaispi (grupo que faz a coordenação das atividades de limpeza da faixa de 3,5 GHz, entre outras obrigações do edital de 5G).

Rede fixa - consiste na implantação de redes terrestres ópticas, complementares à rede de governo já existente (ou seja, à rede terrestre já existente da Telebras), e deve observar, dentre os requisitos estabelecidos, ser composta por backhauls, redes metropolitanas, redes de acesso, pontos de presença de rede e atender pelo menos 6.500 pontos de governo, dos quais ao menos 80% por meio de redes de acesso óptica a serem implantadas.

Funcionalidade de Criptografia – a Rede Privativa de Comunicação da Administração Pública Federal deve ser dimensionada para o atendimento a 80 mil dispositivos de criptografia de dados para usuários da Rede Fixa e para sites da Rede Móvel com plataforma de controle e gerência de criptografia, e permitir a realização de auditoria de segurança de seus elementos de hardware, software e firmware integralmente no Brasil, em laboratórios especializados credenciados.

1.5 Reforma Tributária no Brasil

A Reforma Tributária Brasileira foi aprovada e promulgada, em dezembro de 2023, no Congresso Nacional com objetivo de simplificar os tributos sobre o consumo, acabar com a cumulatividade e unificar a legislação dos novos tributos, sendo um dos pilares da reforma a simplificação e harmonização dos tributos existentes.

A unificação de impostos federais, estaduais e municipais busca reduzir a burocracia, eliminar redundâncias e facilitar o cumprimento das obrigações fiscais. A mudança substitui 5 (cinco) tributos vigentes por um Imposto sobre Valor Agregado (IVA dual) composto por: i) Imposto sobre Bens e Serviços, o IBS, de gestão compartilhada entre estados e municípios; ii) Contribuição sobre Bens e Serviços, a CBS é de competência da União. Além disso, cria-se o Imposto Seletivo, IS, que não tem função arrecadatória, pretende desestimular o consumo de produtos e serviços que façam mal à saúde e ao meio ambiente.

Embora as alíquotas ainda não estejam completamente definidas, isso será feito por Lei Complementar. No entanto, de acordo com um estudo do Ministério da Fazenda, a alíquota padrão está estimada em 27%. O IBS e CBS devem ser regulamentados por Lei Complementar ainda em discussão no Congresso Nacional. Sendo assim, para o ano de 2024, a Companhia não teve alterações efetivas na forma de apuração e cálculo dos tributos e ainda não é possível estimar os possíveis impactos nos resultados futuros da Companhia com a Reforma Tributária.

1.6 Aprovação do Aumento de Capital pela Assembleia Geral Extraordinária (AGE)

Em 5 de dezembro de 2024, a 117ª Assembleia Geral Extraordinária aprovou o aumento de capital da Companhia.

O aumento de capital será de R$ 112.256, com a emissão de 7.214.422 ações ordinárias (ON), ao preço de emissão de R$ 15,56.

Os acionistas, independente da espécie de ação que possuem, terão o direito de subscrever 8,3516786894% de sua participação em ações ordinárias da Companhia, conforme posição acionária no encerramento do pregão do dia 10 de dezembro de 2024. Este direito poderá ser exercido entre os dias 16 de dezembro de 2024 (inclusive) e 15 de janeiro de 2025 (inclusive).

1.7 Decreto nº 12.124 – Disposição sobre a Prestação de Serviços Postais e de Comunicação Multimídia da Administração Pública Federal Direta e Indireta

Em 31 de julho de 2024, foi publicado no Diário Oficial da União, o Decreto nº 12.124, de 30 de julho de 2024, que regulamenta a Lei nº 14.744/2023, a qual dispõe sobre a prestação de serviços postais e de comunicação multimídia da administração pública federal direta e indireta.

Com a entrada em vigor do Decreto nº 12.124/2024, os órgãos e as entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional deverão, preferencialmente, contratar diretamente a Telecomunicações Brasileiras S.A. – Telebras para a prestação de serviços de comunicação multimídia, nos termos do disposto no art. 75, caput, inciso IX, da Lei nº 14.133/2021.

1.8 Adequação da Telebras à Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD)

O processo de implantação, acompanhamento e aperfeiçoamento de assuntos relacionados à LGPD é coordenado pelo Comitê de Governança de Dados Pessoais da Telebras, com representantes de todas diretorias e com os seguintes objetivos gerais:

i) atuar estrategicamente a fim de promover proteção de dados pessoais no âmbito da Telebras;

ii) atuar em conformidade com as determinações e os dispositivos relativos à coordenação, ao planejamento e à supervisão das atividades de proteção de dados pessoais na Telebras, conforme determinações da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) e a sua regulamentação;

iii) propor mecanismos para a proteção dos direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural; e

iv) elaborar, manter atualizados mecanismos e normativos destinados à proteção de dados pessoais tendo como fundamentos: o respeito à privacidade, a autodeterminação informativa, a liberdade de expressão, de informação, de comunicação e de opinião, a inviolabilidade da intimidade, da honra e da imagem e os direitos humanos, a dignidade e o exercício da cidadania pelas pessoas naturais.

Também há acompanhamento pelo Comitê de Auditoria (COAUD) através de reuniões trimestrais a qual o Encarregado de Proteção de Dados apresenta as ações relacionadas à LGPD.

As principais atividades realizadas pela Companhia em 2024, visando o contínuo processo de adequação à LGPD, foram:

i) Início dos procedimentos para atualização do Plano de Resposta a Incidentes de Segurança de Dados Pessoais; e

ii) Elaboração do treinamento em LGPD em parceria com a empresa GTI Consultoria e que será disponibilizado para todos os colaboradores da Telebras em tempo oportuno.

2. BASE DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente pela Companhia a todos os exercícios apresentados nessas Demonstrações Contábeis Individuais.

2.1 Base de preparação

As Demonstrações Contábeis foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito nas políticas contábeis no item (2.2) a seguir.

A preparação das Demonstrações Contábeis requer o uso de certas estimativas contábeis e o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade. As premissas e estimativas mais significativas estão divulgadas no item (2.3).

Não houve mudanças relevantes nas práticas contábeis adotadas no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 em relação às aplicáveis em 31 de dezembro de 2023.


Eufrázio
A autenticação deste documento pode ser conferida através do QR Code ao lado.



MINISTÉRIO DAS **COMUNICAÇÕES**



Demonstrações Contábeis Individuais

As Demonstrações Contábeis Individuais da controladora foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, pronunciamentos, orientações e interpretações emitidos pelo CPC e aprovados pela CVM.

A administração da Companhia confirma que todas as informações relevantes próprias das Demonstrações Contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.

A autorização para a emissão dessas Demonstrações Contábeis ocorreu na Reunião da Diretoria realizada em 24 de fevereiro de 2025.

2.2 Estimativas e julgamentos contábeis críticos

Ao preparar as Demonstrações Contábeis, a Administração da Companhia se baseia em estimativas e premissas derivadas da experiência histórica e outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, as quais se consideram razoáveis e relevantes. A aplicação das estimativas e premissas frequentemente requer julgamentos relacionados a assuntos que são incertos, com relação aos resultados das operações e ao valor dos ativos e passivos. Os resultados operacionais e a posição financeira podem diferir se as experiências e premissas utilizadas na mensuração das estimativas forem diferentes dos resultados reais. As estimativas que possuem risco significativo de causar ajustes materiais sobre os saldos contábeis dos ativos e passivos estão relacionadas a seguir.

2.2.1 Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa

A provisão para perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa é estabelecida para reconhecer as perdas prováveis de contas a receber, considerando as medidas implementadas para restringir a prestação de serviços a clientes com contas em atraso e para cobrar clientes inadimplentes.

Há situações de acordos com certos clientes para cobrar contas em atraso, inclusive acordos que permitem aos clientes quitar suas contas inadimplentes em parcelas. Os montantes que efetivamente deixamos de receber para essas contas podem ser diferentes do valor da provisão estabelecida e provisões adicionais podem ser necessárias. (Nota Explicativa 6)

2.2.2 Depreciação e amortização de ativos com vida útil definida

Os ativos de vida útil definida do imobilizado e do intangível são depreciados e amortizados, respectivamente, usando o método linear no decorrer da vida útil dos respectivos ativos. As taxas de depreciação e de amortização dos ativos estão demonstradas nas Notas Explicativas 14 e 15, respectivamente.

As vidas úteis de certos ativos podem variar dependendo da região onde se encontram instalados.

A Companhia revisa anualmente as vidas úteis desses ativos.

2.2.3 Redução ao valor recuperável de ativos de longa duração

A Companhia revisa e analisa a possibilidade de recuperação dos valores registrados no ativo imobilizado e intangível para avaliar a ocorrência de redução do valor recuperável dos ativos da Companhia, seja como o resultado de decisões de descontinuar atividades relacionadas a tais ativos ou em caso de haver evidências de que as receitas operacionais futuras não serão suficientes para garantir sua realização.

Os testes de recuperabilidade (*impairment*) dos ativos de vida útil definida são aplicados sempre que eventos ou mudanças em circunstâncias indicam que o valor contábil pode não ser recuperado.

Os valores recuperáveis dos ativos são determinados com base na comparação entre os cálculos do valor em uso e do valor de venda. Esses cálculos exigem o uso de julgamentos e premissas. A determinação do valor justo e dos fluxos de caixa operacionais futuros descontados exige que a Companhia estabeleça determinadas suposições e estimativas referentes aos fluxos de entrada e de saída de caixa projetados relacionados às receitas, aos gastos e às despesas futuras. Essas suposições e estimativas podem ser influenciadas por diferentes fatores externos e internos, tais como tendências econômicas, tendências da indústria e taxas de juros, mudanças nas estratégias de negócios e mudanças no tipo de serviços e produtos que a Companhia fornece ao mercado. O uso de diferentes premissas pode alterar de maneira significativa nossas Demonstrações Contábeis.

2.2.4 Provisão para riscos trabalhistas, cíveis, fiscais e outros

A Companhia reconhece provisões para perdas em processos judiciais que correm nas esferas trabalhistas, cíveis, fiscais, bem como processos administrativos, conforme apresentado na Nota Explicativa 21.

O reconhecimento da provisão para perdas em processos judiciais se baseia na avaliação de risco de perda em cada processo, que inclui a avaliação das evidências disponíveis, decisões recentes e premissas estatísticas, assim como refletem provisões razoavelmente estimadas, conforme avaliado pela Administração, sua assessoria jurídica e pelos advogados externos (quando cabível). É possível que as premissas utilizadas para estimar a provisão para perdas em processos judiciais alterem, podendo resultar em mudanças nas futuras provisões para perdas nos processos judiciais.

2.2.5 Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros apresentados no balanço patrimonial pelo valor justo são mensurados através de técnicas de avaliação que consideram dados observáveis ou derivados de dados observáveis no mercado. (Nota Explicativa 3)

2.2.6 Benefícios pós-emprego

A avaliação atuarial é baseada em premissas e estimativas com relação a taxas de juros, retorno de investimentos, níveis de inflação para períodos futuros, índices de mortalidade e projeção de níveis de emprego relacionada aos passivos com benefícios de aposentadoria. A precisão dessas premissas e estimativas determinará a criação de reservas suficientes para custos com pensões acumuladas e planos de saúde, como também o valor a ser fornecido a cada ano, como custos com benefícios de aposentadoria.

Tais premissas e estimativas estão sujeitas a flutuações significativas devido a diferentes fatores internos e externos, como tendências econômicas, indicadores sociais, nossa capacidade para empregos e de reter nossos empregados. Todas as premissas são revisadas a cada data base.

Se essas premissas e estimativas não forem precisas, pode haver a necessidade de revisão das provisões para benefícios de aposentadoria, que poderiam afetar de maneira significativa os resultados da Companhia. (Nota Explicativa 32).

3. REAPRESENTAÇÃO OS FLUXOS DE CAIXA DO EXERCÍCIO DE 2023

A Companhia está reapresentado a Demonstração de fluxos de caixa do exercício de 2023, cuja finalidade é a correção do valor dos pagamentos realizados na aquisição de Imobilizado/Intangível (Fluxo de Caixa de Investimentos), em contrapartida da rubrica de Mutações Patrimoniais – Fornecedores (Fluxo de Caixa Operacional). A reapresentação tem por finalidade a apresentação de forma adequada dos fluxos que compõem a referida Demonstração.

Fluxos de Caixa	Divulgação em 31/12/2023	Reclassificação	Reapresentação 31/12/2023
Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais	162.363	(35.140)	127.223
Fluxos de Caixa das Atividades de Investimento	(112.976)	35.140	(77.836)
Fluxos de Caixa das Atividades de Financiamento	(21.286)	-	(21.286)
Variação Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa	**28.101**	**-**	**28.101**

Brasília DF, 24 fevereiro de 2025

FREDERICO DE SIQUEIRA FILHO
Presidente

NAURO LUIZ SCHEUFLER
Diretoria Técnico-Operacional

TATIANA RÚBIA MELO MIRANDA
Diretoria Administrativo-Financeira e de Relações com Investidores

LEVI PEREIRA FIGUEIREDO NETO
Diretoria Comercial

WALLYSON LEMOS DOS REIS OLIVEIRA
Diretoria de Governança

ARTUR JOSÉ SIMÃO PEDREIRA
Contador CRC/DF 008412/0-9

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE RESUMIDO

Os auditores independentes examinaram as demonstrações financeiras da Telecomunicações Brasileiras S.A – TELEBRÁS (“Companhia”) do exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e opinaram que as demonstrações financeiras apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório.

O relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras completas foi emitido pela Consult Auditores Independentes em 27 de fevereiro de 2025 e encontra-se disponível em https://www.telebras.com.br/investidores/demonstracao-financeira-e-relatorio-administracao/

PARECER DO CONSELHO FISCAL RESUMIDO

O Conselho Fiscal da Companhia examinou o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras do exercício social de 2024. Analisou e obteve esclarecimentos prestados pela Diretoria da Executiva e pelo representante da Auditoria Independente. O Conselho Fiscal, por unanimidade, manifestou-se favorável a submissão à Assembleia Geral dos Acionistas do Relatório da Administração, das Demonstrações Financeiras do Exercício Social de 2024. Não houve votos divergentes nem outros assuntos essenciais analisados pelo Conselho Fiscal. Parecer integral emitido em Brasília-DF, 18 de março de 2025 e disponível em https://www.telebras.com.br/investidores/demonstracao-financeira-e-relatorio-administracao/

RELATÓRIO ANUAL RESUMIDO DO COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO – COAUD/2024
Objeto: RELATÓRIO ANUAL RESUMIDO DO COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO

1. INTRODUÇÃO
O Comitê de Auditoria, órgão estatutário da Telebras, foi instituído pela 435ª Reunião Ordinária do Conselho de Administração, realizada em 28/06/2018, em observância ao artigo 74 do Estatuto Social da Companhia e artigo 24 da Lei 13.303/2016.

2. FINALIDADE DO COMITÊ DE AUDITORIA
Assessorar o Conselho de Administração relativamente ao exercício das suas funções de auditoria e, dentre outras atribuições previstas em seu Regimento Interno supervisionar as atividades desenvolvidas nas áreas de controle interno e de elaboração das demonstrações financeiras e monitorar a qualidade e a integridade das demonstrações financeiras, bem como supervisionar as atividades dos auditores independentes, avaliando sua independência, a qualidade dos serviços prestados e a adequação de tais serviços as necessidades da Telebras.

3. COMPOSIÇÃO DO COMITÊ DE AUDITORIA
O Comitê de Auditoria Estatutário (COAUD), em 31 de dezembro de 2024, era composto pelos seguintes membros: Jorge Ricardo Bittar (Presidente do Comitê e Conselheiro de Administração Independente), Paula Vicente da Silva (Especialista em Contabilidade Societária) e Glauben Teixeira de Carvalho.

4. ATIVIDADES EXERCIDAS NO ÂMBITO DE SUAS ATRIBUIÇÕES
Durante o ano de 2024, o Comitê reuniu-se em 64 (sessenta e quatro) ocasiões. Em suas reuniões, o COAUD, após análise e debate com as áreas operacionais, emitiu sugestões, solicitações e recomendações para o aperfeiçoamento de processos conforme extratos constantes das atas de reuniões, a seguir.

Recomendações, Sugestões e Resultados:

Período: Janeiro - Dezembro de 2024			
Demanda	**Total**	**Implementadas**	**Em Andamento**
Recomendações	9	8	1
	100%	89%	11%
Sugestões	8	8	0
	100%	100%	0%
Solicitações	49	48	1
	100%	98%	2%

5. DESTAQUES
Dentre os assuntos e trabalhos realizados entre janeiro de 2024 e dezembro de 2024 pelo COAUD destacam-se os seguintes:

Das Demonstrações Financeiras
O Comitê acompanhou o processo de elaboração das Demonstrações Financeiras e notas explicativas relativas ao exercício findo em 31/12/2024 e procedeu à apreciação do Relatório da Administração, Relatório dos Auditores Independentes e demais documentos destinados à publicação. Tomou conhecimento das práticas contábeis adotadas pela Companhia durante as reuniões realizadas com os gestores responsáveis pela elaboração dos referidos documentos e com os auditores independentes.

O Comitê verificou que as práticas contábeis adotadas durante a elaboração das demonstrações financeiras estão alinhadas às normas contábeis adotadas no Brasil, bem como a legislação aplicada pelos órgãos de controle.

- **Da Auditoria Independente**

O COAUD considera satisfatório o resultado dos trabalhos de Auditoria, não tendo sido identificadas situações que pudessem afetar a objetividade e a independência dos auditores independentes.

- **Autoavaliação**

O Comitê procedeu com sua autoavaliação.

- **Partes Relacionadas**

O Comitê acompanhou e supervisionou as atividades desenvolvidas pela Auditoria Interna, avaliando e monitorando, em conjunto com a administração, a adequação e o fiel cumprimento das transações com partes relacionadas aos critérios estabelecidos na Política de Transações com Partes Relacionadas e sua divulgação.

- **Auditoria Interna**

O Comitê acompanhou e supervisionou as atividades desenvolvidas pela Auditoria Interna, examinou o Plano Anual de Atividades da Auditoria Interna (PAINT-2025) e Relatório Anual de Atividades da Auditoria Interna (RAINT-2024), bem como recebeu, discutiu e acompanhou relatórios regulares da Auditoria Interna sobre os resultados de suas atividades, incluindo as respostas da Diretoria às recomendações feitas sobre controles e inconformidades.

- **Gestão de Riscos, Controles e Conformidade**

O Comitê acompanhou e monitorou a qualidade dos controles internos, da conformidade e do gerenciamento de riscos, recomendando ações para reduzir os riscos da Companhia e aumentar os controles internos, quando necessário.

- **Ouvidoria e Canal de Denúncia**

Respeitando as legislações vigentes e o Regimento Interno do COAUD, o canal de denúncias está sendo monitorado. Os interessados podem encaminhar denúncias, inclusive sigilosas, internas e externas à Companhia, em matérias relacionadas ao escopo de suas atividades. Em 2024 o Comitê recebeu apenas 1 (uma) denúncia.

- **Conclusão**

O Comitê exerceu suas atribuições sem interferências da Administração, apresentando recomendações para o aperfeiçoamento de processos e procedeu ao acompanhamento das implementações de melhorias recomendadas pelas Auditorias interna e independente.

Brasília, 14 de março de 2025.

Jorge Ricardo Bittar
Presidente do Comitê de Auditoria Estatutário

Paula Vicente da Silva
Membra do Comitê de Auditoria Estatutário – COAUD

Glauben Teixeira de Carvalho
Membra do Comitê de Auditoria Estatutário

HISTÓRIAS de BRASÍLIA 65 ANOS

Tradição que move a capital

A Viação Pioneira atua há mais de 30 anos no DF e investe em novas tecnologias

ELISA COSTA
elisa.costa@grupojbr.com

Há mais de 35 anos no mercado, a Viação Pioneira vem operando o transporte público responsável por diversas rotas de ônibus de Brasília, com a missão de promover um serviço digno e confiável, com sustentabilidade, à toda a população do Distrito Federal. Dentre os valores da empresa, estão a ética, a excelência, o foco no cliente, trabalho em equipe, a gestão empreendedora e responsabilidade socioambiental.

Tradicionalmente brasiliense, foi fundada em meados da década de 60 pelos Irmãos Matsunaga que, na época, também eram donos da Viação Planeta. No ano de 1977, a Pioneira foi comprada pelo empresário Nenê Constantino, e na década de 90 se juntou ao grupo que também já tinha tomado posse da Viação Planeta, da Viação Cidade Brasília e da Viação Satélite.

O grupo Constantino até então fazia o transporte de mercadorias, mas, quando decidiram testar o transporte de passageiros, viram potencial no segmento. Desde então, a Pioneira se tornou uma das protagonistas do transporte na capital do país e atualmente, conta com 2.790 colaboradores diretos, uma frota de 704 ônibus divididos em quatro cidades base: Santa Maria, Gama, São Sebastião e Paranoá.

Em entrevista exclusiva ao **Jornal de Brasília**, o diretor administrativo da Pioneira, Fernando Eloia, que está na empresa desde 2006, explicou que as cidades-base são os locais onde a viação conta com estruturas, administração, manutenção e operação de veículos. A partir desses locais, as rotas atendem regiões como Candangolândia, Park Way e outras adjacentes.

"Inicialmente, a gente dava muita atenção à parte de operação e de manutenção dos carros, mas ao longo dos anos, a parte de recursos humanos foi crescendo porque a importância de tudo isso são as pessoas. Então, durante 20 anos, a gente tem trabalhado muito o comportamental e aprendizado de todos os nossos profissionais. Digo que esse é um ponto primordial para que o nosso crescimento tenha sido substancial", afirmou Fernando.

FOTOS: ELISA COSTA





"É uma empresa acolhedora e familiar", destaca Francisco de Assis, contador da empresa

> **"A gente mantém a ferramenta boa e também as pessoas educadas na parte de legislação e treinadas todos os dias, tanto nos nossos auditórios como nos nossos terminais. Tudo isso nos eleva ao patamar que a gente tem hoje, de confiabilidade do usuário."**
>
> **Fernando Eloia, diretor Administrativo**

Com um maior cuidado com as pessoas, também foram sendo aprimorados os cuidados com os ônibus. O diferencial da Pioneira é que a empresa não permite a circulação de veículos com mais de 3 a 4 anos de vida útil, mesmo que o carro tenha vida útil maior que esse período. Além disso, para a manutenção, são utilizadas apenas peças de primeira linha.

"A gente mantém a ferramenta boa e também as pessoas educadas na parte de legislação e treinadas todos os dias, tanto nos nossos auditórios como nos nossos terminais. Tudo isso nos eleva ao patamar que a gente tem hoje, de confiabilidade do usuário", relatou o diretor. Fernando ressaltou que as reclamações existem. Contudo, algumas questões realmente não são do controle da empresa.

"Nós temos hoje 5 mil partidas por dia, é muita coisa. E as pistas, as estradas, os congestionamentos, a chuva, são coisas que não tem como controlar, então por isso que algumas vezes acontecem atrasos, mas em 5 mil partidas nós temos um percentual de atendimento de 98,9% dos horários estabelecidos", complementou o dirigente.

Entre os diferenciais da Pioneira, Fernando Eloia também citou a preocupação constante com o meio ambiente, para que a empresa possa estar inserida mundialmente nesse contexto. Contudo, ainda é preciso melhorar a capacidade de ser autossustentável. Em algumas unidades, o sistema de energia fotovoltaica e de recuperação e tratamento de água já foi instalado, mas é preciso avançar ainda mais.

Local de acolhimento

Na sede da Viação Pioneira, no Núcleo Bandeirante, ficam os setores da diretoria, recursos humanos, jurídico, contabilidade, financeiro, estatísticas, o planejamento de escala e o Centro de Controle Operacional, que monitora todos os carros, o que está acontecendo nas ruas e o comportamento dos motoristas. O local, além de ser repleto de responsabilidades, também conta com profissionais que fazem parte da história da empresa.

Francisco de Assis, mais conhecido como Neto, 66 anos, é contador da Pioneira desde o surgimento da casa. Para ele, uma das maiores qualidades da empresa é a atenção com os funcionários e a pegada conservadora, que faz com que os trabalhadores permaneçam no emprego por muitos anos. "É uma empresa acolhedora e familiar. A pessoa mais nova trabalhando aqui no meu setor já tem quatro anos de empresa", comentou.

Já na visão de Márcio Costa, gerente financeiro da Pioneira, com 31 anos de casa, o ponto positivo da firma é o dinamismo. "Estamos com uma tecnologia avançada e a gente sempre preza por fazer um bom atendimento para os usuários e para os colaboradores também. "Todo dia a gente tem desafio, né? Mas o maior deles é sempre continuar dando um bom atendimento", acrescentou.

Boa relação com o governo

Ao **JBr**, o diretor Fernando contou que a relação da empresa com o Governo do Distrito Federal (GDF) tem sido muito proveitosa e positiva, já que o governador Ibaneis Rocha e o secretário de Transporte do DF, Zeno Gonçalves, têm aberto espaços para receber as sugestões e demandas dos operadores, aqueles que realmente conhecem a matéria e que sabem qual é a realidade do setor.

"Os operadores é quem têm que levar as sugestões, não dizer o que tem que fazer, mas mostrar para eles qual é o melhor caminho a ser seguido. E essa porta com o governo Ibaneis, com a secretaria, tem sido muito positiva. Eles têm uma relação com todos os operadores de muita proximidade, diferente das outras gestões", comentou Eloia.

Aumento da frota

A Viação Pioneira está conversando com a Mercedes Benz, que é o fornecedor dos ônibus, para a aquisição de mais 25 novos veículos para aumentar a frota do DF e posteriormente, a compra de mais 419 novos ônibus, totalizando 444 novos ônibus para a capital do país até julho de 2026. A empresa começará a colocar os veículos em operação ainda este ano, e, em julho, e todos devem estar circulando até a metade do ano que vem.

Depois que os veículos chegarem da fábrica eles devem ser registrados no Detran e na Secretaria de Mobilidade e Transporte do DF (Semob) antes de entrarem em operação, período que demora cerca de 10 a 15 dias. Para a primeira semana de julho, por volta de 60 carros já devem estar prontos para chegar aos estacionamentos da empresa, a fim de ampliar o atendimento para os brasilienses e proporcionar mais conforto.

A empresa investe constantemente em novas tecnologias para os veículos, desde sistemas de monitoramento avançados até soluções de bilhetagem eletrônica, ferramentas que aprimoram a eficiência operacional e garantem a segurança e conforto dos passageiros. A atualização da frota é mediada por uma política de renovação regular que traz novos veículos com acessibilidade aprimorada, sistema de climatização e designs ergonômicos.



DIVULGAÇÃO/ VIAÇÃO PIONEIRA



ALZHEIMER

Pode ser identificado 20 anos antes dos sintomas

Descoberta de pesquisadores suecos abre novos caminhos para o diagnóstico precoce

FREEPIK



A prática de exercícios previne o aparecimento de doenças como Alzheimer e Parkinson, além de melhorar a qualidade de vida

Pesquisadores do Instituto Karolinska, da Suécia, descobriram novas evidências da doença de Alzheimer que podem surgir até 20 anos antes dos primeiros sintomas de perda de memória. A descoberta abre novos caminhos para o diagnóstico precoce e até para tratamentos inovadores.

O trabalho, publicado na revista científica internacional Molecular Psychiatry, revela um alteração do metabolismo das mitocôndrias, organelas responsáveis pela produção de energia usada pelas nossas células.

"A doença de Alzheimer é causada pela perda de sinapses, essencialmente, que se reflete nos sintomas. É muito importante entender o que acontece antes disso, tanto em termos de diagnóstico quanto em medicamentos que possam prevenir a neurodegeneração", afirma Per Nilsson, professor do Instituto Karolinska e um dos autores da pesquisa.

Feito em camundongos modificados para desenvolver os mesmos sintomas do Alzheimer, o estudo ainda é preliminar e os resultados precisam ser confirmados em humanos, mas os pesquisadores são otimistas. "A maioria dos estudos usa animais que superexpressam os genes relacionados com a doença, o que pode levar a falsos resultados. Nós usamos modelos sem esse viés", afirma Luana Naia, pós-doutoranda e primeira autora do trabalho.

No artigo publicado, os cientistas revelam que o cérebro dos ratinhos entrou em estado de redução da atividade das mitocôndrias. Outro fenômeno observado foi a diminuição das sinapses, especialmente na região associada à memória, o hipocampo.

Identificar essas alterações patológicas podem servir, no futuro, como uma alternativa para o diagnóstico precoce. Para isso, entretanto, ainda é preciso verificar se os resultados se repetem em humanos, e, depois, encontrar novos marcadores associados a essa mudança metabólica das mitocôndrias, uma vez que não é possível retirar amostras do cérebro dos pacientes como os pesquisadores fizeram com os camundongos.

Segundo Elisa Resende, neurologista e professora da Universidade Federal de Minas Gerais, as novas evidências também abrem portas para a busca de tratamentos inovadores que visem ao fortalecimento das mitocôndrias. Nos últimos anos, novos medicamentos considerados promissores não se mostraram capazes de recuperar a capacidade cognitiva dos pacientes.

Tratamento

O Alzheimer é caracterizado pela presença de proteínas beta-amiloides do cérebro. Aprovados nos Estados Unidos desde 2021, medicamentos como o Aducanumab e o Lecanemab são capazes de combater esses corpos estranhos e, mesmo não revertendo a condição do paciente, desaceleram a progressão da doença.

Por essa característica, inclusive, são considerados tratamentos excelentes para pacientes com o diagnóstico precoce, que ainda não apresentam perdas cognitivas graves. Esse grupo inclui pessoas com mais de 60 anos que sofram quadros de perda de memória que atrapalhem as funções do dia a dia.

O diagnóstico do Alzheimer, entretanto, ainda só pode ser feito quando surgem os primeiros sintomas da doença, ainda que novas análises, como o líquor, possibilitem a avaliação da presença de proteínas características, como a própria beta-amiloide. Mais recentemente também estão surgindo exames de biomarcadores, mas que ainda devem ser associados ao exame clínico.

Para retardar o avanço do Alzheimer, o primeiro passo é melhorar o nível educacional e manter as atividades cognitivas depois da aposentadoria. Também é importante ter dietas equilibradas e manter a prática de exercícios físicos.

Nesse sentido, as novas descobertas oferecem uma perspectiva de diagnóstico muito mais cedo. "Quando os sintomas clássicos são visíveis no cérebro, a doença já está em um estágio mais avançado. Agora nós temos essa possibilidade de olhar em camundongos muito jovens e ver essas alterações", diz Maria Ankarcrona, professora de neurogeriatria no Instituto Karolinska e colaboradora da pesquisa.

Devido à grande importância do diagnóstico precoce, pesquisadores em todo o mundo concentram esforços na busca de novos instrumentos capazes de detectar o quanto antes a doença. Mas ainda persistem obstáculos difíceis de transpor.

Consistência nos resultados

Os biomarcadores, especialmente as proteínas tau e beta-amilóide, estão no centro das atenções. Mas a tarefa de identificar essas moléculas no sangue é gargantuesca. Este ano foi publicado na revista Science Translational Medicine um estudo de quase 5 mil proteínas analisadas entre 11 mil adultos. Desse montante, os pesquisadores conseguiram encontrar apenas 32 associadas ao Alzheimer.

Entre esse número reduzido, 12 estavam relacionadas com alterações já encontradas nos exames de líquor, enquanto oito são conhecidas pelas análises de tecido cerebral de pacientes falecidos. As evidências ajudam a dar consistência aos resultados. Os especialistas afirmam que algumas dessas evidências podem ser encontradas até 20 anos antes do início da perda de cognição.

Também não escapa dos cientistas a possibilidade de utilizar algoritmos de inteligência artificial para prever a progressão da doença. Entretanto, devido à concentração de pesquisas apenas nos países europeus e nos Estados Unidos, os modelos ainda são enviesados.

Uma pesquisa publicada ainda este ano no Journal of the American Medical Association acompanhou quase 2.000 pacientes com mais de 53 anos e revelou que o algoritmo foi menos sensível para participantes negros ou de ascendência latina ou asiática. O resultado revela a necessidade de expandir as pesquisas para outras regiões do mundo.

O mesmo se aplica para os testes com biomarcadores, segundo a professora Elisa Resende. "Já estão validados em estudos internacionais, mas ainda não existe um ponto de corte adequado para a população brasileira", diz.

Para retardar o avanço do Alzheimer, o primeiro passo é melhorar o nível educacional e manter as atividades cognitivas depois da aposentadoria. Também passa por dietas equilibradas e pela prática de exercícios físicos, sem deixar de lado o controle de outras questões de saúde consideradas fatores de risco, como a hipertensão, a obesidade, a diabetes, a depressão, a baixa audição e o tabagismo.



MINISTÉRIO DAS **COMUNICAÇÕES**



Relatório da Administração - 2024

Apresentação
Apresentamos o Relatório da Administração sobre os negócios e os principais fatos administrativos do exercício de 2024.

1. A EMGEA
A Empresa Gestora de Ativos S.A. (Emgea) é uma empresa pública federal não financeira, constituída sob a forma de sociedade anônima de capital fechado, vinculada ao Ministério da Fazenda, com capital social totalmente integralizado pela União. Tem como objeto social, definido em seu Estatuto Social, a gestão de bens e direitos provenientes da União e de entidades integrantes da administração pública federal, no caso concreto, das carteiras de operações de crédito imobiliário pessoa física, crédito imobiliário pessoa jurídica (público e privado) e crédito comercial, adquiridas via cessão de créditos da Caixa Econômica Federal (Caixa) quando da criação da Emgea e em nova operação realizada em 2014.

A Emgea tem como propósito, missão, visão e valores:

PROPÓSITO
Gerir e recuperar ativos, próprios e de terceiros.

MISSÃO
Viabilizar o ingresso de recursos financeiros gerindo ativos da EMGEA em prol do interesse público.

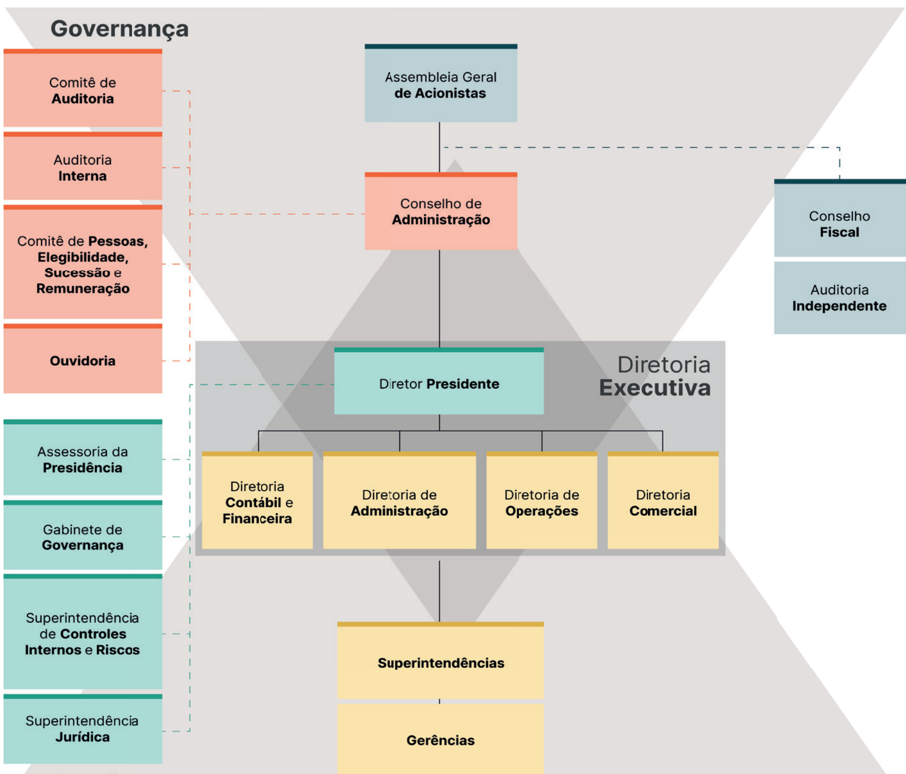
VISÃO
Ser referência em recuperação de ativos para cedentes públicos ou privados.

VALORES
• Ética
• Transparência
• Excelência Operacional
• Integridade
• Comprometimento
• Função Social

1.1. Modelo de negócios
O modelo de negócios da Emgea consiste no desenvolvimento e implementação de estruturas negociais na administração de ativos próprios e de terceiros, observando os princípios e alçadas aplicáveis, os aspectos institucionais, jurídicos, financeiros, contábeis e tributários. Além disso, a empresa recorre à esfera judicial ou extrajudicial sempre que necessário.
Na cadeia produtiva da Empresa, as carteiras de operações de crédito compõem os ativos primários, sejam eles próprios, de terceiros ou decorrentes de parcerias que gerem benefícios para a Emgea, sob os aspectos econômico, financeiro, social ou institucional.
A recuperação dos créditos, mediante liquidação ou a reestruturação das operações, pode originar:
a) Recursos financeiros - moeda nacional, incorporada no caixa da Empresa;
b) Créditos perante o FCVS - grande parte dos contratos de crédito imobiliário adquiridos quando da constituição da Emgea, contava com previsão de cobertura pelo FCVS. À medida que as operações são liquidadas ou renegociadas, são gerados créditos perante o FCVS. Esses créditos podem ser convertidos em títulos públicos federais - mediante a novação, com a União, nas condições previstas na Lei nº 10.150 de 2000;
c) Imóveis não de uso – uma das últimas medidas adotadas para a recuperação de créditos, especialmente os imobiliários, após o esgotamento das ações de cobrança, é a realização das garantias por meio de adjudicação, arrematação, consolidação da propriedade ou dação em pagamento em processos negociais. Os imóveis são incorporados ao ativo não circulante da EMGEA e disponibilizados para venda, conforme as modalidades previstas na legislação, visando à entrada de recursos financeiros no caixa da Empresa.

1.2. Modelo de Governança
Para cumprir seu propósito e alcançar sua visão, a Emgea adota um modelo de governança corporativa pautado em princípios e estruturado em instâncias, com papéis e competências formalmente definidos no Estatuto Social e em Regimentos Internos. São princípios que norteiam a atuação da Emgea: compromisso, equidade, integridade, liderança, prestação de contas, responsabilidade, transparência.
Na figura 1 a seguir é detalhada a estrutura de Governança e Gestão da Emgea.

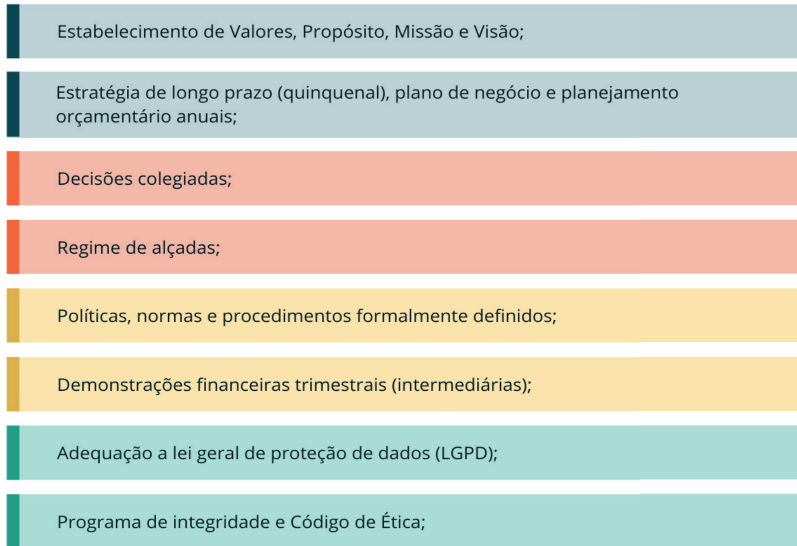
Figura 1 - Estrutura de Governança e Gestão da Emgea



Fonte: Emgea/Gabin.

1.2.1. Boas práticas de governança
Além da definição da estrutura administrativa e das competências, estabelecidas no Estatuto Social e no Regimento Interno, a Emgea adota uma série de boas práticas de governança, dentre as quais:

Figura 2 - Boas práticas de governança na Emgea



Estruturas para a gestão:
- Dos processos de negócio (recuperação de créditos);
- Da ética, integridade e conduta;
- De riscos e controles internos;
- Orçamentária e tributária;
- Financeira;
- De pessoas;
- De tecnologia da informação;
- Da responsabilidade socioambiental.

Fonte: Emgea/Gabin.

1.2.2. Controles Internos e Gerenciamento de Risco
Aderente às exigências da legislação e regulamentação vigentes e alinhada com as melhores práticas de mercado, a Emgea adota uma estrutura de gestão de riscos e controles internos organizada em linhas, conforme figura 3 abaixo.

Figura 3 - Estrutura de Controles Internos e Gestão de Riscos – Emgea



Fonte: Emgea/Suris.

Os resultados das avalições de riscos alimentam uma Matriz de Riscos que, considerando os níveis de probabilidade (possibilidade de materialização de um determinado evento de risco) e de impacto (efeito da ocorrência do evento de risco), auxilia na identificação dos riscos estratégicos, ou críticos, assim considerados aqueles que podem comprometer o alcance dos objetivos e do propósito da Empresa, hierarquizando-os em graus de exposição (extremo, alto, médio ou baixo).
Trimestralmente, os resultados dos trabalhos de verificação de conformidade e gestão de riscos são reportados, por meio de relatórios, ao Comitê de Governança, Riscos e Controles, à Diretoria Executiva, ao Comitê de Auditoria e aos Conselhos de Administração e Fiscal.

1.2.3. Modelo de Governança de TI
O modelo de governança de TI adotado pela Emgea conta com uma unidade organizacional responsável pela gestão da tecnologia da informação e com comitês que atuam como órgãos de apoio à gestão, sendo: Comitê Executivo de Tecnologia da Informação - CETI; Comitê Gestor de Tecnologia da Informação - CGTI; e Comitê de Segurança da Informação, Proteção de Dados Pessoais e Privacidade - CSI.
As estratégias e ações no âmbito da governança de TI estão condensadas no Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação - PDTIC, que consiste em um documento que define diretrizes para o fornecimento de recursos e de ferramentas de tecnologia da informação, necessários para o alcance dos objetivos estratégicos. O Plano também é responsável por definir as ações a serem realizadas no período de vigência de um ano.


Eufrázio
A autenticação deste documento pode ser conferida através do QR Code ao lado.



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

GOVERNO FEDERAL BRASIL UNIÃO E RECONSTRUÇÃO

2. Principais eventos de 2024

O exercício de 2024 foi marcado por dois principais fatores regulatórios conforme explicitado abaixo.

I. Em 28 de Maio de 2024 foi publicado o Decreto nº 12.032, que retirou a Emgea do Plano Nacional de Desestatização, permitindo com isso que a empresa fortaleça sua atuação no mercado e contribua para o conjunto de atividades da atuação do Estado.

II. Em 10 de outubro de 2024, foi publicada a Lei nº 14.995, que, dentre outros aspectos, alterou a Medida Provisória nº 2.196-3, de 2001, a qual criou a Emgea, possibilitando a ampliação da atuação da empresa, tanto no âmbito da aquisição e gestão de ativos quanto na contribuição para o fomento do crédito imobiliário nacional.

A companhia iniciou um período significativo de aprimoramento do seu modelo de negócios, impulsionado pela entrada em vigor dos dois marcos regulatórios. Em consequência, a Emgea propôs atualização de seu Estatuto Social com o fulcro de adequar, dentre outras, o Objeto Social da Empresa à nova legislação.

Essas mudanças redefiniram as diretrizes operacionais e abriram novas oportunidades estratégicas, exigindo adaptações e otimizações nos processos internos e na busca por novos negócios. Diante desse cenário, a empresa planeja continuar o processo de aprimoramento ao longo de 2025, visando fortalecer sua posição no mercado e maximizar os benefícios da expansão do seu campo de atuação.

Nos tópicos a seguir são apresentados os principais eventos administrativos ocorridos ao longo de 2024.

2.1. Desempenho econômico-financeiro

O Lucro Líquido de 2024 foi R$ 569,66 milhões, representando um acréscimo de 128,33% em relação a 2023, que foi R$ 249,49 milhões. Esse acréscimo decorre principalmente em razão da redução de 53,56% dos Custos Operacionais, redução de 78,20% das Despesas Operacionais e, adicionalmente, a um aumento de 111,78% do resultado financeiro.

O Patrimônio Líquido atingiu R$ 12.154,71 milhões, aumentando em 1,69% em relação ao exercício anterior em razão do registro do resultado econômico do exercício.

Os Ativos Totais somaram R$ 13.398,16 milhões em 2024, contra R$ 16.530,24 milhões no exercício de 2023, representando decréscimo de 18,95% no ano, principalmente em razão da realização de créditos perante o FCVS que corresponde a cerca de 70% do Ativo Total da Companhia.

O Passivo Circulante e Não Circulante totalizou R$ 1.243,45 milhão, contra R$ 4.577,47 milhões em 2023, o que representou uma redução de 72,84%, principalmente, em razão de quitação e amortizações extraordinárias de dívidas perante o FGTS.

Em 2024 transitaram no caixa da Emgea R$ 5.389,31 milhões, sendo 615,09% maior que em 2023. Desse total, R$ 5.108,36 milhões são originários de novações de dívidas do FCVS em conformidade com as instruções e formalizações a que se refere a Lei nº 10.150/2000.

Os desembolsos no período somaram R$ 4.258,54 milhões, dos quais destacamos os montantes relativos aos pagamentos com Serviço da Dívida - FGTS, referentes à liquidação dos Contratos 482.487 e 478.510, e à amortização extraordinária e ao pagamento das prestações mensais do Contrato 450.169. Observa-se que os desembolsos em 2024 foram 460,25% maiores do que em 2023.

Em 2024, a Emgea recolheu tributos no montante de R$ 305,48 milhões para diversos entes, fundos e esferas da administração pública, tendo um acréscimo de 28% em relação ao ano anterior. No entanto, o percentual da carga tributária em relação ao resultado do exercício de 2024 (27,88%) foi menor que em 2023 (38,97%), mesmo com o resultado de 2024 sendo maior. Nota-se então que houve um ganho da eficiência do planejamento tributário da Emgea.

2.2. Desempenho dos negócios

No que diz respeito à gestão dos negócios, além das citadas movimentações oriundas de processos de novação de dívidas do FCVS, em 2024 foram intensificadas as ações voltadas para arrecadação de recursos originários da gestão dos ativos da Empresa, por meio de ações diretas de cobrança junto aos devedores.

A Carteira de imóveis não de uso, incorporados no ativo não circulante por ocasião da realização das garantias de empréstimo habitacional, em face do inadimplemento com o financiamento habitacional, encerrou o exercício com 1.455 unidades, localizadas em todas as regiões do país, em diversas tipologias, situações jurídica e de ocupação.

Foram implantadas diversas ações negociais e operacionais visando a redução de custos com despesas incidentes sobre os imóveis, com arrecadação de R$ 10,62 milhões e diminuição nas despesas totais de condomínio e IPTU em 14,4% em relação ao exercício de 2023.

No âmbito do crédito imobiliário pessoa física, em 2024 foram arrecadados recursos na ordem de R$ 76,71 milhões, oriundos de prestações pagas pelos mutuários e renegociação ou liquidação de dívidas. Foram liquidados 2.337 contratos no ano, o que viabilizou a concretização da aquisição da moradia própria.

A carteira comercial perante pessoa física, contratada em diversas linhas de crédito concedido pela Caixa Econômica Federal e cedidos para Emgea em 2014, fechou o exercício de 2024 com uma diminuição de 145 mil créditos, decorrentes de baixa operacional daqueles com valor de dívida inferior a R$ 200 reais e daqueles inferiores a quatro mil reais localizados em municípios com decretação de calamidade no estado do Rio Grande do Sul e, ainda, mediante quitação do saldo devedor. A arrecadação gerou ingresso de R$ 8,46 milhões.

A carteira de créditos vinculados a pessoas jurídicas está composta por 725 contratos e se divide entre os setores público e privado. Em 2024, foram priorizados os contratos que possuíam maior valor e expectativa de retorno para a Emgea. Como resultado, houve arrecadação de R$ 20,53 milhões na carteira de créditos vinculados a pessoas jurídicas.

No âmbito dos créditos perante o FCVS, em 2024 foram celebrados 33 contratos de novação (Lei nº 10.150/2000), com a obtenção de recursos financeiros (valores em espécie e títulos CVS) no montante de R$ 5.880,81 milhões.

No exercício, também foram formalizados 63 novos processos de novação, no valor de R$ 1.495,09 milhões, valor este que, somado aos valores dos processos de novação formalizados em anos anteriores e não finalizados, de R$ 3.181,06 milhões, totaliza R$ 4.676,15 milhões na posição de 31 de dezembro de 2024.

Mesmo após a expressiva celebração de contratos de novação em 2024, a carteira de créditos perante o FCVS da empresa ainda é muito relevante, com um saldo contábil líquido de R$ 9.459,81 milhões, sendo que desse montante, 98,10% dos créditos encontram-se homologados pela Administradora do FCVS.

2.3. Eficiência Operacional

Em 2024, a Emgea avançou rumo ao ganho de eficiência operacional, implementando melhorias no Sistema de Gestão de Ativos (Sisgea), de desenvolvimento próprio quando iniciou-se, em 2019, a internalização de serviços que até aquele momento eram prestados pela Caixa Econômica Federal.

Também houve a implantação do Sistema Eletrônico de Informação (SEI) na versão distribuída pelo Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos – MGI, substituindo o Sistema de Gerenciamento de Fluxo de Documentos (Sisdoc) e trazendo mais agilidade na tramitação de documentos e organização de processos.

Na mesma linha, foi estabelecida parceria com empresa especializada em serviços de arquivologia e suporte à transformação digital, em especial aos documentos relacionados aos Créditos FCVS que a Emgea faz a custódia de exemplares físicos.

No âmbito da segurança da informação, foi finalizada a contratação, através de processo licitatório, da nova *Storage*, responsável pelo armazenamento de todas as informações corporativas da Emgea. Também foi finalizada a contratação, através de processo licitatório, de novas estações de trabalho e computadores, incluindo novos *notebooks* e telas secundárias, com o objetivo de aumentar a produtividade em áreas estratégicas.

Ainda em 2024 e com término previsto para 2025, iniciou-se o processo de mudança para uma nova sede para a Emgea. Situada no mesmo edifício desde sua criação em 2001, a Emgea vislumbra proporcionar maior qualidade do ambiente de trabalho aos colaboradores com um local mais moderno e mantendo-se na mesma região que possui fácil acesso por diversos meios de transporte.

No tocante à gestão de negócios, novas ações estratégicas foram implementadas visando a melhoria nos processos finalísticos, em especial no que se refere à: (i) revisão do regime de alçada para negociações; (ii) estruturação do sistema de informações; e (iii) ao saneamento da base de dados de devedores. Tais ações permitirão obter ganho de resultados nos exercícios vindouros para a Empresa, não só no fortalecimento da segurança das informações, mas também na arrecadação de recursos financeiros.

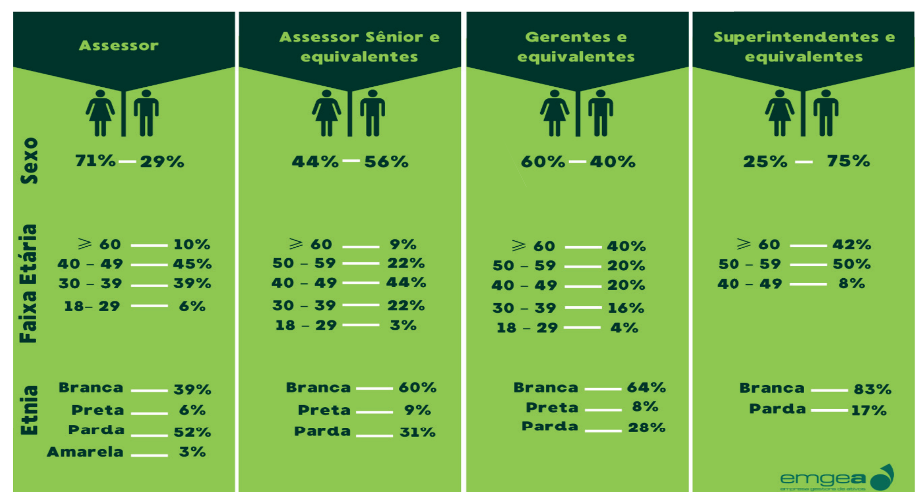
2.4. Gestão de Pessoas

A Emgea não possui plano de cargos e salários e os cargos comissionados são ocupados por profissionais contratados no mercado em regime celetista. Adicionalmente conforme na medida provisória que criou a empresa (MP n° 2.196/2001), a Emgea conta com empregados cedidos pela Administração Pública Federal e submetem-se ao regime integral e dedicação exclusiva ao serviço.

A estrutura atual, aprovada por meio da Portaria nº 17 de 22.12.2015, pelo Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais - Dest (atualmente Secretaria de Coordenação das Estatais - Sest, do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos - MGI), estabelece a dotação de 104 (cento e quatro) colaboradores.

Em 31.12.2024, a companhia fechou com lotação de 100 (cem) colaboradores e o quadro de pessoal demonstra os seguintes perfis:

Figura 4 – Perfil de colaboradores em 31.12.2024.



Fonte: Emgea/Supes

Com o objetivo de inserir estudantes no mercado de trabalho, a Emgea manteve em seu quadro de pessoal, seis menores aprendizes e cinco estagiários, posição em 31.12.2024.

Todos os programas legais que tem como escopo a segurança no trabalho, quais sejam: Programa de Gerenciamento de Riscos – PGR; Análise Ergonômica do Trabalho – AET; Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional – PCMSO e Laudo Técnico das Condições Ambientais de Trabalho – LTCAT, sempre estão atualizados, o que auxilia na manutenção do grau mínimo da Emgea no Fator Acidentário de Prevenção – FAP, junto ao Ministério da Previdência Social.

A Emgea possui Política de Participação dos Empregados nos Lucros ou Resultados o que proporcionou, no último triênio, considerando o desempenho no cumprimento das metas estabelecidas, o pagamento integral dos valores definidos em acordo.

O Regulamento de Pessoal da Empresa apresenta um Programa de Valorização do Capital Humano que dentre as ações de impacto destaca-se a necessidade verificar no processo seletivo critérios de pluralidade e diversidade, reservando, preferencialmente, ao menos 50% dos cargos ao acesso feminino.

2.5. Sustentabilidade

Em consonância com a Política Nacional de Resíduos Sólidos, instituída pela Lei nº 12.305 de 2 de agosto de 2010, bem como atenta às melhores práticas de gestão ASG (ambiental, social e de governança) e aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável estabelecidos pela Organização da Nações Unidas - ONU, a Emgea mantém, permanentemente, uma Comissão de Responsabilidade Socioambiental – CRSA, instituída e vinculada à Diretoria de Administração, atuando como órgão de apoio à gestão em assuntos relacionados a responsabilidade socioambiental.

Com a implantação do sistema SEI, verificou-se a redução na impressão de documentos. No ano de 2023 foram impressas aproximadamente 377.509 páginas de documentos, sendo que, em 2024, esse número caiu para 327.521 páginas, uma redução de 49.988 páginas impressas, gerando 13,24% de economia.

Ampliando a política de redução de resíduos e de descarte ambientalmente sustentável, todo o material reciclável produzido pela Empresa é coletado pelo Serviço de Limpeza Urbana - SLU/DF e repassado a cooperativas ou associações de catadores do Distrito Federal, em conformidade com a Lei Distrital nº 3.890/2006, que dispõe sobre a coleta seletiva de lixo no âmbito do Distrito Federal.

A Emgea, em conformidade com a Política Nacional de Desfazimento e Recondicionamento de Equipamentos Eletroeletrônicos instituída pela Lei nº 14.479 de 21 de dezembro de 2022, doou 450 bens móveis ao Centro de Recondicionamento de Computadores (CRC) credenciado ao Programa Computadores para Inclusão do Ministério das Comunicações.

O CRC, indicado pelo referido Ministério, tem a responsabilidade de aplicar a logística reversa aos bens móveis recebidos de acordo com a Política Nacional de Resíduos Sólidos estabelecida pela Lei nº 12.305/2010, que visa o retorno de produtos, materiais ou resíduos ao ciclo produtivo ou a uma destinação final ambientalmente adequada. Ela é um mecanismo essencial para promover a sustentabilidade, reduzir o impacto ambiental e fomentar a economia circular.

2.6. Transparência

A Emgea tem a transparência como valor e princípio de governança. Para tanto, divulga no sítio eletrônico www.emgea.gov.br. dados sobre seus negócios e seu funcionamento, incluindo informações detalhadas sobre sua estrutura de governança corporativa e gestão. Disponibiliza também no sítio eletrônico canais para solicitações de informações e para denúncias, reclamações, sugestões e elogios.

3. Perspectivas

No Planejamento Estratégico para o quinquênio 2025-2029 foram mantidos os objetivos estratégicos e as estratégias de 2024, a fim de dar continuidade aos trabalhos iniciados pela nova gestão da Emgea.

Para as Estratégias, atualizou-se a de nº 04, com o objetivo de reafirmar o compromisso da Emgea em aprimorar seu ambiente de trabalho. No âmbito das iniciativas estratégicas, atualizou-se a iniciativa 1.2 inserindo o termo “prestação de serviços” contemplando a ampliação do escopo de atuação da Emgea relativo a Lei nº 14.995 de 10 de outubro de 2024.

Eufrázio
A autenticação deste documento pode ser conferida através do QR Code ao lado.





No quadro a seguir pode-se observar a priorização e distribuição das escolhas estratégicas nas perspectivas finanças, processos, clientes e pessoas, oriundas da aplicação da metodologia *Balanced Scorecard – BSC* para o exercício de 2025.

Quadro 5 – Estratégia da Emgea

Objetivos:	Gestão de Ativos e Sustentabilidade Financeira	
Perspectivas	Estratégias	Iniciativas Estratégicas
Finanças:	1. Viabilizar o ingresso de recursos financeiros que permitam a sustentabilidade econômica e financeira	1.1. Viabilizar processos de novações FCVS; 1.2. Viabilizar ingresso de recursos com os ativos e prestação de serviços; 1.3 Manter fluxo de caixa adequado às necessidades;
Processos:	2. Redesenhar os processos visando a eficiência operacional	2.1 - Otimizar processos organizacionais; 2.2 - Aprimorar a organização e disponibilização de Informações e do Conhecimento; 2.3 - Tratar pendências operacionais e mitigar riscos; 2.4 - Adequar a estrutura física e tecnológica; 2.5 - Promover a comunicação clara e bilateral.
Clientes:	3. Promover ambiente de atendimento que maximize os resultados do relacionamento com os clientes	3.1-Estruturar monitoramento e avaliação sobre satisfação do cliente; 3.2-Desenvolver plano de comunicação com os clientes; 3.3-Buscar novos negócios;
Pessoas:	4. Desenvolver competências para atuação adequada aos processos e fortalecer um ambiente de trabalho justo e motivador.	4.1-Implementar programas de motivação e de capacitação da equipe.

Fonte: Emgea/Asses.

A Emgea tem o desafio de gerar caixa suficiente para pagar seus compromissos, realizar investimentos para manter a sua operação em funcionamento e ampliar sua atuação no mercado. Para fins de continuidade e reestruturação, pós saída do PND, a empresa pretende tomar as seguintes providências e ações quanto aos aspectos abaixo relacionados:

Quadro de Pessoal: A partir da internalização de serviços que eram prestados pela Caixa, a Emgea passou a necessitar de ampliação do quadro de pessoal próprio. No médio prazo, pretende aprovar um plano de cargos e salários com o respectivo concurso público. No curto prazo, a Empresa intensificará a capacitação de seus colaboradores para aprimorar suas competências, visando maior eficiência e conforto na execução das tarefas diárias.

Carteiras já precificadas: Visando estimular a competitividade de maneira a maximizar o retorno financeiro para a Empresa, serão intensificadas as negociações unitárias já demandadas.

Ativos atuais: A Emgea dedicará esforços para melhorar seus processos de monetização do FVCS e das carteiras imobiliárias e comerciais.

Políticas Públicas e ASG (Ambiental, Social e Governança): Além de continuar o patrocínio de projetos culturais e esportivos, a Emgea, atenta aos desafios para a governança da Agenda 2030 no Brasil e ao seu papel estratégico, assume o compromisso de implementar ações ASG que fortaleçam a sua responsabilidade socioambiental corporativa.

Novo plano de negócios: A ampliação do escopo de atuação da Emgea, por meio da Lei nº 14.995/2024, permitirá implementar modelos diferenciados de gestão de ativos, buscando novas carteiras e parcerias com a União, Estados, Distrito Federal e Municípios, entidades da administração indireta de todos os entes federativos, viabilizando o ingresso de recursos para manutenção do fluxo de caixa adequado às suas necessidades. Além disso, também possibilitará atuar no fomento do mercado de crédito imobiliário adquirindo créditos – Títulos e Valores Mobiliários - TVMS e ofertando instrumentos de proteção ao crédito imobiliário.

Avaliação da Administração sobre a Continuidade Operacional da Empresa Gestora de Ativos S.A. – Emgea

1. A Emgea foi criada pelo Decreto nº 3.848, de 26.6.2001, com base na autorização contida na Medida Provisória nº 2.155, de 22.6.2001 (atual Medida Provisória nº 2.196-3, de 24.8.2001), que estabeleceu o Programa de Fortalecimento das Instituições Financeiras Federais (PROEF).

2. A estrutura de funcionamento da Empresa tem dois períodos bem distintos. No primeiro, desde sua criação até 2019, teve uma relação contratual com a Caixa Econômica Federal (Caixa), que fornecia suporte tecnológico e de sistemas, sua capilaridade e estrutura organizacional para a prestação de serviços de cobrança, administração, contábeis, jurídicos e de engenharia, abrangendo os contratos de créditos recebidos em cessão, e os ativos derivados desses créditos: imóveis não de uso e créditos perante o Fundo de Compensação de Variações Salariais (FCVS). No segundo período a partir de 2019, em que houve o encerramento do contrato de prestação de serviço com a Caixa, a Emgea passou a executar a integralidade das atividades operacionais e jurídicas necessárias para a gestão dos ativos e, assim, se utiliza de diversos prestadores de serviços, a exemplo da assessoria jurídica e de cobrança.

3. Em 28 de maio de 2024, por meio do Decreto 12.032, a Emgea foi excluída do Programa Nacional de Desestatização (PND), que havia sido incluída no Programa em 2019 e cujas modalidades operacionais de desestatização foram disciplinadas pelas Resoluções nº 242 e 256, ambas de 2022, do Conselho do Programa de Parcerias de Investimentos – CPPI.

4. No concernente à **gestão de passivos**, a Emgea promoveu pagamentos mensais e extraordinários de mais de 80% da dívida junto ao FGTS, na ordem de (R$ 3,49 bilhões), remanescendo somente uma dívida de R$ 766 milhões com pagamentos mensais e remunerada à taxa de juros de 3,08% ao ano até 31/12/2026 e após juros de 6% ano, ambos os períodos acrescidos da TR (Taxa Referencial divulgada pelo Banco Central), reduzindo o endividamento geral da empresa a somente 5,6% do ativo e com um saldo de caixa de dois bilhões de reais, o que demonstra a excepcional situação financeira e patrimonial.

5. Na **gestão dos ativos** temos uma parcela significativa destes valores representados em créditos perante o FCVS, a receber da União, e o restante nas carteiras de crédito habitacionais e comerciais. Cabe destacar, que no ano de 2024, foram novados créditos junto ao FCVS em montantes da ordem de R$ 5 bilhões de reais, mediante formalização de 35 contratos junto à União.

6. Assim, o ano de 2024 foi muito importante para a Emgea: pela sua exclusão do PND; pelo substancial montante de créditos junto ao FCVS novados perante a União, o que significa a monetização na ordem de 1/3 do ativo; pela ampliação dos objetivos de atuação, conforme Lei nº 14.995 (Capítulo IV), que altera o art. 7º da Medida Provisória nº 2.196-3, de 2001, norma atual que dispõe sobre a criação da Emgea, permitindo que esta Empresa contribua para o crescimento do mercado imobiliário nacional, provendo maior liquidez aos ativos com base em crédito imobiliário, ou seja, a Emgea pode adquirir, no mercado financeiro, títulos e valores mobiliários lastreados em crédito imobiliário; e, ainda, pela liquidação de importantes passivos - junto ao FGTS e à União com dividendos dos exercícios de 2019, 2020 e 2021, e junto aos empregados com o pagamento de PLR.

7. A Emgea, em seu histórico recente, não apresenta nenhuma das situações a seguir: patrimônio líquido negativo, prejuízos operacionais significativos, falta de crédito com fornecedores e bancos, perda de linhas de financiamento ou perda relevante de pessoal chave.

8. A Empresa continuará operando seus processos gerenciais, negociais, administrativos e operacionais, conforme o planejamento estratégico e a proposta orçamentária de 2025, aprovados pela Diretoria Executiva e pelo Conselho de administração.

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS 2024

Balanço Patrimonial

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	31.12.2024	31.12.2023
Circulante		**3.184.311**	**1.244.726**
Caixa		**1.064**	**1.053**
Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo por meio do Resultado		**1.959.183**	**828.427**
Fundos de investimento	4	1.959.183	828.427
Ativos Financeiros Mensurados ao Custo Amortizado		**1.121.740**	**323.513**
Créditos Imobiliários	5.1	58.226	71.400
Créditos Comerciais	5.2	269	346
Créditos Vinculados	6.1	1.014.515	249.857
Títulos CVS	7	48.730	1.910
Tributos a recuperar		**209**	**4.990**
Impostos a compensar ou recuperar	8	209	4.990
Ativos não circulantes mantidos para venda		**102.115**	**86.743**
Imóveis não de uso	9	102.115	86.743
Não Circulante		**10.213.850**	**15.285.514**
Realizável a Longo Prazo		**10.203.151**	**15.283.640**
Ativos Financeiros Mensurados ao Custo Amortizado		**10.203.151**	**15.283.640**
Créditos Imobiliários	5.1	689.654	686.364
Créditos Vinculados	6.2	24.497	82.914
Créditos perante o FCVS	10	9.459.814	14.488.680
Depósitos judiciais	11	29.186	25.682
Imobilizado		**10.699**	**1.874**
Imobilizado de uso	12.1	4.014	116
Arrendamento - Direito de Uso	12.2	6.685	1.758
Total do Ativo		**13.398.161**	**16.530.240**

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Balanço Patrimonial

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023

(Em milhares de Reais)

Passivo	Nota	31.12.2024	31.12.2023
Circulante		**605.475**	**3.612.441**
Passivos financeiros mensurados ao Custo Amortizado		**184.539**	**3.157.152**
Financiamentos	13	184.539	3.157.152
Outras obrigações		**399.636**	**384.632**
Obrigações com pessoal	14	6.859	8.678
Obrigações com fornecedores	15	15.181	11.531
Obrigações tributárias	16	121.027	119.680
Dividendos	17	-	67.989
Juros sobre Capital Próprio	17	135.295	59.254
Obrigações por repasses	18	71.765	64.180
Obrigações com ativos mantidos para venda	19	46.268	51.562
Arrendamento	12.2	3.241	1.758
Provisões		**21.300**	**70.657**
Provisões para contingências	20	21.300	70.657
Não Circulante		**637.972**	**965.027**
Passivos financeiros mensurados ao Custo Amortizado		**582.091**	**912.801**
Financiamentos	13	582.091	912.801
Outras obrigações		**55.881**	**52.226**
Obrigações com pessoal	14	517	306
Arrendamento	12.2	3.444	-
Obrigações com ativos mantidos para venda	19	51.920	51.920
Patrimônio Líquido		**12.154.714**	**11.952.772**
Capital Social	21.1	9.057.993	9.057.993
Reservas de lucros	21.2	3.096.721	2.662.352
Reserva legal		203.064	174.581
Reserva de Retenção de Lucros para Expansão		405.886	-
Reserva Especial p/ cumprimento de obrigações		2.487.771	2.487.771
Reserva especial de Dividendos não distribuídos		-	232.427
Total do Passivo		**13.398.161**	**16.530.240**

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Eufrázio
A autenticação deste documento pode ser conferida através do QR Code ao lado.





Demonstração do Resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais)

Descrição	Nota	31.12.2024	31.12.2023
Receita Bruta	**22.1**	**1.044.063**	**1.072.968**
Dedução da Receita Bruta	**22.2**	**(105.873)**	**(91.388)**
Receita Líquida		**938.190**	**981.580**
Custos Operacionais	**22.3**	**(188.942)**	**(406.878)**
Lucro Bruto		**749.248**	**574.702**
Receitas / Despesas		**(79.098)**	**(222.439)**
Despesas Administrativas		**(61.195)**	**(54.449)**
Despesa de pessoal	22.4.1	(31.530)	(30.239)
Despesa de serviços de terceiros	22.4.2	(20.266)	(17.888)
Demais despesas administrativas	22.4.3	(9.399)	(6.322)
Receitas / Despesas Operacionais		**(17.902)**	**(167.990)**
Receitas	22.5.1	14.931	14.074
Despesas	22.5.2	(25.557)	(117.221)
Perda de crédito esperada (líquida)	22.5.3	42.139	26.591
Redução ao Valor Recuperável de ativos financeiros	22.5.4	(82.227)	(133.732)
Redução ao Valor Recuperável de outros ativos	22.5.5	(21.267)	5.618
Provisões (reversões) para contingências	22.5.6	49.358	33.684
Provisões (reversões) para outros passivos	22.5.7	4.721	2.996
Resultado antes da Receitas e Despesas Financeiras		**670.150**	**352.263**
Resultado Financeiro		**119.728**	**56.535**
Receitas Financeiras	22.6.1	151.082	119.309
Despesas Financeiras	22.6.2	(31.354)	(62.774)
Resultado antes dos Tributos sobre o Lucro		**789.878**	**408.798**
Impostos e Contribuições sobre o Lucro		**(220.214)**	**(159.305)**
Imposto de Renda Pessoa Jurídica		(160.721)	(116.558)
Contribuição Social sobre Lucro Líquido		(59.493)	(42.747)
Resultado Líquido do Exercício		**569.664**	**249.493**
Nº de Ações		**9.057.993**	**9.057.993**
Lucro por Ação (R$)		**62,89**	**27,54**

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstração do Resultado Abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais)

Descrição	31.12.2024	31.12.2023
Resultado Líquido do exercício	**569.664**	**249.493**
Outros resultados abrangentes (i)	-	-
Resultado abrangente do exercício	**569.664**	**249.493**

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.
(i) Não houve no período eventos classificáveis como outros resultados abrangentes, considerando que todas as receitas e despesas foram reconhecidas na Demonstração do Resultado do Exercício.

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais)

Eventos	Nota	Capital Social Realizado	Reservas de Lucros				Lucros / Prejuízos Acumulados	Total
			Legal	Reserva de Retenção de Lucros para Expansão	Reserva Especial p/ cumprimento de obrigações	Reserva Especial de Dividendos		
Saldo em 31 de dezembro de 2022		9.057.993	162.106	-	2.310.007	305.397	-	11.835.503
Resultado Líquido do exercício							249.493	249.493
Destinação do lucro:								
Reserva legal	21.2		12.475				(12.475)	
Reserva Especial p/ cumprimento de obrigações	21.2				177.763		(177.763)	
Juros sobre Capital Próprio	21.3						(59.254)	(59.254)
Reserva especial de Dividendos não distribuídos						(72.970)		(72.970)
Saldo em 31 de dezembro de 2023		9.057.993	174.581	-	2.487.771	232.427	-	11.952.772
Resultado Líquido do exercício							569.664	569.664
Destinação do lucro:								
Reserva legal			28.483				(28.483)	
Reserva de Retenção de Lucros para Expansão	21.2			405.886			(405.886)	
Reserva Especial p/ cumprimento de obrigações	21.2							
Juros sobre Capital Próprio	21.3						(135.295)	(135.295)
Reserva especial de Dividendos não distribuídos						(232.427)		(232.427)
Saldo em 31 de dezembro de 2024		**9.057.993**	**203.064**	**405.886**	**2.487.771**	**-**	**-**	**12.154.714**

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.


Eufrázio
A autenticação deste documento pode ser conferida através do QR Code ao lado.



MINISTÉRIO DAS **COMUNICAÇÕES**



Demonstração dos Fluxos de Caixa - Pelo Método Indireto

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais)

Descrição	31.12.2024	31.12.2023
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Resultado do exercício ajustado	**1.050.174**	**953.899**
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	789.878	408.798
Depreciação e amortização - Ativo Fixo	98	53
Depreciação e amortização - Arrendamento	2.366	2.276
Resultado na baixa do imobilizado	17	-
Perda de Crédito Esperada	(42.139)	(26.591)
Redução Valor Recuperável	103.494	128.115
Provisões para contingências	(49.358)	(33.684)
Provisão para outros passivos	(4.721)	(2.996)
Descontos concedidos	34.289	22.605
Perdas com ativos financeiros	11.438	4.918
Despesas financeiras sobre financiamentos	186.950	399.635
Despesas financeiras sobre dividendo / JCP	17.862	50.770
Variações nos ativos	**3.033.833**	**(416.075)**
(Aumento) redução dos fundos de investimentos	(1.130.757)	6.536
(Aumento) redução dos títulos CVS	(46.821)	27.748
(Aumento) redução das operações de créditos imobiliários	15.711	15.717
(Aumento) redução das operações de créditos comerciais	(69)	363
(Aumento) redução de créditos vinculados	(707.894)	127.672
(Aumento) redução de créditos perante ao FCVS	4.939.192	(606.879)
(Aumento) redução nos impostos e contribuições a recuperar	4.472	4.257
(Aumento) redução dos ativos não circulante mantidos para venda	(36.330)	16.113
(Aumento) redução dos depósitos/bloqueio judiciais	(3.671)	(7.602)
Variações nos passivos	**6.809**	**11.478**
Aumento (redução) de obrigações com pessoal	(1.608)	(1.160)
Aumento (redução) de obrigações com fornecedores	58	3.162
Aumento (redução) de obrigações tributarias	774	14.042
Aumento (redução) de obrigações por repasse	7.585	(4.566)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	**4.090.816**	**549.302**
Juros pagos por empréstimos e financiamentos	(527.845)	(36.166)
Impostos pagos sobre o lucro	(220.214)	(159.305)
Juros pagos de juros sobre capital próprio e dividendos	(85.851)	(31.099)
Fluxos de caixa líquido das atividades operacionais	**3.256.906**	**322.732**
Fluxos de caixa das atividades de investimento		
Aquisição do imobilizado	(422)	-
Caixa líquido proveniente das atividades investimento	**(422)**	**-**
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos		
Pagamento de empréstimos e financiamentos	(2.962.427)	(162.332)
Dividendos / JCP pagos	(291.681)	(158.045)
Arrendamento de direito de uso do imóvel	(2.366)	(2.275)
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamentos	**(3.256.474)**	**(322.652)**
Aumento líquido do caixa	**10**	**80**
Modificação na posição financeira		
No início do período	1.054	973
No fim do período	1.064	1.053
Aumento líquido do caixa	**10**	**80**

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstração do Valor Adicionado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais)

Descrição	31.12.2024	31.12.2023
Receitas	**990.988**	**957.508**
Operações de créditos e recuperação de prejuízo	983.917	1.009.103
Constituição de provisões/reversões	(7.277)	(64.843)
Outras receitas operacionais	14.348	13.248
(-) Insumos adquiridos por terceiros	**(286.705)**	**(572.584)**
(-) Materiais consumidos	(72)	(74)
(-) Custos operacionais	(234.668)	(434.401)
(-) Utilidades, serviços de terceiros e outras despesas	(51.965)	(138.109)
(=) Valor adicionado bruto (1-2)	**704.283**	**384.924**
(-) Depreciação e amortização	**(98)**	**(54)**
(=) Valor adicionado líquido produzido pela entidade (3-4)	**704.185**	**384.870**
(+) Valor adicionado recebido em transferência	**144.057**	**113.760**
Receitas financeiras	144.057	113.760
(=) Valor adicionado total a distribuir (5+6)	**848.242**	**498.630**
Distribuição do valor adicionado	**848.242**	**498.630**
Pessoal e administradores	**28.618**	**27.347**
Salários e encargos	26.532	26.487
Participações nos lucros e resultados	1.668	472
Plano de saúde	418	388
Tributos	**223.212**	**162.288**
Impostos, taxas e contribuições	2.998	2.983
Imposto de renda e contribuição social	220.214	159.305
Remuneração de capitais de terceiros	**26.748**	**59.501**
Juros	24.329	57.226
Despesas com alugueis	2.419	2.275
Remuneração de capitais próprios	**569.664**	**249.493**
Juros Sobre Capital Próprio	135.295	59.254
Lucro retido	434.369	190.239

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.



Eufrázio
A autenticação deste documento pode ser conferida através do QR Code ao lado.





Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis
Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais)

1. A Emgea

1.1. Sobre a Empresa

A Empresa Gestora de Ativos S.A. (Emgea) é uma empresa pública federal não financeira, constituída sob a forma de sociedade anônima de capital fechado, vinculada ao Ministério da Fazenda, com capital social totalmente integralizado pela União.

A Empresa foi criada pelo Decreto nº 3.848, de 26.6.2001, com base na autorização contida na Medida Provisória nº 2.155, de 22.6.2001 (atual Medida Provisória nº 2.196-3, de 24.8.2001), no contexto do Programa de Fortalecimento das Instituições Financeiras Federais (PROEF). A operação inicial envolveu a cessão, pela Caixa, de R$ 26,6 bilhões em contratos de financiamentos imobiliários, grande parte deles oriundos do Sistema Financeiro da Habitação (SFH). Em contrapartida, a Emgea assumiu obrigações da Caixa perante o FGTS e outros fundos administrados pela Caixa.

Com sede em Brasília, a Emgea desenvolve e implementa soluções financeiras para a recuperação dos seus créditos, em sua maioria de baixa performance. Busca e prioriza medidas conciliatórias, tanto na esfera administrativa como na judicial, para incentivar a liquidação ou a reestruturação das operações, ponderados os aspectos institucionais, jurídicos, financeiros, contábeis, tributários e as características dos créditos. Contrata, para a realização das atividades operacionais, empresas prestadoras de serviços, com atuação em todo o território nacional.

No âmbito do Programa Acredita (Lei nº 14.995, de 10.10.2024), teve o seu escopo de atuação ampliado, tendo como objetivos legalmente definidos: i) adquirir e gerir bens e direitos da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios, das entidades da administração pública indireta de todos os entes federativos, bem como de fundos públicos ou privados em que a União aporte recursos, ; ii) fomentar o crescimento do mercado imobiliário nacional, provendo maior liquidez aos ativos com base em crédito imobiliário; iii) criar ou participar de estruturas organizacionais, na forma de fundos de investimentos, de sociedades de propósitos específicos ou de parcerias público-privadas, desde que elas tenham como finalidade o desenvolvimento social de interesse público; e iv) prestar serviços de cobrança administrativa de créditos sob gestão da Secretaria do Patrimônio da União - SPU. Para cumprir com os seus objetivos, a Emgea poderá: i) adquirir créditos imobiliários e comerciais concedidos por instituições financeiras, públicas ou privadas, para incorporação em carteira ou para posterior venda; ii) adquirir, no mercado financeiro, títulos e valores mobiliários lastreados em crédito imobiliário; iii) ofertar instrumentos financeiros que permitam a proteção de instituições financeiras, públicas ou privadas, a exposições de remuneração e prazos oriundos de concessão de crédito imobiliário; e iv) atuar como securitizadora, dos créditos imobiliários adquiridos.

A Emgea não está sujeita a nenhuma exigência legal ou regulamentar relativa à manutenção de capital mínimo.

1.2. Exclusão da Emgea do Programa Nacional de Desestatização - PND

Foi publicado, em 29.5.2024, no diário oficial da União, o Decreto nº 12.032, de 28 de maio de 2024, que dispôs sobre a exclusão da Empresa Gestora de Ativos S. A. - Emgea do Programa Nacional de Desestatização – PND e revogou sua qualificação no âmbito do Programa de Parcerias e Investimentos da Presidência da República.

2. Apresentação das Demonstrações Contábeis

2.1. Base de apresentação

As Demonstrações Contábeis da Emgea foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária e os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

Todas as informações relevantes próprias das Demonstrações Contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem àquelas utilizadas pela Administração.

A Diretoria Executiva elaborou o Relatório da Administração, as Demonstrações Contábeis e a Proposta de Destinação do Resultado do exercício de 2024 e, em reunião realizada em 11 de março de 2025, autorizou a sua submissão e encaminhamento ao Comitê de Auditoria e ao Conselho de Administração que, em reunião realizada em 20 de março de 2025, manifestou-se favoravelmente à proposta da Diretoria, aprovando sua divulgação e autorizando o seu encaminhamento para apreciação pela Assembleia de Acionistas.

2.2. Moeda funcional e de apresentação

A moeda funcional e de apresentação das demonstrações contábeis da Emgea é o Real (R$). As informações financeiras quantitativas são apresentadas em termos nominais e expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

2.3. Estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração realize estimativas e utilize premissas que podem afetar os valores de ativos, passivos, receitas e despesas divulgados.

As estimativas e as premissas são revistas continuamente pela Administração e os ajustes decorrentes das revisões são reconhecidos no resultado do período em que são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As estimativas e os julgamentos considerados mais relevantes pela Emgea são os seguintes:

a) estimativas de perdas para redução dos ativos financeiros ao valor recuperável, incluídas as perdas de crédito esperadas e outras perdas não relacionadas ao risco de crédito (Notas 22.5.3 e 22.5.4);

b) estimativas de perdas para redução ao valor recuperável dos imóveis classificados como "*Ativos não circulantes mantidos para venda*" (Nota 22.5.5); e

c) provisão para contingências e outros passivos (Notas 22.5.6 e 22.5.7).

2.4. Reclassificações e aberturas para fins de comparabilidade

A Empresa realizou determinadas aberturas e reclassificações em dezembro de 2024 no Balanço Patrimonial, na Demonstração do Fluxo de Caixa e Demonstração do Valor Adicionado, para fins de comparabilidade com os saldos de dezembro de 2023, conforme demonstrado a seguir:

a) Balanço Patrimonial (Ativo Não Circulante)

Balanços Patrimoniais	Valor Original	Reclassificação	Valor Reclassificado
Não Circulante	**15.285.514**	-	**15.285.514**
Ativos Financeiros Mensurados ao Custo Amortizado	**15.283.640**	-	**15.283.640**
Créditos Vinculados (i)	107.721	(24.807)	82.914
Depósitos judiciais (i)	875	24.807	25.682
Total do Ativo	**16.530.240**	-	**16.530.240**

(i) A variação em "Depósitos Judiciais" se deu em contrapartida à rubrica "Créditos Vinculados", em decorrência da reclassificação dos valores referentes aos levantamentos de depósitos judiciais recebidos para fins de amortização/liquidação dos contratos de créditos imobiliários. A reclassificação foi efetuada de acordo com a natureza das contas, para refletir com fidedignidade e clareza os atos/fatos praticados.

b) Balanço Patrimonial (Patrimônio Líquido)

Balanços Patrimoniais	Valor Original	Reclassificação	Valor Reclassificado
Patrimônio Líquido	**11.952.772**	-	**11.952.772**
Capital Social	9.057.993		9.057.993
Reservas de Lucros (i)	2.894.779	232.427	2.662.352
Reserva legal	174.581	-	174.581
Reserva de Retenção de Lucros para Expansão	-		-
Reserva Especial p/ cumprimento de obrigações	2.487.771		2.487.771
Reserva especial de Dividendos não distribuídos	232.427	-	232.427
Total do Passivo	**16.530.240**		**16.530.240**

(i) Somatório da reserva de lucros considerava também o valor da reserva especial de dividendos não distribuídos, corrigido em 2024.

c) Demonstração dos Fluxos de Caixa –DFC – pelo Método Indireto (Variação do Ativos)

Demonstração dos Fluxos de Caixa	Valor Original	Reclassificação	Valor Reclassificado
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Variações nos ativos	**(416.075)**	-	**(416.075)**
(Aumento) redução de créditos vinculados (i)	114.566	(13.106)	127.672
(Aumento) redução dos depósitos/bloqueio judiciais (i)	5.504	13.106	(7.602)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	**549.302**	-	**549.302**
Movimentação Líquida do caixa	**80**	-	**80**

(i) A variação em "Depósitos Judiciais" se deu em contrapartida à rubrica "Créditos Vinculados", em decorrência da reclassificação dos valores referentes aos levantamentos de depósitos judiciais recebidos para fins de amortização/liquidação dos contratos de créditos imobiliários. A reclassificação foi efetuada de acordo com a natureza das contas, para refletir com fidedignidade e clareza os atos/ fatos praticados.

d) Demonstração do Valor Adicionado

Demonstração de Valor Adicionado	Valor Original	Reclassificação	Valor Reclassificado
Receitas	**957.508**	-	**957.508**
Operações de créditos e recuperação de prejuízo (i)	1.015.158	(6.055)	1.009.103
Constituição de provisões/reversões	(64.843)	-	(64.843)
Outras receitas operacionais (i)	7.193	6.055	13.248

(i) A variação de operações de créditos e recuperação de prejuízo para outras receitas operacionais. A reclassificação foi efetuada de acordo com a natureza das contas, para refletir com fidedignidade e clareza os atos/ fatos praticados.

3. Resumo das principais práticas contábeis

As práticas contábeis adotadas pela Emgea são aplicadas de forma consistente em todos os períodos apresentados nestas demonstrações contábeis e de maneira uniforme.

3.1. Classificação e mensuração dos instrumentos financeiros

Considerando o modelo de negócios da Empresa e as características de seus instrumentos financeiros, a classificação ocorre em 2 (duas) categorias de mensuração de ativos financeiros:

a) Custo Amortizado (CA): utilizada quando os ativos financeiros são mantidos para obter fluxos de caixa contratuais, constituídos apenas por pagamentos de principal e juros; e

b) Valor Justo por meio do Resultado (VJR): utilizada para ativos financeiros mantidos para receber fluxos de caixa oriundos de suas vendas.

São classificados ao "Valor Justo por meio do Resultado (VJR)" os ativos financeiros constituídos por Fundos de Investimentos. Esses ativos são contabilizados pelo valor de mercado, que é representado pelo valor justo da cota, divulgado pelo Administrador dos Fundos.

Considerando a escala de níveis de informação disponíveis para apuração do valor justo, são utilizadas informações de "Nível 1", nos termos do CPC 48.

São classificados ao Custo Amortizado (CA) os títulos CVS, as operações de crédito imobiliário e de crédito comercial, os créditos perante o FCVS e os créditos vinculados a essas operações.

Os passivos financeiros são classificados ao Custo Amortizado (CA), uma vez que a Emgea não os mantém para negociação.

3.2. Redução ao valor recuperável dos ativos financeiros

Para a redução ao valor recuperável dos ativos financeiros classificados ao Custo Amortizado (CA) são utilizados modelos de mensuração considerando:

a) a perda de crédito esperada: perda decorrente de inadimplência (risco de crédito da contraparte); e

b) outras perdas esperadas: perdas decorrentes de eventos inerentes ao processo operacional do ativo financeiro, não relacionadas ao risco de crédito.

3.2.1. Perda de crédito esperada

A Emgea classifica o ativo financeiro em 3 (três) estágios, de acordo com o risco de crédito (risco de inadimplência) do devedor:

• Estágio 1: ativos financeiros sem problemas de recuperação de crédito (Risco de crédito baixo);

• Estágio 2: ativos financeiros sem problemas de recuperação de crédito cujo risco de crédito aumentou significativamente (Risco de crédito médio). Representa a perda de crédito esperada ao longo da vida do ativo financeiro e considera todos os eventos de inadimplência possíveis; e

• Estágio 3: ativos financeiros com problemas de recuperação de crédito (Risco de crédito alto ou extremo). Assim como no "Estágio 2", representa a perda de crédito esperada ao longo da vida do ativo financeiro e considera todos os eventos de inadimplência possíveis.

Os ativos financeiros podem migrar de um Estágio para outro se houver alterações significativas no respectivo risco de crédito, devidamente justificadas e comprovadas.

As carteiras de crédito imobiliário e de crédito comercial, por serem compostas por créditos já adquiridos com problemas de recuperação (financiamentos e empréstimos originalmente cedidos pela Caixa), são classificadas no Estágio 3, nos termos previstos no CPC 48 (Apêndice A - Definição de termos, "*Ativo financeiro com problema de recuperação de crédito*").

Para efeito de análise e mensuração da perda esperada, os créditos são agrupados nas seguintes categorias, considerando a similaridade de suas características:

• Crédito imobiliário perante pessoas físicas, com cobertura do FCVS - Cessão inicial;
• Crédito imobiliário perante pessoas físicas, sem cobertura do FCVS - Cessão inicial;
• Crédito imobiliário perante pessoas físicas, com cobertura do FCVS - Carteira adquirida em 2014;
• Crédito imobiliário perante pessoas físicas, sem cobertura do FCVS - Carteira adquirida em 2014;
• Crédito imobiliário perante pessoas jurídicas do setor privado;
• Crédito comercial, carteira "Minha Casa Melhor";
• Crédito comercial, exceto carteira "Minha Casa Melhor"; e
• Créditos perante o FCVS.

Os créditos perante o FCVS têm como contraparte a União, o que os caracteriza como ativos financeiros com baixo risco de crédito. Não obstante, prudencialmente, a Administração optou por utilizar o modelo dos 3 (três) Estágios para classificar os créditos perante o FCVS, considerando, ao invés da perda de crédito esperada, as possíveis perdas ao longo do processo operacional de realização dos créditos perante o FCVS (nas etapas de habilitação, homologação, validação e novação).

Para a categorização, foi adotado o seguinte critério:

• Classificação no Estágio 1: créditos nas situações "Homologado, validado"; "Homologado, pré-novado" e "VAF 3 e VAF 4 não novados";

• Classificação no Estágio 2: créditos nas situações "Não habilitado"; "Habilitado, não homologado"; "Homologado, sem manifestação pela Emgea"; "Homologado, não validado pela Emgea":

i. homologado em rotina FCVS de validação da operação contratada, carteira de créditos objeto de reanálise para nova homologação; e

• Classificação no Estágio 3: créditos para os quais a Administradora do FCVS já opinou pela negativa de cobertura, nas seguintes situações:

i. créditos que são passíveis de recurso para reversão da negativa (créditos nas situações "Homologado com negativa de cobertura, passível de recurso" e "Homologado com negativa de cobertura, passível de recurso – CADMUT, até 5.12.1990"); e

ii. homologado com negativa de cobertura, que não cabe recurso.

As perdas estimadas são reconhecidas no resultado no grupo Receitas/Despesas – Perda de crédito esperada (líquida) – Nota 22.5.3. Para os contratos classificados no Estágio 3, é efetuado o ajuste da taxa de juros efetiva reduzindo-se, do valor dos juros e correção monetária, o percentual de perda de crédito esperada aplicado.

Eufrázio
A autenticação deste documento pode ser conferida através do QR Code ao lado.





MINISTÉRIO DAS **COMUNICAÇÕES**

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
UNIÃO E RECONSTRUÇÃO

3.2.2. Outras perdas esperadas, não relacionadas ao risco de crédito
Independentemente da perda de crédito esperada, para cada ativo financeiro são levantados e mensurados os eventos que, embora não relacionados a risco de crédito (inadimplência do devedor) podem reduzir o valor do ativo (reduzir os fluxos de caixa contratuais), como é o caso da taxa de performance, que é um percentual do crédito recuperado que deve ser pago às empresas contratadas para a prestação de serviços de cobrança a título de remuneração. Tem valor variável, uma vez que depende do montante efetivamente recebido do devedor.

3.3 Reconhecimento de receitas e despesas
As receitas e as despesas são registradas de acordo com o regime contábil de competência, que estabelece que sejam incluídas na apuração de resultado dos períodos em que ocorrerem, independentemente de recebimento ou pagamento.
Para o reconhecimento das receitas foram considerados os fluxos de caixa contratuais do instrumento financeiro, sendo que:
a) no caso dos ativos enquadrados nos Estágios 1 e 2 (ativos sem problemas de recuperação), foi aplicada a taxa de juros efetiva; e
b) no caso de ativos financeiros enquadrados no Estágio 3 (ativos com problemas de recuperação), foi aplicado, como redutor, o mesmo percentual da perda de crédito esperada.

3.4. Reconhecimento de perdas incorridas
3.4.1. Perdas decorrentes de execução de garantias
As diferenças apuradas entre os saldos devedores de financiamentos imobiliários e os valores de avaliação dos imóveis vinculados como garantia, quando este é inferior, por ocasião de sua adjudicação, arrematação, dação ou consolidação de propriedade pelo credor, são registradas em contas a receber como créditos remanescentes, sendo simultaneamente constituídas as perdas esperadas com crédito de liquidação duvidosa de igual valor para perdas na realização desses valores no caso de pessoa jurídica, e baixado diretamente no resultado, no caso de pessoa física. No caso de garantias avaliadas de valor superior ao montante do crédito a receber, nenhum ganho é reconhecido
Essas perdas são reconhecidas na demonstração do resultado na rubrica Despesas do grupo Receitas / Despesas Operacionais (Nota 22.5.2).

3.4.2. Perdas decorrentes de reestruturação de contratos
Sempre que possível, a Emgea procura reestruturar seus contratos de operações de créditos ao invés de adjudicar a garantia vinculada. Isso pode envolver a extensão do prazo de pagamento e o acordo de novas condições ao financiamento, incluindo os possíveis descontos concedidos.
Quando os prazos dos financiamentos são renegociados, são utilizados os encargos atuais, antes da modificação desses prazos, e qualquer redução ao valor recuperável é reconhecida no resultado em "perdas com ativos financeiros" (Nota 22.2.1).
A Emgea revisa continuamente os contratos reestruturados para monitorar o cumprimento dos critérios renegociados e a realização dos respectivos pagamentos por parte dos devedores.
Os empréstimos renegociados continuam sujeitos à avaliação individual ou coletiva de redução ao valor recuperável, conforme descrito na Nota anterior.

3.4.3. Perdas decorrentes de incentivo a liquidações antecipadas
A Emgea possui como política o incentivo às liquidações antecipadas de contratos de financiamentos habitacionais, com ou sem a cobertura do FCVS, e para contratos comerciais, as quais podem resultar na redução substancial dos saldos devedores.
As despesas com descontos decorrentes dessas medidas são reconhecidas diretamente no resultado no momento da liquidação ou da renegociação de seus contratos e estão apresentadas nas demonstrações de resultado em "Dedução da Receita Bruta" (Nota 22.2).
Para os descontos nas operações adquiridas com deságio, somente é reconhecida no resultado a parcela que exceder o valor do deságio.

3.5. Baixa de ativos e passivos financeiros
Quando não houver expectativas razoáveis de recuperação de um ativo financeiro ou quando a cobrança administrativa ou judicial trouxer mais custos do que benefícios, o ativo é baixado, mediante transferência para perdas (sensibiliza a rubrica "Dedução da Receita – Nota 22.2), simultaneamente à reversão da perda esperada relacionada (sensibiliza a conta de receita na rubrica "Receitas/Despesas Operacionais" – Notas 22.5.3 e 22.5.4).
Caso um ativo objeto de baixa para perdas seja posteriormente recuperado, o montante é lançado a crédito da rubrica "Recuperação de Créditos Baixados como Perda", que sensibiliza a "Receita Bruta" (Nota 22.1) na Demonstração do Resultado do Exercício sendo, portanto, sujeito à tributação, nos termos da legislação vigente.
A baixa de passivos financeiros é efetuada quando suas obrigações contratuais são extintas / canceladas ou quando expiram.

3.6. Ativos não circulantes mantidos para venda
Representam os bens recebidos por execução de garantias vinculadas às operações de crédito imobiliário, classificados de acordo com o CPC 31 – Ativos não circulantes mantidos para venda e operação descontinuada, considerando que estão mantidos essencialmente com o propósito de serem alienados. São reconhecidos pelo menor dos dois valores, quais sejam, entre o valor contábil e o valor líquido de venda menos o custo de vender mensurado na data em que forem classificados nessa categoria.
Esses ativos não são depreciados enquanto permanecerem classificados nessa categoria.
As Perdas no valor recuperável de um ativo destinado à venda como resultado de uma redução em seu valor contábil para o valor justo (menos os custos de venda) são reconhecidos em "Redução ao Valor Recuperável" (Nota 22.5.5) na demonstração de resultado.
Os ganhos decorrentes de aumentos subsequentes no valor justo (menos os custos de venda) somente são reconhecidos na demonstração de resultado até o valor equivalente às perdas previamente reconhecidas naquelas reduções.
A diferença entre o valor de alienação do ativo e o seu valor contábil é reconhecida na demonstração do resultado em "Lucro na alienação de imóveis não de uso" (Nota 22.5.1), quando positiva, e em "Prejuízo na alienação de imóveis não de uso" (Nota 22.5.2), quando negativa, no grupo Receitas / Despesas Operacionais.
A redução ao valor recuperável desses imóveis é constituída com base em laudo de avaliação e inclui o custo do laudo de avaliação dos imóveis e comissão de venda (Nota 9).

3.7. Ativo imobilizado
O grupo do ativo imobilizado é representado pelos ativos tangíveis e de acordo com o CPC 27 está registrado contabilmente pelo custo de aquisição, deduzido de depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear, com base na vida útil estimada dos bens (Nota 12).
• As vidas úteis estimadas dos bens do ativo imobilizado são as seguintes: Móveis, máquinas e equipamentos: 10 anos;
• Sistemas de informática: 5 anos; e
• Benfeitoria em imóveis de terceiros: 5 anos.
Os itens do Ativo Imobilizado são inventariados anualmente. Itens identificados como obsoletos, danificados e inservíveis, após análise e avaliação de Comissão de Desfazimento, são objeto de proposta de doação a entidades beneficentes e baixados do Ativo Imobilizado.

3.8. Operações de Arrendamento
A Emgea adota o CPC 06 (R2) – Operações de Arrendamento para o reconhecimento e mensuração de ativo representativo do direito de uso do contrato de aluguel do imóvel do edifício sede da entidade, bem como do passivo correspondente, cujos valores encontram-se destacados em subtítulos específicos nos balanços patrimoniais (Nota 12.2).

3.9. Provisão para contingências
A Emgea constitui provisão para contingências de acordo com os critérios definidos no CPC 25 (R1) - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, sendo constituída quando:
a) a entidade tem uma obrigação presente legal ou não formalizada como resultado de evento passado;
b) for provável que será necessária uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos para liquidar a obrigação; e
c) pode ser feita uma estimativa confiável do valor da obrigação.
Os critérios para constituição da provisão para contingências estão divulgados na Nota 20.

3.10. Impostos e contribuições correntes e diferidos
3.10.1. Tributos correntes
O imposto de renda é apurado com base na alíquota de 15%, acrescido de adicional de 10%, e a contribuição social com base na alíquota de 9%, ambas aplicáveis ao lucro tributável, sendo considerada a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.
A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos e contribuições sobre a renda correntes e diferidos, quando aplicável. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado.
Os tributos PASEP e COFINS são apurados de acordo com a legislação tributária em vigor e estão sendo apresentados nas demonstrações de resultados nos respectivos grupos de receitas que lhes deram origem (Notas 22.2, 22.5.1, 22.5.2 e 22.6).

3.10.2. Tributos diferidos
O CPC 32 - Tributos sobre o Lucro, estabelece que um ativo fiscal diferido deve ser reconhecido para o registro de prejuízos fiscais não utilizados e créditos fiscais não utilizados na medida em que seja provável que estarão disponíveis lucros tributáveis futuros contra os quais os prejuízos fiscais não utilizados e créditos fiscais não utilizados possam ser compensados.
A Emgea não registrou ativo ou passivo fiscal diferido sobre diferenças temporárias ou sobre prejuízos fiscais ou bases negativas de contribuição social no exercício, visto que a Empresa estava qualificada no Programa Nacional de Desestatização – PND, o que não permitia estabelecer com segurança perspectiva de geração de um volume de lucros tributáveis futuros suficientes para compensar, os prejuízos fiscais ou créditos fiscais não utilizados, conforme dispõe o CPC 32.
A empresa realiza constante avaliação de oportunidades de realização desses ativos e, caso identificadas situações futuras lastreadas em estudos técnicos que demonstrem a expectativa de geração de lucros tributáveis e que permitam a realização do ativo fiscal diferido, a Empresa poderá realizar o reconhecimento e registro de tais impostos diferidos.

3.10.3. Impostos e contribuições a recuperar
Os impostos e contribuições a recuperar oriundos de pagamentos a maior de exercícios anteriores e de estimativas recolhidas ou compensadas no exercício corrente são reconhecidos contabilmente com base no direito sobre esses créditos e mensurados ao valor recuperável esperado ou pago para o ente tributante.
Os créditos são corrigidos pela taxa SELIC, conforme disposto no artigo 39 da Lei nº 9.250, de 26.12.1995, e vêm sendo utilizados em compensações quando do pagamento de tributos devidos.
Os valores relacionados a impostos e contribuições a recuperar estão divulgados na Nota 8.

4. Fundos de Investimento
Seguindo os critérios estabelecidos pelo artigo 2º da Resolução CMN nº 4.986, de 17.2.2022, a Emgea aplica suas disponibilidades financeiras em fundos de investimentos denominados Fundos Extramercado geridos por instituições financeiras federais, a Caixa e o Banco do Brasil (BB), ou por instituição integrante do Conglomerado por eles liderados.
A composição dos saldos é a seguinte:
a) Em 31 de dezembro de 2024:

Fundos de Investimento BB Extramercado

Descrição	Qtde Quotas	Valor Quota	Valor Contábil
Fundo BB Extramercado FAE 2 (i)	9.877.346,01	2,85529685	28.203
Fundo BB Extramercado Exclusivo RF (ii)	1.610.213.524,49	1,01109218	1.628.074
Bloqueio Judicial (iii)			(3.593)
Subtotal			**1.652.684**
Fundo Caixa Extramercado Exclusivo XXI (iv)	104.338.963,79	2,93752999	306.499
Subtotal			**306.499**
Total			**1.959.183**

Fundo BB Extramercado Exclusivo RF

Descrição	Valor de curva	Valor de mercado	Ganhos / (perdas) não realizadas	Faixas de vencimento
Operações Compromissadas (OCP)	13.078	13.078	0	Até 6 meses
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)			0	Até 6 meses
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)			0	1 a 3 anos
Nota do Tesouro Nacional (NTNF)	328.137	328.127	-10	Até 6 meses
Letras do Tesouro Nacional (LTN)	707.114	705.953	-1.160	até 6 meses
Letras do Tesouro Nacional (LTN)	587.074	580.916	-6.158	7 a 12 meses
Total	**1.635.403**	**1.628.074**	**-7.329**	

Fundo CAIXA Extramercado Exclusivo XXI

Descrição	Valor de curva	Valor de mercado	Ganhos / (perdas) não realizadas	Faixas de vencimento
Operações Compromissadas (OCP)	28.547	28.547	0	
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	1.582	1.582	0	Até 6 meses
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	94.913	94.885	-28	1 a 3 anos
Nota do Tesouro Nacional (NTNF)	62.904	62.900	-4	7 a 12 meses
Letras do Tesouro Nacional (LTN)	58.816	58.566	-250	até 6 meses
Letras do Tesouro Nacional (LTN)	60.927	60.019	-908	7 a 12 meses
Total	**307.689**	**306.499**	**-1.190**	

b) Em 31 de dezembro de 2023:
Fundos de Investimento Extramercado

Descrição	Qtde Quotas	Valor Quota	Valor Contábil
Fundo BB Extramercado FAE 2 (i)	291.622.797,79	2,614382425	762.414
Bloqueio Judicial (iii)			(3.193)
Subtotal	**291.622.797,79**		**759.221**
Fundo Caixa Extramercado Exclusivo XXI (iv)	25.764.052,96	2,68612410	69.206
Subtotal	**25.764.052,96**		**69.206**
Total	**317.386.850,75**		**828.427**

Composição do Fundo Caixa Extramercado Exclusivo XXI

Descrição	Valor de curva	Valor de mercado	Ganhos / (perdas) não realizadas	Faixas de vencimento
Operações Compromissadas (OCP)		11.215		
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	17.123	17.124	1	Até 6 meses
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)			0	7 a 12 meses
Letras do Tesouro Nacional (LTN)	30.160	30.162	2	até 6 meses
Letras do Tesouro Nacional (LTN)	10.697	10.705	8	**7 a 12 meses**
Total	**57.980**	**69.206**	**11**	

(i) Refere-se ao valor das quotas do Fundo BB Extramercado FAE 2 com liquidez diária, administrado pela BB Asset. A rentabilidade média bruta foi de 8,85% no exercício de 2024 (12,44% no exercício de 2023).
(ii) Refere-se ao valor das quotas do Fundo BB Extramercado RF com liquidez diária, administrado pela BB Gestão de Recursos - DTVM S.A. A rentabilidade média bruta foi de 1,11% no exercício de 2024.
(iii) Refere-se ao valor de bloqueio judicial reclassificado para outros créditos vinculados (Nota 6.1).
(iv) Refere-se ao valor das quotas do Fundo de Investimento Caixa Extramercado Exclusivo XXI Renda Fixa, administrado pela Caixa. A rentabilidade média bruta foi de 8,98% no exercício de 2024 (12,34% no exercício de 2023).

Eufrázio
A autenticação deste documento pode ser conferida através do QR Code ao lado.



MINISTÉRIO DAS **COMUNICAÇÕES**

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
UNIÃO E RECONSTRUÇÃO

5. Operações de Créditos

O saldo de operações de crédito refere-se aos créditos transferidos à Emgea pela Caixa Econômica Federal em decorrência de Instrumentos contratuais de cessão firmados com àquela Instituição. É composto por contratos de crédito imobiliário de responsabilidade de pessoas físicas, com e sem cobertura do FCVS; de pessoas jurídicas, representadas por Construtoras, Cooperativas Habitacionais, Liquidandas e Repassadoras, e de crédito comercial.

5.1. Créditos Imobiliários

5.1.1. Composição da carteira de crédito imobiliário

a) Em 31 de dezembro de 2024:

Descrição	31.12.2024		
	Circulante	Não Circulante	Total
Saldo devedor (i)	325.395	2.526.049	2.851.444
Deságio (ii)	(868)	(53.72)	(54.610)
Perda de crédito esperada (iii)	(266.301)	(1.782.653)	(2.048.954)
Total	**58.226**	**689.654**	**747.880**

b) Em 31 de dezembro de 2023:

Descrição	31.12.2023		
	Circulante	Não Circulante	Total
Saldo devedor (i)	333.679	2.569.417	2.903.096
Deságio (ii)	(960)	(54.444)	(55.404)
Perda de crédito esperada (iii)	(261.319)	(1.828.609)	(2.089.928)
Total	**71.400**	**686.364**	**757.764**

(i) O saldo devedor corresponde às parcelas vencidas e vincendas dos contratos da carteira de créditos imobiliários, deduzido das contas retificadoras de rendas a apropriar, calculado com base no saldo contábil ajustado pela taxa efetiva de juros.

(ii) O deságio corresponde à diferença entre o valor dos saldos devedores e o valor de aquisição dos créditos imobiliários decorrentes do Instrumento Particular de Cessão Onerosa de 30.9.2014.

(iii) Refere-se à perda de crédito esperada das operações de crédito imobiliário calculada sobre o saldo devedor dos contratos.

5.1.2. Distribuição da carteira de crédito imobiliário

a) Em 31 de dezembro de 2024:

Tipo	31.12.2024		
	Com cobertura do FCVS	Sem cobertura do FCVS	Total
Pessoa Física	96.446	2.665.857	2.762.303
Deságio	(157)	(54.453)	(54.610)
Perda de crédito esperada	(86.773)	(1.873.040)	(1.959.813)
Total Pessoa Física	**9.516**	**738.364**	**747.880**
Pessoa Jurídica - Setor Privado	-	89.141	89.141
Perda de crédito esperada - Setor Privado	-	(89.141)	(89.141)
Total Pessoa Jurídica	**-**	**-**	**-**
Total	**9.516**	**738.364**	**747.880**

b) Em 31 de dezembro de 2023:

Tipo	31.12.2023		
	Com cobertura do FCVS	Sem cobertura do FCVS	Total
Pessoa Física	98.509	2.712.984	2.811.493
Deságio	(156)	(55.248)	(55.404)
Perda de crédito esperada	(88.702)	(1.909.623)	(1.998.325)
Total Pessoa Física	**9.651**	**748.113**	**757.764**
Pessoa Jurídica - Setor Privado	-	91.603	91.603
Perda de crédito esperada - Setor Privado	-	(91.603)	(91.603)
Total Pessoa Jurídica	**-**	**-**	**-**
Total	**9.651**	**748.113**	**757.764**

5.1.3. Movimentação da perda de crédito esperada

Nos exercícios de 2024 e 2023, a movimentação da perda de crédito esperada, calculada sobre os saldos a receber das operações de crédito imobiliário, foi a seguinte:

Descrição	31.12.2024	31.12.2023
Saldo inicial	**(2.089.928)**	**(2.115.222)**
Reversão de perda de crédito esperada (i)	71.060	59.222
Reforço de perda de crédito esperada	(30.086)	(33.928)
Movimentação líquida da perda de crédito esperada	**40.974**	**25.294**
Saldo final	**(2.048.954)**	**(2.089.928)**

(i) No exercício de 2024, ocorreram movimentações significativas na reversão de perda de crédito esperada da carteira de créditos imobiliários Pessoa Jurídica e Pessoa Física. As reversões ocorreram em contrapartida às liquidações e aos valores transferidos para perdas no período, conforme aprovado pela Administração (Nota 22.5.3).

5.2. Créditos Comerciais

Referem-se aos créditos transferidos à Emgea pela Caixa, em decorrência do Instrumento Particular de Cessão Onerosa de Créditos de 30.9.2014, representados por contratos comerciais perante pessoas físicas.

Descrição	31.12.2024	31.12.2023
Saldo Devedor (i)	9.279	13.773
Deságio - Créditos Comerciais (ii)	(7.750)	(11.001)
Perda de crédito esperada (iii)	(1.260)	(2.425)
Redução ao Valor Recuperável - Taxa de Performance	-	(1)
Total	**269**	**346**

(i) Composto por contratos perante pessoas físicas, originados de financiamentos de bens de consumo duráveis, materiais de construção, crédito rotativo, Minha Casa Melhor e crédito direto ao consumidor.

(ii) O deságio corresponde à diferença entre o valor dos saldos devedores e o valor de aquisição dos créditos comerciais.

(iii) Refere-se à perda de crédito esperada relativa a contratos da carteira comercial.

5.2.1. Movimentação da perda de crédito esperada

Nos exercícios de 2024 e 2023, a movimentação da perda de crédito esperada, calculada sobre as operações de crédito comercial, foi a seguinte:

Descrição	31.12.2024	31.12.2023
Saldo inicial	**(2.425)**	**(3.722)**
Reversão de perda de crédito esperada (i)	1.259	1.477
Reforço de perda de crédito esperada (ii)	(94)	(180)
Movimentação líquida nas provisões	**1.165**	**1.297**
Saldo final	**(1.260)**	**(2.425)**

(i) Em 2024, ocorreu reversão de perda de crédito esperada para a carteira comercial no montante de R$ 1.259 (R$ 1.477 em 31.12.2023). As reversões de perda esperada ocorreram pelas liquidações e pelas transferências para perdas dos créditos comerciais em atraso há mais de 1.800 dias, sem acordo vigente (Nota 22.5.3).

(ii) Em 2024, ocorreu reforço de perda de crédito esperada no montante líquido de R$ 94 (R$ 180 em 31.12.2023) para os produtos da carteira de créditos comerciais em atraso há mais de 1.800 dias, com histórico de recebimentos, inclusive para a carteira de contratos renegociados.

6. Créditos Vinculados

Referem-se aos créditos vinculados às operações de créditos imobiliários, comerciais, créditos FCVS, imóveis não de uso e outros valores.

6.1. Créditos Vinculados – Circulante

A composição da conta ''Créditos Vinculados'' apresenta-se a seguir:

Descrição	31.12.2024	31.12.2023
Créditos Vinculados	**1.022.998**	**258.339**
Movimentação financeira - Caixa (i)	821	400
Movimentação financeira – SISGEA (ii)	(5.834)	217
Desembolso com execuções – SISGEA (iii)	(1.618)	(320)
Débitos remanescentes (iv)	3.464	3.464
Indenizações de sinistro a receber (v)	5.909	5.909
Indenizações de sinistro recebidos – SISGEA (vi)	(10.758)	(7.186)
Valores a apropriar - imóveis não de uso (vii)	7.726	8.346
Valores a apropriar – SISGEA (viii)	345	(1.037)
Créditos a receber na novação do FCVS (ix)	1.006.976	241.314
Seguro a Receber (x)	424	330
Bloqueios judiciais (xi)	7.849	6.789
Outros recebíveis (xii)	7.694	113
Perda Esperada com Créditos de Liquidação Duvidosa	**(8.483)**	**(8.482)**
Pendências operacionais a regularizar (xiii)	(5.010)	(5.010)
Débitos remanescentes (xiv)	(3.464)	(3.464)
Seguro a Receber (x)	(9)	(8)
Total	**1.014.515**	**249.857**

(i) Valores arrecadados pela Caixa relativos às prestações e às liquidações de financiamentos imobiliários e créditos comerciais, bem como à alienação de imóveis, FGTS utilizados em financiamentos habitacionais e outros, ainda pendentes de repasse/prestação de contas e ajustes junto à Emgea. Além do saldo remanescente do período de administração pela Caixa, inclui os valores de arrecadação líquida de despesas compensadas, que vem sendo repassados à Emgea pela ex-prestadora de serviços após o encerramento do Contrato de Prestação de Serviços, que se encontram em fase de análise e identificação pelas áreas gestoras para a devida apropriação nos correspondentes contratos nos sistemas corporativos de controle da Emgea. Tais valores encontram-se ainda em fase de conciliação e negociação entre as duas Instituições, no contexto de análise e regularização de pendências que remanesceram após o término do Contrato de Prestação de Serviços.

(ii) Valores arrecadados diretamente pela Emgea relativos a prestações, liquidações e renegociações de financiamentos imobiliários pessoa física e pessoa jurídica setor privado, bem como à alienação de imóveis e outros, ainda pendentes de apropriação nos respectivos contratos nos sistemas corporativos de controle da Emgea, que se encontram em fase de identificação, análise e regularização no âmbito do grupo de trabalho de Internalização.

(iii) Desembolsos efetuados em processos de execução judicial e extrajudicial de créditos imobiliários passíveis de recuperação ao final dos processos. Inclui valores de desembolsos relativos ao período de administração pela Caixa, em contrapartida a valores credores repassados à Emgea decorrentes de levantamento de depósitos judiciais para amortização ou liquidação dos contratos de financiamentos.

(iv) Valores referentes às diferenças apuradas entre os saldos devedores de financiamentos imobiliários e os valores de avaliação dos imóveis dados em garantia das operações, quando de sua adjudicação, arrematação ou dação, no caso de pessoa jurídica.

(v) Saldo a receber das seguradoras, relativo a indenizações de seguros em decorrência de sinistros de morte e de invalidez permanente dos mutuários dos créditos imobiliários, remanescente do sistema corporativo da Caixa e em fase de análise e conciliação entre a Emgea e a Caixa.

(vi) Valor credor relativo a recebimentos na Emgea de indenizações securitárias para amortização ou liquidação de contratos de financiamentos imobiliários, que se encontram em fase de identificação, análise e automatização da rotina pelas áreas gestoras para a devida apropriação nos respectivos contratos nos sistemas corporativos da Emgea, no âmbito do grupo de trabalho de internalização.

(vii) Valores arrecadados relativos à carteira de imóveis não de uso, não classificados pelos sistemas de controle operacional, em processo de identificação e análise para posterior apropriação nos correspondentes contratos. Quando do encerramento do contrato de prestação de serviços com a Caixa, remanesceram nessa rubrica valores referentes a movimentos a classificar advindos dos sistemas operacionais daquela Instituição, no total de R$ 2.152, referentes a pendências de arrecadação e cadastro e demais movimentos a classificar, que se encontram no contexto de conciliação de pendências remanescentes após o término do Contrato de Prestação de Serviços. Adicionalmente, inclui o total de R$ 5.574 em 31.12.2024, composto principalmente de cancelamentos de arrematações, que se encontram em processo de identificação e análise pela área gestora para a devida destinação dos valores.

(viii) Valores referentes a diferenças apuradas no batimento dos saldos operacional e contábil do sistema SISGEA principalmente decorrentes de apropriação de movimentos em datas retroativas, das carteiras de créditos imobiliários pessoa física e pessoa jurídica, em fase de otimização da rotina no sistema operacional de controle para a devida apropriação dos valores.

(ix) Valores de créditos FCVS novados a receber, no valor de R$ 1.003.589 (R$ 237.951 em 31.12.2023), parte bloqueados junto ao FGTS, a serem destinados ao pagamento de 12 prestações mensais da dívida da Emgea perante aquele Fundo, com vencimento em 31.3.2029, à luz da Resolução CCFGTS nº 752/2014. Adicionalmente, inclui valores a receber decorrentes de contratos de novações de débitos de FCVS pela União e de débitos de contribuição compensados indevidamente nos contratos de novação pela União em exercícios anteriores no total de R$ 3.388 em 31.12.2024 (R$ 3.363 em 31.12.2023).

(x) Refere-se, principalmente, ao seguro a receber e respectiva perda esperada, contabilizados em dezembro de 2021, decorrente do processamento de imóveis adjudicados, arrematados ou com consolidação pelo credor, no período de administração pela Caixa, que foram cancelados da data do processamento até a data do evento.

(xi) Referem-se a valores bloqueados em conta corrente e nos fundos de investimento da Empresa, por intermédio do BACENJUD, em atendimento a determinações judiciais.

(xii) Referem-se a adiantamentos a funcionários (férias e décimo terceiro) e suprimento do fundo rotativo para pagamento de despesas de pequeno valor.

(xiii) Valor da perda esperada sobre valores de pendências operacionais e contábeis, constituída em 31.12.2022, vinculadas às carteiras de crédito imobiliário pessoa física e imóveis não de uso, advindas dos sistemas operacionais da ex-prestadora de serviços Caixa (pendências de arrecadação e cadastro e diferenças no batimento operacional e contábil), que se encontram em análise e depuração pelas áreas gestoras para o devido tratamento dos valores envolvidos.

(xiv) Redução ao valor recuperável referente ao total da diferença apurada entre os saldos devedores de operações de crédito imobiliário e os valores de avaliação de imóveis não de uso, quando da sua adjudicação ou arrematação, no caso de pessoa jurídica.

Eufrázio
A autenticação deste documento pode ser conferida através do QR Code ao lado.





MINISTÉRIO DAS **COMUNICAÇÕES**

GOVERNO FEDERAL BRASIL UNIÃO E RECONSTRUÇÃO

6.2. Créditos Vinculados – Não Circulante

Descrição	31.12.2024	31.12.2023
Créditos Vinculados	**95.009**	**151.772**
Valores a receber de agentes cedentes - devolução de créditos (i)	52.535	52.535
Permuta de créditos com a Caixa - Saldo de reposicionamento (ii)	83.476	78.481
Créditos a receber na novação do FCVS (iii)	-	45.006
PLD - seguro de crédito (iv)	557	557
Levantamento de depósitos judiciais (v)	(41.559)	(24.807)
Redução ao valor recuperável	**(71.512)**	**(68.858)**
Valores a receber de agentes cedentes - devolução de créditos (vi)	(45.471)	(45.471)
Permuta de créditos com a Caixa - Saldo de reposicionamento (vii)	(24.484)	(22.830)
PLD - Seguro de crédito (viii)	(557)	(557)
Total	**24.497**	**107.721**

(i) Referem-se a valores a receber de agentes cedentes relativos a créditos adquiridos a serem devolvidos para substituição ou ressarcimento, conforme estabelecido nos contratos de cessão.
(ii) Refere-se à diferença, em favor da Emgea, decorrente do reposicionamento dos créditos habitacionais e comerciais adquiridos de acordo com Instrumento Contratual de Cessão Onerosa de Créditos entre a Caixa e a Emgea de 30.9.2014 e Termo Aditivo ao Instrumento Particular formalizado em 30.1.2015. Conforme previsto contratualmente, o valor da diferença é atualizado com base no percentual nominal de 5,37% a.a., acrescido de Taxa Referencial (TR). Esse valor encontra-se em fase de análise e negociação com a Caixa para o devido ajuste contratual entre ambas as Instituições.
(iii) Valor decorrente dos recebimentos de recursos originários de Novações de Dívidas FCVS pela União e da Assunção de Dívida, bloqueados junto ao FGTS, correspondente ao saldo remanescente, em dezembro de 2023, após a segregação do valor correspondente a 12 meses de pagamento da parcela mensal da dívida perante o FGTS classificado no Ativo Circulante (Nota 6.1, item ix).
(iv) Referente à diferença negativa entre a realização da garantia e o custo de aquisição do imóvel do SFH, por adjudicação, arrematação ou dação em pagamento.
(v) Saldo relativo a recebimentos de depósitos judiciais a classificar, em fase de identificação, análise e automatização da rotina no sistema corporativo da Emgea para a devida apropriação nos respectivos contratos.
(vi) Redução ao valor recuperável para perdas sobre os valores a receber de agentes cedentes relativos à devolução de créditos, apurado com base em valor de expectativa de realização desses créditos, conforme estabelecido nos instrumentos contratuais.
(vii) Estimativa de perda esperada, considerando que a Caixa efetuará o pagamento do saldo remanescente com a transferência de créditos perante o FCVS (Nota 6.2, item ii).
(viii) Redução ao valor recuperável constituída para a eventualidade de não recebimento da garantia PLD, visto que é considerada de difícil realização pela Empresa.

7. Títulos CVS

Refere-se aos Títulos CVS oriundos das novações de dívidas do FCVS pela União e das negociações com os devedores da Empresa para recuperação de créditos.
No exercício de 2024, foram celebrados trinta e três contratos de novações de dívidas FCVS, com o recebimento de R$ 213.426 em títulos CVSA e R$ 75.400 em títulos CVSB (bloqueados junto ao FGTS).
Os títulos CVSA são registrados na rubrica “Títulos CVS” e os títulos CVSB, bloqueados junto ao FGTS, são registrados em “Créditos Vinculados”, os quais vêm sendo destinados ao pagamento de prestações mensais da dívida da Emgea perante aquele Fundo (Nota 6.1).
Nos meses de junho e julho de 2024, houve a monetização de parte do estoque de títulos CVSA/C, por intermédio da permuta, ao par, com o Tesouro Nacional, realizada ao amparo da MP 2.196-3, de 24.8.2001, no valor total de R$ 155.996. Os títulos públicos federais recebidos em contrapartida aos títulos CVSA/C, foram utilizados como parte do pagamento da quitação do contrato nº 478.510 da dívida junto ao FGTS.
O saldo da carteira “Títulos CVS”, na posição de 31.12.2024, apresenta-se a seguir:

Descrição	31.12.2024	31.12.2023
Circulante	**48.730**	**1.910**
Títulos e Valores Mobiliários	48.730	1.910
Total	**48.730**	**1.910**

8. Tributos a recuperar

No período, a movimentação do saldo de Impostos a compensar ou recuperar relativo ao Imposto sobre a Renda das Pessoas Jurídicas (IRPJ), Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PASEP) e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) foi a seguinte:
a) Em 31 de dezembro de 2024:

Tributos	Saldo em 31.12.2023	Acréscimos / (Baixas)	Juros compensatórios	Perda esperada	Créditos tributários restituídos	Créditos utilizados nas compensações	Saldo em 31.12.2024
IRPJ (i)	4.840	-	48	-	(46)	(4.791)	51
CSLL	19	-	1	-	-	-	20
COFINS (ii)	-	-	309	(309)	-	-	-
Cont. Prev.	131	2	10	-	(5)	-	138
Total	**4.990**	**2**	**368**	**(309)**	**(51)**	**(4.791)**	**209**

b) Em 31 de dezembro de 2023:

Tributos	Saldo em 31.12.2022	Acréscimos / (Baixas)	Juros compensatórios	Perda esperada	Créditos tributários restituídos	Créditos utilizados nas compensações	Saldo em 31.12.2023
IRPJ (i)	9.477	-	963	-	-	(5.600)	4.840
CSLL	18	-	1	-	-	-	19
COFINS (ii)	-	-	367	(367)	-	-	-
Cont. Prev.	119	-	12		-	-	131
Total	**9.614**	**-**	**1.343**	**(367)**	**-**	**(5.600)**	**4.990**

(i) Em 2024, houve redução de R$ 4.791 (R$ 5.600 em 2023), referente a créditos utilizados em compensações de tributos ocorridas em agosto de 2024. Adicionalmente, foram restituídos em 2024 R$ 46 mil de Créditos IRPJ e R$ 5 mil de Contribuições Previdenciárias.
(ii) Crédito de COFINS referente a direito creditório de junho de 2004, que havia sido indicado pela Empresa em compensações, que não foram homologadas pela Secretaria da Receita Federal do Brasil – SRFB em maio de 2021. Tendo em vista a não homologação, o crédito retornou ao Ativo da Emgea. A Empresa requereu à SRFB a confirmação do saldo do crédito, uma vez que foi encaminhado Pedido de Restituição em 19.7.2007. Em face do risco de indeferimento pela SRFB, por se tratar de crédito de junho de 2004, a Administração decidiu constituir provisão para risco do crédito em igual valor ao registrado no Ativo.

9. Ativos não circulantes mantidos para venda – Imóveis não de uso

9.1. Composição dos saldos:

Descrição	31.12.2024	31.12.2023
Imóveis não de uso	203.925	167.595
Redução ao valor recuperável (*impairment*)	(101.810)	(80.852)
Total	**102.115**	**86.743**

Refere-se aos imóveis não de uso oriundos da realização de garantias em operações de crédito imobiliário, bem como de imóveis recebidos em dação em pagamento, classificados como “Ativos não circulantes mantidos para venda”, conforme CPC 31.

Como o modelo de negócios da Emgea objetiva a recuperação de créditos e o correspondente ingresso de recursos financeiros no caixa da Empresa, todos os imóveis são ofertados à venda, nas modalidades previstas na legislação (licitação ou venda direta), nas condições em que se encontram, assim que recebidos em dação em pagamento ou retomados por meio de adjudicação, arrematação ou consolidação de propriedade.
Para fazer face à mensuração dos ativos pelo menor valor, entre o seu valor contábil e o valor de venda, conforme determina o CPC 31, é reconhecida uma perda esperada, considerando o valor do laudo de avaliação, bem como os redutores relativos à comissão a ser paga ao prestador de serviços e o custo da elaboração do laudo de avaliação.
O aumento do estoque de imóveis não de uso decorre principalmente pelas arrematações ocorridas no período e do *impairment* em razão das avaliações realizadas.
Em 2024, a Emgea implementou a modalidade de venda parcelada dos estoques de imóveis não uso, com 10% na entrada e o saldo com um prazo de até 120 meses. O controle destes contratos é administrado pela área de negócios com pessoa física.

9.2. Movimentações ocorridas nos períodos:

a) Em 31 de dezembro de 2024:

Descrição	Imóveis não de uso
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**167.595**
Adições	56.450
Alienações e baixas	(20.120)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	**203.925**

b) Em 31 de dezembro de 2023:

Descrição	Imóveis não de uso
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**183.708**
Adições	31.995
Alienações e baixas	(48.108)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**167.595**

10. Créditos perante o FCVS

Representam os valores residuais de contratos encerrados a serem ressarcidos pelo FCVS, que estão em processo de novação com a União. Atualmente, esses contratos rendem juros de até 6,17% ao ano e são atualizados de acordo com a variação da Taxa Referencial (TR). A efetiva realização desses créditos depende da aderência a um conjunto de normas e procedimentos definidos em regulamento emitido pelo FCVS, à luz dos dispositivos da Lei nº 10.150, de 21.12.2000.
No exercício de 2024, foram celebrados trinta e três contratos de novações de dívidas FCVS, no valor total de R$ 5.880.814, sendo o montante de R$ 213.426 recebido em títulos CVSA, R$ 75.400 em títulos CVSB (bloqueados junto ao FGTS) e R$ 5.591.988 em espécie (sendo R$ 894.211 bloqueados junto ao FGTS), cujos valores bloqueados serão inicialmente destinados ao pagamento de prestações mensais da dívida da Emgea perante aquele Fundo, referentes ao contrato nº 450.169, recursos esses também já utilizados para a quitação dos contratos com junto ao FGTS nºs 482.487 e 478.510.
A composição do saldo é a seguinte:
a) Em 31 de dezembro de 2024:

Situação dos Contratos	31.12.2024		
	Saldo	Redução valor recuperável	Líquido
Não habilitados (i)	149.674	(97.183)	52.491
Habilitados e não homologados (ii)	363.966	(236.323)	127.643
Habilitados e homologados (iii)	11.898.309	(2.618.629)	9.279.680
Saldo líquido	**12.411.949**	**(2.952.135)**	**9.459.814**

b) Em 31 de dezembro de 2023:

Situação dos Contratos	31.12.2023		
	Saldo	Redução valor recuperável	Líquido
Não habilitados (i)	134.852	(87.371)	47.481
Habilitados e não homologados (ii)	462.263	(299.500)	162.763
Habilitados e homologados (iii)	16.763.295	(2.484.859)	14.278.436
Saldo líquido	**17.360.410**	**(2.871.730)**	**14.488.680**

(i) Representam os contratos ainda não submetidos à homologação do FCVS, pois estão em processo de análise para habilitação ao Fundo.
(ii) Representam os contratos já habilitados em fase de análise por parte da Administradora do FCVS, para homologação.
(iii) Representam os contratos já avaliados e aceitos pelo FCVS e que dependem de formalização de processo de novação, conforme previsto na Lei nº 10.150/2000, de 21.12.2000, para a sua realização.

11. Depósitos judiciais

Referem-se a bloqueios efetuados via BACENJUD e depósitos judiciais feitos pela Emgea, decorrentes de ações movidas pelos mutuários de contratos habitacionais e comerciais, do ajuizamento até o encerramento do processo.

Descrição	31.12.2024	31.12.2023
Total	**33.444**	**29.773**
Depósitos Judiciais (i)	16.750	16.088
Bloqueios Judiciais – BACENJUD (ii)	16.695	13.685
Provisões para perdas	**(4.259)**	**(4.091)**
Redução ao valor recuperável - Depósitos Judiciais (iii)	(4.259)	(4.091)
Total Líquido	**29.186**	**25.682**

(i) Referem-se principalmente aos valores de depósitos judiciais efetuados pela ex-prestadora de serviços Caixa relativos a créditos da Emgea, reembolsados por ocasião da prestação de contas perante aquela Instituição, no valor de R$ 12.061 (R$ 12.061 em 31.12.2023), e pela Emgea no valor de R$ 4.678 (R$ 4.016 em 31.12.2023).
(ii) Referem-se aos depósitos judiciais originados a partir da transferência dos valores bloqueados via BACEN JUD.
(iii) Refere-se à redução ao valor recuperável, efetuada com base no histórico do índice de recuperação desses valores, dos depósitos judiciais feitos pela Emgea decorrentes de ações movidas pelos mutuários de contratos habitacionais e comerciais.

12. Imobilizado

12.1. Imobilizado de uso

As movimentações ocorridas nessa rubrica estão representadas a seguir:
a) Em 31 de dezembro de 2024:

Bens	Saldo líquido em 31.12.2023	Movimentação			Saldo líquido em 31.12.2024	Custo em 31.12.2024	Depreciação acumulada em 31.12.2024
		Aquisições	Baixas	Depreciação			
Móveis, máquinas e equipamentos	114		(172)	128	70	2.275	(2. 204)
Sistema de informática	2	4.013	(534)	463	3.944	11.720	(7.776)
Benfeitorias em imóveis de terceiros			(25)	25	0	350	(350)
Total	**116**	**4.013 (i)**	**(731) (ii)**	**616**	**4.014**	**14.345**	**(10.330)**

(i) Aquisição de equipamentos e softwares para atualização do parque tecnológico.
(ii) Em 2024, a Comissão de Inventário identificou diversos itens como obsoletos, danificados e inservíveis, e, após análise e avaliação da Comissão de Desfazimento, decidiu-se pela doação a entidade beneficente e baixados do Ativo Imobilizado.


Eufrázio
A autenticação deste documento pode ser conferida através do QR Code ao lado.





12.2. Arrendamento

Refere-se ao ativo e passivo identificados como arrendamento operacional, pelo contrato de aluguel do edifício sede da Empresa, vigente até 31 de agosto de 2027 reajustado anualmente de acordo com a variação anual acumulada do INPC-IBGE no período, ou, na sua falta, pelo índice que vier a substituí-lo oficialmente.

a) Ativo – Direito de Uso

O saldo do ativo é composto pelo valor contratual, deduzido da depreciação pelo direito de uso, conforme prazo de vencimento contratual.

Bens	Saldo líquido em 31.12.2023	Movimentação			Saldo líquido em 31.12.2024
		Adições	Baixas	Depreciação	
Direito de uso – imóvel	4.596	7.293	-	(4.597)	7.293
Depreciação acumulada Direito de uso – imóvel	(2.838)	4.597		(2.366)	(608)
Total	**1.758**	**11.890**		**(6.963)**	**6.685**

b) Passivo – Arrendamento

O saldo do passivo corresponde ao valor contratual, deduzido das parcelas pagas até dezembro de 2024:

Descrição	31.12.2024	31.12.2023
Saldo inicial	1.758	3.942
Aditivo/atualização contratual no exercício	7.293	91
Prestações pagas no exercício	(2.366)	(2.275)
Total de prestações a pagar	**6.685**	**1.758**
Circulante	**3.241**	**1.758**
Não Circulante	**3.444**	**-**

13. Passivos financeiros – Financiamentos

Referem-se a obrigações perante o FGTS, oriundas da Caixa e assumidas pela Emgea, quando da constituição da Empresa em 2001, com anuência da Caixa e garantia da União.

Em 4.4.2024, foi realizada a quitação do contrato nº 482.487, no montante de R$ 306.623 mil.

Em 7.6.2024, foi formalizado o 3º Termo Aditivo do Contrato 478.510, de Renegociação de Dívidas, que prorrogou o vencimento da obrigação para 31.12.2026, cujo respectivo Extrato foi publicado na Seção 3 do Diário Oficial da União, no dia 11.6.2024.

Foi feita uma amortização extraordinária do contrato nº 478.510, no valor de R$ 850.000 mil em 13.6.2024.

Em 5.7.2024, foi realizada a quitação do contrato nº 478.510, no montante de R$ 1.965.116 mil.

Em 27.11.2024, houve uma amortização extraordinária do contrato nº 450.169, no valor de R$ 168.037 mil

Os detalhes de cada contrato da Emgea junto ao FGTS estão detalhados a seguir:

a) Em 31 de dezembro de 2024:

Credor	31.12.2024	Vencimento final	Encargos
FGTS – contrato 450.169 (i)	766.630	dezembro/2029	3,08% e 6,0%
Total	**766.630**		
Passivo circulante	**184.539**		
Passivo não circulante	**582.091**		

b) Em 31 de dezembro de 2023:

Credor	31.12.2023	Vencimento final	Encargos
FGTS – contrato 450.169 (i)	1.096.392	dezembro/2029	3,08% e 6,0%
FGTS – contrato 482.487 (ii)	298.303	agosto/2024	SELIC
FGTS – contrato 478.510 (iii)	2.675.258	junho/2024	SELIC
Total	**4.069.953**		
Passivo circulante	**3.157.152**		
Passivo não circulante	**912.801**		

(i) Taxa de juros de 3,08% a.a. até dezembro de 2026, a qual será alterada para 6,00% a.a. a partir de janeiro de 2027. Incide também atualização monetária pela TR.

(ii) Primeiro Termo Aditivo ao Contrato de Renegociação de Dívidas entre a Emgea e a Caixa, com a anuência e garantia da União, assinado em 28.5.2021, ao amparo da Resolução CCFGTS nº 988/2020, cuja dívida é atualizada pela TMS – Taxa Mensal SELIC e a carência foi prorrogada até fevereiro de 2023. No Segundo Termo Aditivo, assinado em 21.11.2022, a carência foi prorrogada até agosto de 2024, com base na Resolução CCFGTS nº 1.038/2022, aprovada em 7.7.2022.

(iii) Primeiro Termo Aditivo ao Contrato de Renegociação de Dívidas entre a Emgea e a Caixa, com a anuência e garantia da União, assinado em 28.5.2021, ao amparo da Resolução CCFGTS nº 988/2020, cuja dívida é atualizada pela TMS e a carência foi prorrogada até dezembro de 2022. No Segundo Termo Aditivo, assinado em 21.11.2022, a carência foi prorrogada até junho de 2024, com base na Resolução CCFGTS nº 1.038/2022, aprovada em 7.7.2022.

O saldo dos financiamentos classificados no "Não Circulante – Passivos financeiros – Financiamentos" tem os seguintes vencimentos:

Vencimento	31.12.2024	31.12.2023
2025	-	182.560
2026	183.818	182.560
2027	183.818	182.560
2028	183.818	182.560
2029	30.637	182.561
Total	**582.091**	**912.801**

Os contratos mantidos com o FGTS não contêm condições restritivas financeiras, sendo que as obrigações assumidas possuem garantia da União.

14. Obrigações com pessoal

Descrição	31.12.2024	31.12.2023
Circulante	**6.859**	**8.678**
Salários a pagar	1.063	1.062
Pessoal cedido de terceiros (i)	420	398
Férias a pagar	1.524	1.417
Participação no lucro - Administradores – RVA (ii)	1.692	1.613
Participação no lucro – Empregados (iii)	1.140	3.225
INSS a recolher	740	697
FGTS a recolher	280	266
Não Circulante	**517**	**306**
Participação no lucro - Administradores (ii)	517	306
Total	**7.376**	**8.984**

(i) Refere-se a valores a serem reembolsados aos órgãos da administração pública federal, relativos ao custo com pessoal cedido. Para as funções comissionadas ocupadas por colaboradores originários da Administração Pública Federal, a Emgea ressarce integralmente os benefícios oferecidos pelo Órgão ou empresa de origem dos empregados.

(ii) O saldo de 31.12.2024 corresponde aos valores acumulados dos exercícios de 2019 a 2024, sendo o saldo relativo ao RVA atualizado pelo IPCA até a data do pagamento.

(iii) O saldo de 31.12.2024 corresponde ao valor da participação dos empregados nos lucros da Empresa relativo ao exercício de 2024. Em junho de 2024, foi efetuado o pagamento dos saldos de PLR relativos aos exercícios de 2020, 2021 e 2023.

15. Obrigações com fornecedores

Referem-se, principalmente, a valores a pagar à Caixa decorrentes da prestação de serviços de administração, de contabilização, jurídicos e de engenharia, dos contratos de créditos imobiliários e comerciais, dos imóveis não de uso e dos débitos detidos pela Emgea, decorrentes da cessão de créditos pela Caixa à Emgea. O último contrato de prestação de serviços com a Caixa relativo à administração da carteira de crédito habitacional pessoa física foi encerrado em 31.1.2021.

Descrição	31.12.2024	31.12.2023
Caixa - prestação de serviço (i)	11.344	11.259
Fornecedores de bens e serviços (ii)	3.837	272
Total	**15.181**	**11.531**

(i) O saldo remanescente refere-se, principalmente, à tarifa de serviços de administração de créditos imobiliários e de imóveis relativo ao período sem contrato (1º de abril a 7 de maio de 2019), em processo de negociação com a Caixa, atualizado pela SELIC. Adicionalmente, inclui os valores a pagar à Caixa decorrente do Contrato de prestação de serviços para avaliação de imóveis.

(ii) Referem-se a valores a pagar a fornecedores por aquisições de utilidades e serviços, bens de informática, serviços de manutenção, apoio administrativo, auditoria e outros.

16. Obrigações tributárias

Descrição	31.12.2024	31.12.2023
COFINS	4.117	7.277
PASEP	682	1.341
IRRF/ISS	706	726
Impostos e Contrib. Retidos na Fonte (i)	14.077	13.405
Débitos Tributários– Adesão PRT (ii)	94.199	90.102
IRPJ (iii)	2.337	4.435
CSLL (iii)	4.909	2.394
Total	**121.027**	**119.680**

(i) Refere-se, principalmente, à restituição pela SRFB, ocorrida indevidamente em janeiro de 2019, para o qual a Emgea encaminhou Manifestação de Inconformidade à SRFB, ainda em análise. O valor é atualizado mensalmente pela taxa Selic.

(ii) Refere-se a depósito efetuado pela SRFB, em 20.4.2016, originário de crédito tributário decorrente de IRRF retido indevidamente, objeto da carta-cobrança da SRFB de 9.5.2017, atualizado pela Selic até a referência. Em 29.5.2017, a Emgea aderiu ao Programa de Regularização Tributária (PRT), instituído pela MP nº 766/2017 com parcelamento do débito em 24 meses, cuja adesão foi validada em 29.6.2017. Posteriormente, a RFB notificou a Emgea de que o débito não poderia ter sido incluído no Programa e fez a inscrição da Empresa na Dívida Ativa, em 25.6.2018. A Emgea impetrou Mandado de Segurança requerendo a suspensão dos efeitos da inscrição em dívida ativa e a exigibilidade do débito, medidas que foram deferidas pela autoridade judicial. O processo tramita na Justiça Federal de Brasília e já teve duas decisões favoráveis à Emgea. A Empresa efetuou os recolhimentos mensais das parcelas e o saldo em 31.12.2024 encontra-se deduzido das parcelas já recolhidas. O valor é atualizado mensalmente pela taxa Selic.

(iii) Referem-se aos valores a recolher de IRPJ e CSLL apurados com base no balancete na posição de 31.12.2024. Cabe salientar que, no decorrer do exercício de 2024, foram recolhidas as antecipações mensais dos tributos, tendo em vista a legislação tributária vigente.

17. Dividendos/Juros Sobre Capital Próprio

São assegurados ao acionista (União), dividendos mínimos obrigatórios de 25% do lucro líquido ajustado, conforme dispõe o Estatuto Social da Emgea (Art.53, § 2º, II).

Em 22.4.2024, a Assembleia Geral aprovou a Proposta da Administração de Destinação do Resultado de 2023, para pagamento do JCP, imputado ao valor dos dividendos mínimos de 25% do lucro líquido ajustado daquele exercício, no valor de R$ 59.254, atualizado pela SELIC, cujo pagamento, no valor de R$ 62.174 ocorreu em 20.6.2024.

Os dividendos apurados nos exercícios de 2020 e 2021, no montante de R$ 232.427, estavam registrados na conta de Reserva Especial de Dividendos Não Distribuídos, integrante do Patrimônio Líquido - PL. A Assembleia Geral Extraordinária, de 19.6.2024, aprovou o pagamento desse montante, que foi realizado em 20.6.2024, no valor de R$ 315.358, já atualizados pela SELIC.

Em 31 de dezembro de 2024, foi apurado o valor de dividendos mínimos obrigatórios de R$ 135.295, em forma de Juros sobre capital próprio, conforme Proposta da Administração de Destinação do Resultado do Exercício de 2024, a ser submetida à Assembleia Geral Ordinária (AGO).

A composição das rubricas está ilustrada no quadro a seguir:

Descrição	31.12.2024	31.12.2023
Dividendos - Atualização monetária	-	67.989
Juros Sobre Capital Próprio (JCP) (i)	135.295	59.254
Total	**135.295**	**127.243**

(i) O saldo em 31.12.2024 representa o valor do JCP, imputado ao valor dos dividendos mínimos de 25% do lucro líquido ajustado do exercício de 2024, conforme Proposta da Administração de Destinação do Resultado de 2024, a ser encaminhada à Assembleia Geral para aprovação.

18. Obrigações por repasses

Quando do encerramento do contrato com a ex-prestadora de serviços Caixa, remanesceram saldos operacionais e contábeis, em processo de identificação e análise pelas áreas operacionais, para o devido tratamento e reclassificação.

Descrição	31.12.2024	31.12.2023
Valores a Ressarcir (i)	8.185	8.185
Seguros/FCVS e outros a recolher	250	245
Créditos a repassar/Adiant. na alienação de imóveis não de uso (ii)	2.467	4.847
Obrigações assumidas quitação de contratos pro solvendo (iii)	1.205	1.125
Diferença de prestações pagas a maior/Saldos credores (iv)	20.472	20.646
Valores a apropriar (iv)	17.736	7.466
Pendência de arrecadação e cadastro – créditos imobiliários (v)	8.715	8.715
Pendência de arrecadação e cadastro - imóveis não de uso (v)	11.276	11.276
FGTS-SFH-quotas utilizadas pagamento prestação crédito imobiliário (vi)	1.103	1.103
Pendências Bancárias Credoras	356	572
Total	**71.765**	**64.180**

(i) Valores relativos a desembolsos com execuções judicial e extrajudicial e despesas com manutenção de créditos imobiliários junto à ex-prestadora de serviços Caixa (R$ 5.297) e de valores de repasses de IOF (R$ 2.888), cobrado dos devedores de créditos comerciais nas parcelas por aquela Instituição. Tais valores encontram-se em fase de conciliação e negociação entre as duas Instituições.

(ii) Refere-se a valores de honorários advocatícios, avaliação de imóveis e remuneração de cobrança a repassar aos respectivos credores (advogados terceirizados, prestadora Caixa e agentes fiduciários) e adiantamentos na alienação de imóveis não de uso.

(iii) Refere-se, principalmente, a débitos perante à Administradora do Seguro Habitacional em função da inadimplência dos Agentes assumida pela Emgea, conforme Instrumento de Transação com Quitação de Dívida assinado entre os Agentes e a Emgea, para pagamento das diferenças de saldos da cessão originária, em razão do caráter *pro solvendo* da aquisição dos créditos.

(iv) Refere-se, principalmente, à diferença de prestações pagas a maior e saldos credores relativos a contratos de créditos imobiliários pessoa física, internalizados e controlados no sistema operacional, em fase de análise pelas áreas gestoras, para a identificação e destinação.

(v) Valores arrecadados de créditos imobiliários, imóveis não de uso e comerciais não classificados pelos sistemas de controle operacional, em fase de identificação pelas áreas gestoras, para a devida destinação e apropriação dos valores nos contratos correspondentes.

(vi) Valores de quotas do FGTS a serem utilizadas para pagamento de parte do valor das prestações de crédito imobiliário, relativos ao período de administração pela Caixa, em fase de identificação pela área gestora, para a devida destinação dos valores nos contratos correspondentes.

Eufrázio
A autenticação deste documento pode ser conferida através do QR Code ao lado.





MINISTÉRIO DAS **COMUNICAÇÕES**

GOVERNO FEDERAL BRASIL UNIÃO E RECONSTRUÇÃO

19. Obrigações com ativos mantidos para venda

Referem-se às pendências financeiras ou responsabilidades fiscais associadas à propriedade – Imóveis não de uso mantidos para venda.

Essas obrigações podem incluir: débitos condominiais, débitos fiscais (Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU), laudêmio e foro (Taxas relacionadas ao direito de posse de imóveis em terrenos da União ou de outros proprietários).

Descrição	31.12.2024	31.12.2023
Circulante	**46.268**	**51.562**
Desembolso com Imóveis não de uso (i)	13.635	13.635
Provisões imóveis *propter rem* (ii)	32.633	37.927
Não Circulante	**51.920**	**51.920**
Desembolso com Imóveis não de uso (iii)	30.934	30.934
Provisão de Desembolso com Imóveis não de uso – Caixa (iv)	20.986	20.986
Total	**98.188**	**103.482**

(i) refere-se à valores de desembolso das obrigações, dentro do exercício, tanto as obrigações em dia quanto as em atraso.

(ii) refere-se ao provisionamento de obrigações financeiras em atraso.

(iii) refere-se à valores de desembolso de obrigações financeiras apresentadas pela Caixa Econômica federal (prestadora de serviços para administração dos imóveis antes da internalização) e se encontram em fase de validação pelas empresas, com previsão de desembolso não antes de 2026.

(iv) refere-se ao provisionamento de obrigações financeiras em atraso.

20. Provisão para contingências

A Emgea possui demandas judiciais relacionadas principalmente à contestação de indexadores aplicados em operações ativas, relativas a financiamentos imobiliários e comerciais, inclusive em razão de efeitos de planos econômicos implementados pelo Governo Federal ainda nas décadas de 80 e 90. Adicionalmente, possui demandas judiciais relativas a contingências trabalhistas. Tais demandas são avaliadas e revisadas periodicamente, com base em pareceres de advogados e reconhecidas de acordo com as regras estabelecidas pelo Pronunciamento Técnico CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.

20.1. Risco provável

Descrição	31.12.2024	31.12.2023
Contingências - Operações de Crédito	**14.517**	**64.035**
Ações rotineiras (i)	5.807	47.640
Ações relevantes (ii)	8.708	5.485
Honorários de sucumbência – polo ativo (iii)	-	10.910
Contingências – Processos administrativos	**-**	**112**
Outros processos	-	112
Contingências - Ações trabalhistas	**6.783**	**6.510**
Ações trabalhistas (iv)	6.783	6.510
Total	**21.300**	**70.657**

(i) Refere-se a processos judiciais vinculados a créditos imobiliários e créditos comerciais pessoa física em que a Emgea figura como polo passivo, as quais são consideradas em sua totalidade como risco provável de perda, conforme metodologia aplicada, sendo utilizadas para o cálculo a média histórica dos valores das condenações sofridas pela Emgea nos últimos 36 (trinta e seis) meses e as ações extintas no mesmo período. A redução da provisão decorreu, principalmente, pela reversão de provisão de processos vinculados pessoa física (R$ 43.926).

(ii) Refere-se a processos judiciais vinculados a créditos pessoa jurídica em que a Emgea figura como polo passivo. Houve aumento da provisão com base nas avaliações do valor estimado de condenação fornecido pelos escritórios jurídicos contratados pela Emgea.

(iii) No caso das contingências em que a Emgea figura no Polo Ativo, envolvendo honorários sucumbenciais, a reversão da provisão se deu em função dos aspectos jurídicos envolvidos, já que, nessa situação, havendo questionamento da parte contrária, a discussão se daria necessariamente no Polo Passivo, onde, observadas as classificações existentes (provável, possível, remoto), já haveria provisão constituída para suportar eventual condenação da Emgea.

(iv) Refere-se a ações reclamatórias trabalhistas, cuja jurisprudência adotada pelo Tribunal Superior do Trabalho foi desfavorável à Empresa.

A Administração entende que tais demandas judiciais, em seu conjunto, não implicarão em desembolsos/prejuízos que excedam o saldo da provisão para essas contingências, que é de R$ 21.300 em 31.12.2024, suficiente para a cobertura de eventuais decisões desfavoráveis à Empresa.

Movimentações na provisão para contingências classificadas como prováveis:

a) Em 31 de dezembro de 2024:

Descrição	Ações cíveis
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**70.657**
Adições (i)	8.482
Reversões (ii)	(57.839)
Saldo Em 31 dezembro de 2024	**21.300**

(i) Refere-se ao acréscimo na provisão de processos vinculados a créditos imobiliários e comerciais de pessoa física (R$ 4.280), em decorrência do aumento no valor médio histórico de condenações no período, e a créditos imobiliários de pessoa jurídica (R$ 3.827), pelas atualizações dos riscos e valores estimados de perda pelos escritórios jurídicos contratados. Adicionalmente, houve aumento em provisão para causas trabalhistas (R$ 375), em decorrência da atualização dos valores estimados de perda no período.

(ii) Refere-se principalmente à reversão de provisão de processos vinculados a pessoa jurídica (R$ 11.514) pessoa física (R$ 43.926), créditos comerciais (R$ 2.186), riscos fiscais (R$ 112) e causas trabalhistas (R$ 101) no período, onde a análise, para fins de provisão, se concentrou tão somente nos processos com as informações de situação ATIVO e Polo PASSIVO, limitado aqueles classificados com perda "provável".

20.2 Risco possível

As ações judiciais classificadas como de risco de perda possível, conforme análise e opinião de seus advogados terceirizados e parecer da Consultoria Jurídica da Emgea, estão demonstradas a seguir:

Natureza	31.12.2024		31.12.2023	
	Quantidade	Valor	Quantidade	Valor
Cível – Pessoa Física (i)	632	30.199	-	-
Cível – Pessoa Física – Créditos Comerciais (i)	43	227	-	-
Cível – Pessoa Jurídica (i)	40	27.568	154	35.050
Reconhecimento de Créditos FCVS (ii)	1	1.000	1	1.000
Trabalhista (iii)	1	60	2	84
TOTAL	**717**	**59.054**	**157**	**36.134**

(i) Referente aos processos judiciais da carteira de Pessoa Física, Pessoa Jurídica e Créditos Comerciais, cujos valores foram estimados por parte dos escritórios jurídicos contratados.

(ii) Corresponde ao reconhecimento dos créditos relativos aos saldos residuais dos contratos firmados até 5.12.1990, com multiplicidade de financiamentos no âmbito do Sistema Financeiro Habitacional - SFH, mediante a cobertura dos respectivos saldos por intermédio do FCVS.

(iii) Referente a ação reclamatória trabalhista promovida por ex-colaborador da Emgea.

21 Patrimônio Líquido

21.1 Capital Social

O capital social da Emgea é de R$ 9.057.993 em 31.12.2024, totalmente integralizado pela União e dividido em 9.057.993 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, conforme art. 6º do Estatuto Social.

Em setembro de 2019, após a inclusão da Emgea no PND por intermédio do Decreto nº 10.008, de 5.9.2019, houve o depósito das ações da Empresa no Fundo Nacional de Desestatização – FND, em contrapartida à emissão de recibo ao detentor das ações (União), conforme determina o Art. 18 do Decreto nº 2.594, de 15.5.1998.

Destaca-se que em 8 de maio de 2024, foi publicada no Diário Oficial da União a Resolução CPPI nº 300, de 29.04.2024, que recomendou a exclusão da Emgea do PND, bem como a revogação de sua anterior qualificação (Resolução CPPI nº 65, de 2019). A exclusão foi aprovada pelo Presidente da República por meio do decreto nº 12.032, de 28 de maio de 2024.

Em junho de 2024, foi processada a baixa do depósito de 9.057.993 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, de emissão da Emgea – Empresa Gestora de Ativos S.A., de propriedade da União, registradas no Fundo Nacional de Desestatização – FND, pelo cancelamento do Recibo de Depósito de Ações (RDA) nº 009/2019 de 25.09.2019, emitido em favor do depositante – Ministério da Fazenda, conforme Carta/BNDES ASD/DECAT nº 003/2024, emitida em 14.6.2024, pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, na qualidade de gestor do Fundo Nacional de Desestatização. Todos os gravames da participação e movimentação relativos ao depósito no FND foram retirados.

21.2 Reservas de Lucros

As reservas de lucros são constituídas por reserva legal, reserva especial para cumprimento de obrigações e reserva de retenção de lucros:

Descrição	31.12.2024	31.12.2023
Saldo inicial	**2.662.352**	**2.472.113**
Reservas de Lucros:	**434.369**	**190.238**
Reserva Legal (i)	28.483	12.475
Reserva de Retenção de Lucros para Expansão (ii)	405.886	-
Reserva Especial para Cumprimento de Obrigações (iii)	-	177.764
Saldo final	**3.096.721**	**2.662.352**

(i) Constituída no valor equivalente a 5% do lucro líquido do exercício, em conformidade com o disposto no art. 193 da Lei nº 6.404, de 15.12.1976, e no Estatuto Social da Empresa.

(ii) Parcela do Lucro Líquido, destinada para Reserva de Retenção de Lucros para Expansão constituída, conforme Proposta da Administração de Destinação do Resultado do exercício de 2024, a ser aprovada pela AGO, para financiar projetos de diversificação da atuação da Emgea, no âmbito de suas novas atribuições estabelecidas pela Lei nº 14.995/2024 que instituiu o Programa Acredita no Primeiro Passo.

(iii) Reserva Estatutária constituída em 2021 com a finalidade de reservar recursos oriundos de parte dos resultados econômicos da Empresa para ao cumprimento de obrigações da EMGEA registradas em seu passivo, sobretudo suas dívidas perante o FGTS. Com a quitação antecipada de parcela relevante da dívida realizada em 2024, o saldo deverá ser reclassificado para Reserva de Retenção de Lucros (Reserva para Expansão), conforme Proposta da Administração, após ouvida a União e aprovada em AGE.

21.3. Base de cálculo dos Dividendos

São assegurados à União Dividendos ou Juros sobre Capital Próprio (JCP), calculados sobre o lucro líquido ajustado, conforme dispõe o Estatuto Social da Emgea (Art.53, §2º, II), de no mínimo 25% do lucro líquido ajustado, em consonância com o Art. 202 da Lei nª 6.404, de 15.12.1976.

Conforme Proposta da Administração de Destinação do Resultado do Exercício de 2024, a ser submetida à aprovação da AGO, foi provisionado no passivo circulante o pagamento de Juros sobre Capital Próprio (JCP), imputados ao valor destinado aos dividendos mínimos obrigatórios, de 25% do lucro líquido ajustado do exercício de 2024, no valor de R$ 135.295 (Nota 17).

Lucro líquido do exercício 2024	**569.664**
Reserva Legal (5%)	28.483
Base para cálculo dos Dividendos/JCP	**541.181**
Dividendo/Juros sobre Capital Próprio mínimo obrigatório (25%)	135.295

22. Desdobramento das principais contas das demonstrações de resultados

22.1. Receita bruta

Descrição	31.12.2024	31.12.2023
Receitas de créditos perante o FCVS (i)	941.622	936.768
Receitas de crédito imobiliário (ii)	73.124	58.646
Receitas de crédito comercial	300	1.112
Receitas de taxas, comissões e encargos moratórios - crédito imobiliário (iii)	1.452	6.852
Receitas de taxas, comissões e encargos moratórios - crédito comercial (iv)	-	4.014
Receita de recuperação prejuízos - crédito imobiliário (v)	20.154	51.631
Receita de recuperação prejuízos - crédito comercial (v)	7.404	13.923
Receita com remuneração de seguros	7	22
Total	**1.044.063**	**1.072.968**

(i) Referem-se aos valores de atualização monetária e juros apropriados sobre o saldo a receber dos Créditos perante o FCVS, calculados de acordo com o método dos juros efetivos.

(ii) Referem-se aos valores de deságio, atualização monetária e juros apropriados sobre o saldo a receber dos créditos imobiliários, calculados de acordo com o método dos juros efetivos. O aumento da receita em 2024, em razão da incorporação de juros e atualização monetária em processos de arrematações/adjudicações e consolidação de propriedade da carteira de crédito imobiliário pessoa física.

(iii) Em 2024, houve redução das receitas de encargos moratórios, nas liquidações e reestruturações de dívidas ocorridas no período.

(iv) Em 2024 não ocorreram receitas de taxas, comissões e encargos moratórios - crédito comercial.

(v) Em 2024, houve redução na recuperação de valores para contratos pessoa jurídica e de créditos comerciais já transferidos para perdas em relação ao período anterior.

22.2. Dedução da receita bruta

As deduções da receita bruta são compostas por Impostos e Contribuições, Descontos Concedidos e Perdas nas Operações:

Descrição	31.12.2024	31.12.2023
Impostos e Contribuições	(60.146)	(63.866)
COFINS	(51.640)	(54.710)
PIS/PASEP	(8.506)	(9.154)
ISS	-	(1)
Descontos Concedidos (Nota 22.2.1)	(34.289)	(22.605)
Perdas nas Operações (Nota 22.2.2)	(11.438)	(4.918)
Total	**(105.873)**	**(91.388)**

22.2.1. Descontos concedidos

Referem-se aos descontos concedidos nas liquidações antecipadas e reestruturações de dívida de contratos das operações de créditos imobiliários e créditos comerciais.

Descrição	31.12.2024	31.12.2023
Crédito Imobiliário (i)	(33.956)	(21.156)
Crédito Comercial	(333)	(1.146)
Total Pessoa Física	**(34.289)**	**(22.302)**
Pessoa Jurídica	-	(303)
Total (i)	**(34.289)**	**(22.605)**

(i) Em 2024, houve acréscimo no valor de descontos concedidos nas liquidações antecipadas de dívidas de crédito imobiliário pessoa física.



Eufrázio
A autenticação deste documento pode ser conferida através do QR Code ao lado.



MINISTÉRIO DAS
COMUNICAÇÕES



22.2.2. Perdas nas operações

Refere-se aos valores reconhecidos no resultado decorrentes das transferências para perdas no período.

Descrição	31.12.2024	31.12.2023
Créditos imobiliário	(1.190)	(3.009)
Crédito Comercial	(979)	(104)
Total pessoa Física	**(2.169)**	**(3.113)**
Pessoa Jurídica	-	-
Créditos perante o FCVS (i)	(9.269)	(1.805)
Total	**(11.438)**	**(4.918)**

(i) Refere-se à movimentação de perdas na habilitação/homologação de Créditos FCVS, em razão de movimentações de *statu*s entre os créditos no período.

22.3. Custos operacionais

As despesas com encargos incidentes sobre o saldo de financiamentos (dívidas da Emgea perante o FGTS) reduziram ao longo de 2024, devido à quitação dos contratos nºs 482.487 e 478.510 em (abril, junho (amortização) e julho (quitação)) que eram remunerados pela SELIC, permanecendo apenas o contrato nº 450.169, onde, em novembro, ocorreu uma amortização extraordinária. O quadro a seguir traz o detalhamento dos montantes registrados como custos operacionais:

Descrição	31.12.2024	31.12.2023
Serviços prestados - Tarifa Administração (i)	-	(2.979)
Serviços prestados - Taxa de Performance (ii)	(1.992)	(4.264)
Despesas com juros e atualização monetária de financiamentos (iii)	(186.950)	(399.635)
Total	**(188.942)**	**(406.878)**

(i) Em 2023, refere-se ao saldo remanescente da tarifa de serviços de administração de créditos imobiliários e de imóveis relativo ao período sem contrato (1º de abril a 7 de maio de 2019), em processo de negociação com a Caixa.
(ii) Refere-se principalmente à taxa de performance paga às empresas de cobrança terceirizadas, incidentes sobre os valores de arrecadações das operações de créditos comerciais. A redução decorre do menor volume de arrecadação no período.
(iii) Refere-se ao valor dos juros e atualização monetária calculados sobre as obrigações da Emgea perante o FGTS (TR + juros de 3,08% a 6% a.a referente ao contrato em vigor nº 450.169). A redução no exercício de 2024 decorreu da liquidação antecipada de contratos de dívidas com o FGTS, reduzindo a base de cálculo de juros e atualização monetária.

22.4. Despesas administrativas

22.4.1. Despesa de pessoal

Descrição	31.12.2024	31.12.2023
Salários e Gratificações	(12.381)	(12.451)
Despesa com pessoal cedido	(2.663)	(2.617)
Encargos Sociais (FGTS/INSS)	(4.999)	(4.985)
Honorários - Diretoria e Conselhos	(3.759)	(3.971)
Provisão de férias/13º salário e encargos	(2.959)	(2.870)
Participação - dirigentes e empregados	(1.668)	(472)
Auxílio alimentação	(1.125)	(1.125)
Treinamento de pessoal	(242)	(31)
Assistência médica e social	(418)	(388)
Rescisões Contratuais	(1.156)	(1.221)
Ajuda de custo/moradia	(160)	(108)
Total	**(31.530)**	**(30.239)**

22.4.2. Despesas de serviços de terceiros

Descrição	31.12.2024	31.12.2023
Tarifa com administração de imóveis não de uso	(2.854)	(3.529)
Administração, Limpeza e Conservação	(7.618)	(6.508)
Serviços de terceiros (i)	(9.794)	(7.851)
Total	**(20.266)**	**(17.888)**

(i) Referem-se, principalmente, aos valores pagos a escritórios jurídicos, auditoria, consultoria, serviços de manutenção, e serviços prestados com TI, guarda de documentos e ADF. O acréscimo verificado em 2024 se refere principalmente aos serviços de terceiros com manutenção de softwares.

22.4.3. Demais despesas administrativas

Descrição	31.12.2024	31.12.2023
Aluguel, locação de veículos e condomínios	(56)	(5)
Despesas Gerais (associação de classe, representação e outros)	(827)	(798)
Depreciação - Próprio	(98)	(54)
Depreciação - Arrendamento	(2.366)	(2.275)
Utilidades e serviços	(980)	(751)
Publicidade oficial e divulgação	(422)	(229)
Despesas com patrocínio (incentivo à cultura) (i)	(3.426)	(2.000)
Despesas com patrocínio (lei federal do esporte) (i)	(900)	-
Passagens aéreas e rodoviárias	(97)	(12)
Diárias de viagens	(45)	(9)
Taxas e contribuições locais	(88)	(92)
Segurança e medicina no trabalho	(22)	(22)
Material de consumo	(72)	(75)
Total	**(9.399)**	**(6.322)**

(i) Em dezembro de 2024, foram realizados repasses, como forma de patrocínio, ao Programa Nacional de Apoio à Cultura-PRONAC, Art. 18 e 26 da Lei nº 8.313/1991 e Instrução Normativa Conjunta Sex MINC/SRF/MF nº 01, de 13.06.1995, e a Lei do incentivo ao esporte Lei nº 11.438/2006, Art. 1º, sendo deduzidos, no cálculo do Imposto sobre a Renda do exercício de 2024, os valores efetivamente contribuídos.

22.5. Receitas/despesas operacionais

22.5.1. Receitas

Descrição	31.12.2024	31.12.2023
Lucro na alienação de imóveis (i)	4.582	7.110
Receitas com ressarcimento de prestação de contas/glosas	86	-
Reposicionamento de cessão	4.994	5.381
Receitas eventuais na liquidação de créditos imobiliários/outras (ii)	5.269	1.584
Total	**14.931**	**14.074**

(i) Houve redução em 2024 em razão do menor volume de vendas de imóveis não de uso no período.
(ii) Em 2024, houve maior volume de reversões de créditos baixados a prejuízo da carteira de pessoa física.

22.5.2. Despesas

Descrição	31.12.2024	31.12.2023
Prejuízo na adjudicação/arrematação de imóveis (i)	(317)	(270)
Perdas em diferenças de repasse - Seguros/FCVS (ii)	(612)	(418)
Despesas com imóveis não de uso (condomínios, impostos, taxas e outras) (iii)	(8.476)	(9.501)
Prejuízos na alienação de imóveis não de uso (iv)	(3.147)	(14.503)
Despesas com execução de créditos – não recuperáveis e outras (v)	(3.173)	(33.879)
Despesas com condenações judiciais e sucumbenciais (vi)	(4.961)	(55.428)
Despesas com diferenças de prestações de créditos imobiliários	(2.871)	(834)
Despesas com manutenção de créditos e garantias	(1.417)	(1.561)
Impostos e Contribuições (vii)	(583)	(826)
Total	**(25.557)**	**(117.221)**

(i) Referem-se às diferenças apuradas entre os saldos devedores de financiamentos imobiliários e os valores de avaliação dos imóveis vinculados como garantia, por ocasião de sua adjudicação, arrematação e consolidação de propriedade pelo credor.
(ii) Valor líquido relativo às diferenças apuradas no repasse do prêmio de seguro mensal e contribuições mensais ao FCVS nas operações de crédito imobiliário.
(iii) Refere-se ao pagamento de despesas *propter rem* com imóveis não de uso no período, conforme levantamentos efetuados pela atual prestadora de serviços (Nota 19).
(iv) Refere-se à diferença negativa apurada entre o valor da alienação dos imóveis não de uso em estoque e o seu valor contábil. A redução decorre de volume menor de alienações em 2024.
(v) Referem-se às despesas com mutuários em fase de execução/adjudicação e despesas com condenações judiciais e demais despesas ligadas a contratos de créditos imobiliários, comerciais e imóveis não de uso, sobre as quais existem solicitações de ressarcimento junto à ex-prestadora de serviços Caixa na esfera administrativa, em razão de possíveis falhas na prestação de serviços. Em 2023, houve a apropriação como despesa operacional do saldo remanescente do ativo de despesas com execução a recuperar, após identificação e análise pelas áreas gestoras, consideradas como despesas de difícil recuperação pela Empresa, conforme aprovado pela Administração.
(vi) Em 2023 ocorreu desembolso extraordinário com honorários de sucumbência, no valor de R$ 32.355, relativo à ação de repetição de indébito impetrada pela Emgea, tendo em vista as retenções tributárias indevidas sobre os repasses de recebíveis realizados pela empresa Itaipu Binacional. Adicionalmente, ocorreu uma diminuição, em 2024, nos desembolsos relativos às demais despesas de condenações judiciais.
(vii) Referem-se aos tributos COFINS (R$ 488) e PIS/PASEP (R$ 95) apurados sobre o grupo Receitas/Despesas, subgrupo Receitas.

22.5.3. Perdas de crédito esperadas (líquida)

Representa a movimentação líquida de perdas de crédito esperadas, incluindo as reversões de provisões decorrentes das liquidações antecipadas e reestruturações de dívidas e as transferências para perdas de contratos de créditos imobiliários pessoas físicas e jurídicas, e de créditos comerciais que já se encontravam provisionados.

Descrição	31.12.2024	31.12.2023
Perdas de crédito esperadas/Reversão (líquida) - crédito imobiliário PF (i)	38.512	25.287
Perdas de crédito esperadas/Reversão (líquida) - crédito imobiliário PJ (i)	2.462	7
Perdas de crédito esperadas/Reversão (liquida) - crédito comercial	1.165	1.297
Total	**42.139**	**26.591**

(i) A movimentação líquida positiva de reversão de provisão, em 2024, ocorreu principalmente em contrapartida aos descontos concedidos em contratos de crédito imobiliário Pessoa Física e Pessoa Jurídica Setor Privado, conforme demonstrado nas Notas 22.2.1

22.5.4. Redução ao Valor Recuperável de ativos financeiros (líquida)

Descrição	31.12.2024	31.12.2023
Redução ao valor recuperável - perdas de créditos perante o FCVS (i)	(80.405)	(165.461)
Redução ao valor recuperável - perdas no desembolso com execução/Seguros FCVS (ii)	-	34.445
Redução ao valor recuperável - perdas sobre depósitos judiciais e reposicionamento (iii)	(1.822)	(2.746)
Redução ao valor recuperável - taxa de Performance - crédito comercial	-	30
Total	**(82.227)**	**(133.732)**

(i) Em 2024, houve redução de perda esperada em relação ao mesmo período do exercício anterior, principalmente pelas novações ocorridas no período.
(ii) Em 2023, houve a reversão de perda esperada para desembolsos com execução a recuperar que se encontravam 100% provisionados, em contrapartida à apropriação dos valores como despesa operacional, conforme aprovação da Administração (Nota 22.5.2).
(iii) Refere-se a redução ao valor recuperável sobre valores de depósitos judiciais e do saldo a favor da Emgea apurado no reposicionamento da permuta de créditos com a Caixa realizada em 30.9.2014.

22.5.5. Redução ao Valor Recuperável de outros ativos (líquida)

Descrição	31.12.2024	31.12.2023
Redução ao valor recuperável/Reversão (líquida) - imóveis não de uso (i)	(20.958)	5.985
Redução ao valor recuperável – Riscos de perdas fiscais	(309)	(367)
Total	**(21.267)**	**5.618**

(i) Em 2024, a redução ao valor recuperável foi maior que em 2023, principalmente pelo aumento do estoque de imóveis não de uso.

22.5.6. Provisões (reversões) para contingências

Descrição	31.12.2024	31.12.2023
Provisão para riscos cíveis (i)	49.519	(7.820)
Provisão para causas fiscais	112	42.633
Provisão para causas trabalhistas (ii)	(273)	(1.129)
Total	**49.358**	**33.684**

(i) Refere-se principalmente à reversão de provisões vinculados a créditos imobiliários e comerciais de pessoa física, em razão de revisão, em 2024, de metodologia de classificação das demandas judiciais, onde a análise, para fins de provisão, se concentrou tão somente nos processos com as informações de “situação ATIVO” e “Polo Passivo”, limitado aqueles classificados como perda “provável” (Nota 20).
(ii) Refere-se a atualização de valores das ações reclamatórias trabalhistas consideradas como risco provável de perda, cuja jurisprudência adotada pelo Tribunal Superior do Trabalho foi desfavorável à Empresa.

22.5.7. Provisões (reversões) para outros passivos

Descrição	31.12.2024	31.12.2023
Reversão de Provisão imóveis débitos *propter-rem* (i)	5.294	3.691
Provisão encargos tributos (ii)	(573)	(695)
Total	**4.721**	**2.996**

(i) Refere-se à reversão da provisão de débitos condominiais e débitos fiscais em atraso, relativos à carteira de imóveis não de uso (Nota 19). A reversão de provisão decorre dos pagamentos das despesas *propter rem* ocorridas no período.
(ii) Refere-se à atualização pela SELIC da provisão tributária registrada em junho de 2021, relativa a encargos, tendo em vista o risco de indeferimento do recurso apresentado e a consequente não homologação das compensações propostas pela Empresa (Nota 16).

22.6. Resultado Financeiro

22.6.1. Receitas Financeiras

Descrição	31.12.2024	31.12.2023
Receita de aplicações financeiras – Fundo de Investimento/Títulos e valores mobiliários (i)	149.990	116.514
Atualização Monetária s/Indenizações Sinistro/FGTS/Depósitos Judiciais	88	948
Remunerações da Caixa - repasses em atraso	611	446
Juros compensatórios sobre tributos a recuperar	368	1.342
Atualização Monetária em repasse de recursos	25	59
Total	**151.082**	**119.309**

(i) Em 2024, houve acréscimo em decorrência de maior volume de recursos aplicados, bem como pelo aumento das taxas de rentabilidade dos fundos de investimento no período.

Eufrázio
A autenticação deste documento pode ser conferida através do QR Code ao lado.





MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
GOVERNO FEDERAL
BRASIL
UNIÃO E RECONSTRUÇÃO

22.6.2. Despesas Financeiras

Descrição	31.12.2024	31.12.2023
Multas e juros sobre tributos em atraso	(936)	(178)
Despesa financeira com SELIC sobre JCP/Dividendos (i)	(17.862)	(50.770)
Encargos sobre movimentação financeira - Caixa	(190)	(138)
Atualização de débitos assumidos quitação de créditos pro solvendo	(79)	(86)
Tarifas bancárias e outras	(993)	(197)
Atualização monetária - prêmio de seguro habitacional	(171)	(887)
SELIC créditos de impostos RFB	(4.098)	(4.970)
Impostos e Contribuições (ii)	(7.025)	(5.548)
Total	**(31.354)**	**(62.774)**

(i) Refere-se à despesa de atualização monetária calculada com base na taxa Selic incidente sobre os Dividendos/JCP a pagar. Em 2024, foram pagos Dividendos/JCP acumulados de 2020 e 2021 (Nota 17).
(ii) Referem-se a COFINS (R$ 6.043) e PIS/PASEP (R$ 982) em 31.12.2023 (COFINS de R$ 4.772 e PIS/PASEP de R$ 776 em 2023), apurados sobre o grupo Resultado Financeiro, subgrupo Receitas Financeiras e outros débitos de tributos perante a RFB.

23. Ativos e passivos fiscais

O imposto de renda é apurado com base na alíquota de 15%, acrescido de adicional de 10%, e a contribuição social com base na alíquota de 9%, ambas aplicáveis ao lucro tributável e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real (Lei nº 8.981/1995 – Art. 42). A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos e contribuições sobre a renda correntes e diferidos, quando aplicável. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado. No exercício de 2024, a Empresa apurou base tributária positiva, sendo contabilizado como despesa de IRPJ e CSLL no resultado o montante de R$ 220.214, conforme demonstrado a seguir.

23.1. Demonstrativos de apuração do IRPJ e CSLL

Descrição	2024		2023	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Resultado antes do IRPJ e CSLL	**789.879**	**789.879**	**408.798**	**408.798**
Dedução de juros sobre capital próprio	(135.295)	(135.295)	(59.254)	(59.254)
Ajustes temporários	289.757	289.757	328.978	328.978
Lucro Real	**944.341**	**944.341**	**678.522**	**678.522**
Compensação prejuízo fiscal/base negativa	(283.302)	(283.302)	(203.557)	(203.557)
Base de cálculo dos tributos	**661.039**	**661.039**	**474.965**	**474.965**
IRPJ e CSLL total às alíquotas de 25% e 9%	(163.646)	(58.912)	(87.360)	(31.459)
Efeitos tributários dos ajustes temporários	(72.439)	(26.078)	(82.245)	(29.608)
Efeitos tributários do prejuízo fiscal/base negativa compensado	70.826	25.497	50.889	18.320
Incentivos fiscais	4.538	-	2.158	
Receita/(Despesa) total de IRPJ e CSLL	**(160.721)**	**(59.493)**	**(116.558)**	**(42.747)**

23.2. Ativo fiscal diferido não ativado

Diferenças temporárias	Saldo em 31.12.2023	Constituição	Reversão	Saldo em 31.12.2024
Ajustes temporários	1.891.332	159.903	63.046	1.988.189
Prejuízo fiscal/Base Negativa	1.523.268	-	96.323	1.426.945
Créditos tributários não ativados	**3.414.600**	**159.903**	**159.369**	**3.415.134**
Imposto de renda	2.506.988	117.576	117.183	2.507.381
Contribuição social	907.612	42.327	42.186	907.753

24. Remuneração a colaboradores (valores em reais)

Os custos com remuneração e outros benefícios atribuídos aos Comissionados, Dirigentes e Conselheiros são apresentados como segue:

Descrição	31.12.2024	31.12.2023
Comissionados (i)		
Maior Remuneração	22.836,64	22.836,64
Menor Remuneração	5.518,94	5.518,94
Remuneração Média (ii)	11.989,42	11.075,19
Dirigentes		
Presidente	48.838,29	46.681,60
Diretoria:		
Maior Remuneração	46.512,66	44.458,67
Menor Remuneração	46.512,66	44.458,67
Remuneração Média (ii)	50.892,60	48.645,19
Conselheiros		
Conselho Fiscal	5.089.26	4.864,52
Remuneração Média	5.089.26	4.864,52
Conselho Administração	5.089.26	4.864,52
Remuneração Média	5.089.26	4.864,52
Comitê de Auditoria	5.000,00	5.000,00
Remuneração Média	5.000,00	5.000,00

(i) Na posição de 31.12.2024, constam no quadro de pessoal da Emgea o quantitativo de 100 empregados contratados, o mesmo número apresentado em 31.12.2023.
(ii) Inclui 13º salário dos comissionados e gratificação natalina dos dirigentes.

25. Partes relacionadas

A Emgea adota Política de Transações com Partes Relacionadas aprovada pelo Conselho de Administração e divulgada em seu sítio eletrônico (*www.emgea.gov.br*).
A Política define diretrizes para assegurar que as decisões sejam tomadas observando os interesses da Empresa e o princípio da equidade, assim considerado o tratamento justo e isonômico ao acionista (União) e às demais partes interessadas (sociedade, fornecedores e colaboradores), levando em consideração seus direitos, deveres, necessidades, interesses e expectativas.
As principais transações realizadas pela Emgea com partes relacionadas são:
a) Transações com o pessoal-chave da administração: pagamento de honorários, férias e gratificação natalina a membros da Diretoria Executiva e de honorários a membros do Comitê de Auditoria e dos Conselhos de Administração e Fiscal;
b) Transações com o controlador: transações com a União, detentora da totalidade do capital social da Empresa, por intermédio de Órgãos da Administração Pública Federal e reembolso de custos relativos a servidores da Administração Direta cedidos para atuar como Dirigentes da Emgea;
c) Transações com Fundos instituídos pelo Governo Federal: operações com o FGTS e o FCVS;
d) Transações com a Caixa, empresa pública vinculada ao Ministério da Fazenda, com capital social totalmente integralizado pela União: transações bancárias, contratos de prestação de serviços e reembolso de custos relativos a empregados da Caixa cedidos à Emgea.
Remanesceram nas demonstrações contábeis da Emgea valores pendentes de apropriação individualizada, advindos dos sistemas operacionais da Caixa, que se encontram em processo de apuração e análise por parte das áreas gestoras, no âmbito dos esforços conjuntos que tratam do processo de internalização. O resultado dessas análises permitirá a devida destinação e alocação/apropriação dos valores nos respectivos contratos de créditos imobiliários, créditos comerciais, créditos perante o FCVS e imóveis não de uso que compõem as bases de dados registradas nos sistemas operacionais de controle da Emgea. As variações decorrentes das tratativas efetuadas no período pelas áreas gestoras no encaminhamento do assunto, bem como os saldos dessas pendências operacionais e contábeis encontram-se evidenciados nas rubricas de Créditos vinculados (Nota 6) e Obrigações por repasses (Nota 18).
Para que seja possível dar efetivo andamento ao repasse de informações, esclarecimentos e providências para a solução de pendências recíprocas entre as duas instituições, foi assinado em outubro/2023 o Acordo de Cooperação Técnica (ACT) entre a Caixa e a Emgea, cujo objeto é a formalização de cooperação técnica mútua entre as duas Instituições, não onerosa, para estabelecer as bases da cooperação relacionadas a diversas dimensões, que serão objeto de formalização por instrumentos contratuais específicos, quando for o caso; As tratativas não foram concluídas e nem os instrumentos contratuais formalizadas no exercício findo.
e) Transações com o Banco do Brasil (BB), sociedade de economia mista vinculada ao Ministério da Fazenda, controlada pela União: transações bancárias e reembolso de custos relativos a empregados do BB cedidos à Emgea.

25.1. Transações com o pessoal-chave da administração (valores em reais)

Descrição	31.12.2024	31.12.2023
Diretoria Executiva (i)	3.407.775,24	2.990.274,37
Conselho de Administração (ii)	357.925,50	375.208,05
Conselho Fiscal	178.306,79	172.174,44
Comitê de Auditoria (ii)	120.000,00	119.516,66
Total	**4.064.007,53**	**3.657.173,52**

(i) Os valores informados referem-se a honorários, férias, gratificação natalina e benefícios (auxílio-moradia, auxílio-alimentação e auxílio-saúde). Parte da remuneração (R$ 356 mil) pagos a Dirigentes em 2023, estão demonstrados no quadro da Nota 25.3.
(ii) Houve variação dos saldos considerando que um dos membros do COAUD também faz parte do Conselho de Administração, sendo alocado neste último para fins de evidenciação no quadro, o que faz com que o titular pertencente aos dois órgãos colegiados receba a remuneração por apenas uma de suas funções.

25.2. Transações com partes relacionadas

Entidades/operações	2024		2023	
	Ativo / (Passivo) 31.12.2024	Receita / (Despesa) 31.12.2024	Ativo / (Passivo) 31.12.2023	Receita / (Despesa) 31.12.2023
Transações com o controlador (União)				
Títulos CVSA mantidos em carteira (i)	48.730	7.023	1.910	16.409
Dividendos a pagar (ii)	-	(14.942)	(67.989)	(46.020)
Juros sobre capital próprio (ii)	(135.295)	(138.215)	(59.254)	(64.004)
Reserva Especial de Dividendos não distribuídos (iii)	-	-	(232.427)	-
Fundos instituídos pelo Governo Federal				
FCVS (iv)	9.459.814	851.897	14.488.680	769.005
Dívida FGTS (v)	(766.630)	(186.950)	(4.069.952)	(399.635)
Créditos a receber na novação do FCVS (vi)	1.006.976	-	286.320	-
Caixa Econômica Federal				
Depósito à vista (vii)	555	(127)	594	(192)
Valores a receber (viii)	821	5.605	400	5.789
Prestação de serviços (ix)	(11.344)	(1.114)	(11.259)	(5.610)
Valores a pagar (x)	(70.853)	(190)	(71.068)	(138)
Aplicações financeiras (xi)	306.499	13.255	69.205	4.204
Saldo de Reposicionamento de Cessão (xii)	58.991	3.340	55.651	2.971
Banco do Brasil S/A				
Depósito à vista (vii)	509	(3)	459	(3)
Aplicações financeiras (xi)	1.652.684	128.848	759.221	95.901

(i) Títulos CVSA e CVSC (Origem SBPE) recebidos nas novações de dívidas pela União de responsabilidade do FCVS, relativas a créditos da Emgea.
(ii) Referem-se aos valores de atualização monetária pela taxa SELIC dos dividendos a pagar, relativos aos exercícios de 2020 e 2021 (Nota 17), e de Juros sobre Capital Próprio do exercício de 2023. Em junho de 2024, houve o pagamento do JCP do exercício de 2023 e a quitação dos dividendos dos exercícios de 2020 e 2021.
(iii) Reclassificação para dividendos à Reserva especial de dividendos não distribuídos relativos aos dividendos mínimos obrigatórios, em 19.6.2024 houve a aprovação da AGE para o pagamento em 20.6.2024 dos exercícios de 2020 (R$ 92.298) e 2021 (R$ 140.129) e suas atualizações. (Nota 21.2).
(iv) Corresponde aos valores residuais de contratos encerrados a serem ressarcidos pelo FCVS que estão em processo de novação com aquele Fundo. Atualmente, esses contratos rendem juros de até 6,17% ao ano e são atualizados monetariamente de acordo com a variação da Taxa referencial de Juros (TR). Em 2024, foram assinados contratos de novação no montante de R$ 5.880.814.
(v) A Emgea assumiu obrigações perante o FGTS, quando da constituição da Empresa, em contrapartida aos ativos recebidos. Conforme previsto contratualmente, o contrato 450.169 é atualizado pela variação da Taxa Referencial (TR), acrescidos de juros com encargos de 3,08% e, a partir de janeiro de 2027, 6% ao ano. Em abril de 2024 houve a quitação antecipada do contrato 482.487 com vencimento em agosto de 2024, em junho houve uma amortização extraordinária do contrato 478.510 e julho houve a quitação antecipada do 478.510 com vencimento em dezembro de 2026 conforme 3º termo aditivo de prorrogação de carência para pagamento do saldo devedor. O montante de liquidações e amortizações em 2024 é de R$ 3.490.269 (Nota 13).
(vi) Valores recebidos em espécie e títulos CVSB decorrentes de contratos de novações de débitos de FCVS pela União caucionados junto ao FGTS, a serem destinados ao pagamento de prestações mensais da dívida da Emgea perante aquele Fundo, à luz da Resolução CCFGTS 752/2014 (R$ 1.003.589). Adicionalmente, inclui débitos de contribuição (R$ 3.388), compensados indevidamente nos contratos de novação, pela União, em exercícios anteriores (Nota 6).
(vii) Refere-se a contas correntes bancárias (contas de depósito à vista na Caixa e no Banco do Brasil S/A). Na Caixa, adicionalmente, existem despesas de Tarifa COB – conta cobrança, referentes ao valor pago pela Emgea para emissão de boletos bancários dos créditos comerciais já internalizados na Empresa.
(viii) Valores relativos ao saldo de movimentação financeira repassada à Emgea pela Caixa, a ser objeto de verificação e acertos entre as duas instituições.
(ix) Saldo remanescente relativo à tarifa de serviços de administração de créditos imobiliários e de imóveis relativo ao período sem contrato (1º de abril a 7 de maio de 2019), em processo de negociação com a Caixa.
(x) Refere-se principalmente a desembolsos em execução de contratos de créditos imobiliários, bem como desembolsos com imóveis não de uso, a ser objeto de análise e solução da pendência junto à ex-prestadora de serviços Caixa.
(xi) Aplicações em fundos de investimento na Caixa e no Banco do Brasil S/A.
(xii) Refere-se à diferença, em favor da Emgea, decorrente do reposicionamento dos créditos habitacionais e comerciais adquiridos de acordo com Instrumento Contratual de Cessão Onerosa de Créditos entre a Caixa e a Emgea de 30.9.2014 e Termo Aditivo ao Instrumento Particular formalizado em 30.1.2015. Conforme previsto contratualmente, o valor da diferença é atualizado com base no percentual nominal de 5,37% a.a., acrescido de Taxa Referencial (TR). Esse valor encontra-se em fase de análise e negociação com a Caixa para o devido ajuste contratual entre ambas as Instituições.

25.3. Reembolso de empregados cedidos

Reembolso ao órgão de origem	31.12.2024	31.12.2023
Caixa Econômica Federal (Caixa)	(2.270)	(2.060)
Banco do Brasil (BB)	(393)	(202)
Secretaria Tesouro Nacional (STN)	-	(356)
Total	**(2.663)**	**(2.617)**

Para as funções comissionadas ocupadas por empregados originários da Administração Pública Federal, bem como por Dirigentes cedidos pela Administração Direta, a Emgea ressarce integralmente os benefícios oferecidos pelo Órgão ou Entidade de origem.


Eufrázio
A autenticação deste documento pode ser conferida através do QR Code ao lado.



MINISTÉRIO DAS
COMUNICAÇÕES



26. Gerenciamento de riscos

26.1. Estrutura da gestão de riscos

O gerenciamento de riscos na Emgea integra a estrutura de Controles Internos da Empresa, organizada em três linhas.

Como **primeira linha**, todas as unidades organizacionais são responsáveis por identificar, analisar, avaliar, monitorar e comunicar permanentemente os riscos relacionados aos processos na sua área de atuação e implementar ações de controle para mitigá-los.

Como **segunda linha**, a Superintendência de Controles Internos e Riscos, unidade organizacional dedicada à gestão de riscos e controles internos, com atuação independente em relação às demais unidades. Essa unidade é responsável por assessorar e monitorar as atividades de gestão de riscos e controles internos, bem como por realizar verificações de conformidade.

A **terceira linha** é exercida pela unidade de Auditoria Interna que, vinculada por meio do Comitê de Auditoria ao Conselho de Administração, é responsável por aferir a adequação do controle interno e a efetividade do gerenciamento dos riscos.

O Comitê de Auditoria acompanha a eficácia da gestão de riscos por meio de reportes trimestrais elaborados pela unidade responsável pela segunda linha, os quais são também submetidos à Diretoria Executiva e ao Conselho de Administração.

Adicionalmente, as avaliações realizadas pela auditoria independente, pelo Conselho Fiscal e pelos órgãos de fiscalização e controle federais fornecem subsídios para aprimoramento das práticas organizacionais, inclusive dos controles internos e dos processos de gerenciamento de riscos.

Nessa estrutura, o gerenciamento de riscos é realizado utilizando uma metodologia composta por etapas sequenciais, que abrangem:

• identificação dos riscos: levantamento dos eventos de risco que possam interferir no alcance dos objetivos, da missão e do propósito da Empresa, bem como do relacionamento entre os diferentes riscos e dos efeitos decorrentes da interação entre os riscos;
• análise dos riscos: análise da probabilidade e do impacto da ocorrência de eventos de risco;
• avaliação dos riscos: avaliação do grau de exposição ao risco a partir da análise de sua probabilidade e impacto;
• tratamento dos riscos: adoção de medidas de controle para mitigar os riscos, considerando o apetite a risco estabelecido;
• monitoramento: monitoramento contínuo dos eventos de risco, da efetividade das medidas de controle e do processo de gestão de riscos, com vistas à adoção de medidas para aprimoramento;
• comunicação: fluxo de informações, em todos os níveis da organização e apresentação periódica de resultados consolidados dos trabalhos relativos ao gerenciamento de riscos.

Os resultados das etapas de identificação e de avaliação alimentam uma matriz de riscos que, considerando os níveis de probabilidade (possibilidade de materialização de um determinado evento de risco) e de impacto (efeito da ocorrência do evento de risco), auxiliam na identificação dos riscos estratégicos ou críticos, assim considerados aqueles que podem comprometer o alcance dos objetivos, da missão e do propósito da Empresa.

No quarto trimestre de 2024, foi atualizada a matriz de riscos. Apresentamos, a seguir, os riscos atrelados ao uso de instrumentos financeiros:

26.1.1. Riscos de carteiras

O risco de carteiras (degradação de créditos adquiridos e das garantias a eles vinculadas, similar ao “risco de crédito”, característico de empresas que concedem créditos), é estratégico para a Emgea, notadamente pelo fato de serem as carteiras de crédito – imobiliário, comercial, dos setores público e privado e junto ao FCVS – e a carteira de imóveis não de uso, os ativos geradores de receitas.

Nas carteiras de crédito imobiliário, comercial de pessoas jurídicas do setor privado há dificuldade de recuperação, uma vez que são majoritariamente compostas por operações já adquiridas em situação de inadimplência (“Estágio 3”, nos termos do CPC 48). Para fazer face à possibilidade de não recuperação desses créditos, é reconhecida uma “perda de crédito esperada”, mensurada de acordo com critérios aprovados pela Administração e periodicamente revistos pela unidade gestora da carteira.

À medida que os créditos são recuperados ou baixados, os ativos geradores de receitas diminuem, o que pode resultar no risco das carteiras não serem capazes de gerar recursos financeiros à Empresa.

Para mitigar os riscos relacionados ao processo de recuperação de ativos representados por créditos imobiliários, comercial e de pessoas jurídicas do setor privado são adotadas ações de monitoramento contínuo da arrecadação, como subsídio para a adoção, quando for o caso, de medidas para manutenção ou incremento dos valores arrecadados. Adicionalmente, são adotadas ações de controle que contemplam a definição de políticas, normas e procedimentos específicos, bem como a avaliação da atuação das empresas prestadoras de serviços.

Fator relevante para o risco de carteiras é a concentração de créditos junto ao FCVS - cerca de 70,61%, do Ativo total. Trata-se, porém, de crédito garantido pela União e em conformidade com as instruções e formalizações de novações a que se refere a Lei nº 10.150/2000, o que mitiga esse risco

Os créditos junto ao FCVS têm como contraparte o próprio Fundo e a União, como garantidora de suas dívidas, o que os caracteriza como ativos financeiros com baixo risco de crédito, uma vez que as contrapartes (o FCVS e a União) não têm histórico ou projeção de inadimplência. Não obstante, podem ocorrer perdas e, principalmente, atrasos no processo operacional de realização desses créditos, nas etapas de habilitação, homologação, validação e novação de dívidas do Fundo pela União, com impactos no fluxo de caixa da carteira. Essa possibilidade de perdas é reconhecida nas demonstrações contábeis em contas redutoras do ativo, como “redução do valor recuperável”, de acordo com critérios aprovados pela Administração e periodicamente revistos pela unidade gestora da carteira (Nota 10).

Para viabilizar a conversão dos créditos FCVS em títulos públicos federais, mediante novação nas condições previstas na Lei nº 10.150/2000, a Empresa tem adotado as medidas possíveis no seu âmbito de atuação, em particular o acompanhamento e o cumprimento tempestivo das normas e dos procedimentos definidos no regulamento do FCVS e das demandas da sua Administradora.

Os valores originários das novações que foram bloqueados junto ao FGTS são destinados ao pagamento de prestações mensais da dívida da Emgea perante aquele Fundo.

26.1.2. Risco de liquidez

O risco de liquidez, que se traduz na insuficiência de recursos financeiros para viabilizar a realização de negócios ou para honrar compromissos assumidos, é um risco estratégico para a Emgea, em decorrência, principalmente, da estrutura patrimonial da Empresa, que ,desde a sua criação, é caracterizada por uma carteira de ativos composta por créditos de difícil recuperação (financiamentos e empréstimos originalmente concedidos pela Caixa) e um passivo líquido e certo (obrigações também originárias da Caixa, em maior parte dívidas junto ao FGTS).

No exercício de 2024, foram celebrados trinta e três contratos de novações de dívidas FCVS, no valor total de R$ 5.880,81, sendo o montante de R$ 213,43 recebido em títulos CVSA, R$ 75,40 em títulos CVSB (bloqueados junto ao FGTS) e R$ 5.591,99 em espécie (sendo R$ 894,21 bloqueados junto ao FGTS), cujos valores bloqueados serão inicialmente destinados ao pagamento de prestações mensais da dívida da Emgea perante aquele Fundo, referentes ao contrato nº 450.169, bem como para quitação dos contratos com junto ao FGTS nºs 482.487 e 478.510.

Ainda, com relação à gestão da liquidez pela ótica do gerenciamento do seu passivo, a Emgea, mediante autorização da Caixa, na qualidade de Agente Operador do FGTS, vem utilizando os títulos CVSB e recursos em espécie, bloqueados junto ao FGTS para pagamento das prestações mensais de, aproximadamente, R$ 16,43 milhões (valor de dezembro de 2024). Em novembro, foi realizada Amortização Extraordinária no valor de R$ 168,04 milhões, perfazendo o pagamento total de R$ 218,04 milhões no 4º trimestre, referente ao contrato nº 450.169.

Para o gerenciamento do risco de liquidez, o fluxo de caixa é monitorado diariamente pela unidade responsável pela gestão financeira e os resultados são apresentados à Diretoria Executiva, com vistas à definição de medidas de controle, bem como acompanhado periodicamente pelo Comitê de Auditoria, pelo Conselho Fiscal e pelo Conselho de Administração.

Além disso, no exercício de 2024, foram mantidos esforços contínuos das unidades operacionais da Emgea visando incrementar a realização de ativos por meio de negociações com mutuários das carteiras imobiliárias de pessoa física e pessoa jurídica, bem como por meio da venda de imóveis não de uso.

26.1.3. Risco de mercado

O risco de mercado (flutuação nos valores de mercado de instrumentos financeiros, incluindo variação cambial, de taxa de juros e de preços), para a Emgea, se restringe à flutuação da Taxa Média Selic - TMS e da Taxa Referencial de Juros - TR sobre as aplicações financeiras.

A Empresa não atua no mercado de derivativos, câmbio ou com ativos referenciados em moeda estrangeira.

As aplicações financeiras (detalhadas na Nota 4) são efetuadas em fundos de investimento – BB Extramercado FAE 2 e Caixa Extramercado Exclusivo XXI, ambos com política de investimentos adequada à Resolução CMN nº 4.986, de 17.2.2022. Em 2024, os referenciais de rentabilidade desses fundos acompanharam a variação do subíndice Anbima IRFM-1 (Índice de Renda Fixa de Mercado), cujas carteiras são compostas por títulos públicos federais prefixados (LTN e NTN), de curto prazo.

Considerando o modelo estatístico do Valor em Risco (VaR - *Value at Risk*) que sintetiza maior perda esperada dentro de um intervalo temporal de um dia e com nível de confiança de 95%, o risco de taxas de juros para os fundos de investimento não produz impacto relevante sobre os resultados[1].

Adicionalmente, apresentamos os riscos considerados relevantes em razão do cenário atual da Emgea, sobretudo os decorrentes do processo de internalização das operações das carteiras de crédito e de imóveis não de uso.

26.1.4. Risco de conformidade

O risco de conformidade (falha no cumprimento de leis, de regulamentos, de políticas, normas e decisões da Empresa) é relevante à medida em que a intempestividade na implementação de alterações legislativas pode resultar no descumprimento de normas e sujeitar a Estatal a eventuais penalidades.

Ressalta-se que, com a exclusão da Emgea do Programa Nacional de Desestatização - PND por meio do Decreto nº 12.032/2024, fruto da Resolução CPPI nº 300, de 29.4.2024, que recomendou a exclusão da Emgea do PND, bem como a revogação de sua qualificação no Programa de Parcerias e Investimentos da Presidência da República (PPI) que decorre da solicitação do Ministério da Fazenda para exclusão da Empresa, mitigou os riscos referente à não implementação do processo de desestatização da Emgea.

26.1.5. Risco Legal

O risco legal é caracterizado pela possibilidade de sanções decorrentes de decisões contrárias à Emgea em litígio judicial ou extrajudicial. Considerando a existência de pendências operacionais decorrentes do processo de internalização, o risco é relevante para a Empresa, vez que tais pendências ensejam, por vezes, no pagamento de condenações/indenizações em processos judiciais e administrativos.

As demandas judiciais e administrativas são avaliadas e revisadas periodicamente, com base em pareceres de advogados e reconhecidas de acordo com as regras estabelecidas pelo Pronunciamento Técnico CPC 25 (Nota 20).

26.1.6. Riscos Operacionais

Em 2019, 2020 e 2021, por questões econômicas, a Emgea internalizou a operacionalização de suas carteiras de crédito e de imóveis não de uso. A internalização ocorreu em razão da necessidade de equacionamento do fluxo de caixa da Empresa, haja vista a elevação substancial dos custos da operação antes mantidas com a Caixa. Tratou-se de medida necessária para a manutenção do equilíbrio financeiro da Emgea à época, ainda que as soluções sistêmicas não estivessem plenamente concluídas, tampouco houvesse aumento do quadro de pessoal da Empresa, para balizar a absorção dos processos operacionais.

No exercício de 2024, diversas ações foram realizadas como forma de mitigar esse risco, tais como: aprimoramento de sistemas e das políticas, normas e procedimentos; a estruturação de processos e rotinas internas; o desenvolvimento de ações para aprimoramento dos controles internos; o cumprimento dos planos de trabalho da Auditoria Interna; entre outros.

26.1.6.1. Risco de terceiro

O risco de terceiro (serviços prestados por terceiros ou produtos adquiridos sem os requisitos de qualidade contratados e esperados, ou não entregues nas datas previstas) é relevante, em razão do modelo de negócio adotado pela Emgea, que tem como característica a contratação de empresas prestadoras de serviços para a realização de atividades operacionais, incluindo o atendimento aos devedores. Falhas na prestação de serviços ou eventual descontinuidade podem comprometer o ingresso de recursos, assim como aumentos de tarifas cobradas podem refletir diretamente no fluxo de caixa da empresa, impactando o risco de liquidez e, consequentemente, os resultados econômico financeiros.

Para mitigar esse risco são adotadas medidas de controle, tais como: inclusão de cláusulas específicas nos contratos firmados com as prestadoras de serviços; rotinas instituídas nas unidades organizacionais para avaliar se os serviços são executados em conformidade com o pactuado; aprimoramentos de sistema próprio para gestão de ativos; diversificação dos canais de negócios; viabilização de negociação por meio do sítio eletrônico (sem a intermediação de terceiros); contratação de novas empresas para prestação dos serviços relativo as atividades operacionais, visando a diversificação dos fornecedores de serviços, entre outros.

26.1.7. Comentários Finais

Em 2024, a Diretoria Executiva renovou as ações voltadas à mitigação de eventos de risco com maior impacto às operações da Emgea, tendo aprovado e posto em prática o Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação - PDTIC, instrumento que contém as principais medidas, no âmbito tecnológico, a serem adotadas para redução dos riscos, implementação de controles informatizados, assim como atualizado o Plano de Aprimoramento de Controles Internos - PACI e buscado cumprir com os itens nele dispostos, a exemplo da elaboração do Programa de Dispêndios Globais - PDG 2025, do PDTIC 2024, da revisão da Política de Segurança da Informação, entre outros.

Ainda no período, houve a aprovação do Projeto de Lei nº 1.725/2024, onde foi instituído o Programa Acredita no Primeiro Passo, que visa, por meio da Emgea, adotar práticas de incentivo ao mercado de crédito imobiliário, sancionado pela Lei nº 14.995/2024 em 10.10.2024. Dentre os objetivos estão, adquirir e gerir bens e direitos da União, fomentar o crescimento do mercado imobiliário nacional, bem como criar e participar de estruturas organizacionais na forma de fundo de investimentos.

Em relação às pendências operacionais e financeiras decorrentes da internalização dos serviços anteriormente prestados pela Caixa, a Administração da Emgea tem se posicionado no sentido de manter e agilizar as tratativas conjuntas para o melhor encaminhamento das soluções possíveis para as pendências levantadas entre as instituições, inclusive com a formalização de Acordo de Cooperação Técnica e com a realização de estudos e diligências para implementação de medidas (Nota 24).

José Carlos Alves
Diretor-Presidente - Substituto

Romulo Greficce Miguel Martins
Diretor

Jucemar José Imperatori
Diretor

Martvs Antonio Alves Das Chagas
Diretor

Raimundo Moreira
Chefe da Contabilidade
CRC DF 013.780/O-6

[1] VaR do Fundo BB Extramercado FAE 2: -0,08% sobre o patrimônio líquido; VaR do Fundo Caixa Extramercado Exclusivo XXI: 0,04% sobre o patrimônio líquido (posição 31.12.2024).

Eufrázio
A autenticação deste documento pode ser conferida através do QR Code ao lado.





MINISTÉRIO DAS
COMUNICAÇÕES



Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis aos Administradores e aos Conselheiros da EMPRESA GESTORA DE ATIVOS S/A – EMGEA Brasília - DF Referente ao Exercício findo em 31 de Dezembro de 2024

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da EMPRESA GESTORA DE ATIVOS S.A. – EMGEA (“EMGEA”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da EMGEA em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à EMGEA, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Programa Nacional de Desestatização – PND

Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 1.2, que aborda a exclusão da EMGEA do Programa Nacional de Desestatização – PND. Em 29.5.2024, foi publicado no diário oficial da União, o Decreto nº 12.032, de 28 de maio de 2024, que dispôs sobre a exclusão da Empresa Gestora de Ativos S. A. – Emgea do Programa Nacional de Desestatização – PND e revogou sua qualificação no âmbito do Programa de Parcerias e Investimentos da Presidência da República. Conforme descrito na nota explicativa nº 21.1, em junho de 2024, foi processada a baixa do depósito de 9.057.993 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, de emissão da Emgea – Empresa Gestora de Ativos S.A., de propriedade da União, registradas no Fundo Nacional de Desestatização – FND, pelo cancelamento do Recibo de Depósito de Ações (RDA) nº 009/2019 de 25.09.2019, emitido em favor do depositante – Ministério da Fazenda, conforme Carta/BNDESASD/DECAT nº 003/2024, emitida em 14.6.2024, pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, na qualidade de gestor do Fundo Nacional de Desestatização. Todos os gravames da participação e movimentação relativos ao depósito no FND foram retirados. Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Créditos perante o FCVS

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 10, a EMGEA possui créditos a receber do Fundo de Compensação de Variações Salariais (FCVS), originados de contratos de financiamento habitacional. A efetiva realização desses créditos depende da aderência a um conjunto de normas e procedimentos definidos em regulamento emitido pelo FCVS. No exercício de 2024, foram celebrados trinta e três contratos de novações de dívidas FCVS, no valor total de R$ 5.880.814 mil, sendo o montante de R$ 213.426 mil recebido em títulos CVSA, R$ 75.400 mil em títulos CVSB (bloqueados junto ao FGTS) e R$ 5.591.988 mil em espécie (sendo R$ 894.211 mil bloqueados junto ao FGTS), cujos valores bloqueados serão inicialmente destinados ao pagamento de prestações mensais da dívida da Emgea perante aquele Fundo, referentes ao contrato nº 450.169, recursos esses também já utilizados para a quitação dos contratos junto ao FGTS nºs 482.487 e 478.510.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria, dentre outros, incluíram: entendimento e avaliação dos processos operacionais e de controles internos adotados pela EMGEA, testes substantivos de auditoria para validação dos saldos contábeis relacionados à carteira de crédito perante o FCVS, bem como o cálculo de provisão ao valor recuperável. Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos apresentados, consideramos aceitáveis os registros contábeis dos créditos da EMGEA perante o FCVS.

Internalização das operações de ativos pelo sistema informatizado SISGEA

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 25, letra “d”, remanesceram nas demonstrações contábeis da Emgea valores pendentes de apropriação individualizada, advindos dos sistemas operacionais da Caixa Econômica Federal, que se encontram em processo de apuração e análise por parte das áreas gestoras, no âmbito dos esforços conjuntos que tratam do processo de internalização. O resultado dessas análises permitirá a devida destinação e alocação/apropriação dos valores nos respectivos contratos de créditos imobiliários, créditos comerciais, créditos perante o FCVS e imóveis não de uso que compõem as bases de dados registradas nos sistemas operacionais de controle da Emgea. As variações decorrentes das tratativas efetuadas no período pelas áreas gestoras no encaminhamento do assunto, bem como os saldos dessas pendências operacionais e contábeis, encontram-se evidenciados nas rubricas de Créditos vinculados (Nota 6) e Obrigações por repasses (Nota 18). Para que seja possível dar efetivo andamento ao repasse de informações, esclarecimentos e providências para a solução de pendências recíprocas entre as duas instituições, foi assinado em outubro de 2023 o Acordo de Cooperação Técnica (ACT) entre a Caixa e a Emgea, cujo objeto é a formalização de cooperação técnica mútua entre as duas Instituições, não onerosa, para estabelecer as bases da cooperação relacionadas a diversas dimensões, que serão objeto de formalização por instrumentos contratuais específicos, quando for o caso. As tratativas não foram concluídas e nem os instrumentos contratuais formalizados no exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram: envolvimento de especialistas de Tecnologia da Informação (TI) para verificação quanto à segurança de dados e continuidade dos negócios, visto a internalização das operações ocorrida em 2019, testes substantivos de auditoria para verificação dos saldos pendentes de apropriação individualizada, bem como verificação dos processos de apuração e análise por parte das áreas gestoras. Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos apresentados, consideramos aceitáveis os procedimentos adotados pela EMGEA.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, elaborada sob a responsabilidade da administração da EMGEA, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da EMGEA. Para formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 (R1) - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e é consistente em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da EMGEA é responsável pelas informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a EMGEA continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a EMGEA ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da EMGEA são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

• Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente de serem causados por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;

• Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da EMGEA;

• Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;

• Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da EMGEA. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a EMGEA a não mais se manter em continuidade operacional;

• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações, e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também, aos responsáveis pela governança, declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido a divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Barueri, 20 de março de 2025.

RUSSELL BEDFORD GM
AUDITORES INDEPENDENTES S/S
2 CRC RS 5.460/O-0 “T” SP

Jorge Luiz Menezes Cereja
Contador 1 CRC RS 43679/O
Sócio Responsável Técnico

A autenticação deste documento pode ser conferida através do QR Code ao lado.





Resumo do Relatório Anual do Comitê de Auditoria Estatutário da EMGEA
Exercício de 2024

Apresentação

O Comitê de Auditoria é órgão estatutário de assessoramento ao Conselho de Administração (Cosad) da Emgea, de caráter permanente, submetido à legislação e à regulamentação aplicável.

O Coaud tem as suas atribuições definidas pela Lei 13.303/2016 (Lei das Estatais), pelo seu Decreto Regulamentar nº 8.945/2016, pelo Estatuto Social da Emgea e por seu próprio Regimento Interno. As atividades desenvolvidas no exercício de 2023, estão de acordo com o seu Plano de Trabalho, aprovado pelo Cosad.

O Coaud é composto por três membros, sendo um deles o Coordenador que também é o membro independente do Conselho de Administração da Emgea.

Atividades do Período

As atividades desenvolvidas pelo Coaud, conforme o Plano Anual de Trabalho 2023, aprovado pelo Conselho de Administração da Emgea, estão registradas em atas de reuniões e cobriram o conjunto de responsabilidades do Comitê. As referidas atas foram encaminhadas ao Conselho de Administração, disponibilizadas ao Conselho Fiscal e à Auditoria Independente, e estão publicadas, na forma de extratos, no endereço sítio da Emgea.

Realizou reuniões com o Conselhos de Administração e Fiscal, com os Diretores da Emgea, Auditoria Interna e Independente.

Nessas reuniões, abordou os temas sob seu acompanhamento, sintetizados nos seguintes eixos temáticos: auditoria interna, auditoria independente, sistema de Gestão de Riscos e Controles Internos, Ouvidoria e Canal de Denúncias transações com partes relacionadas, atuarial, exposições de risco e contabilidade.

O Comitê apresentou informes periódicos de suas atividades e pareceres relativos aos temas abrangidos no escopo de sua atuação. Emitiu recomendações à gestão e à Auditoria Interna envolvendo os principais temas relacionados às suas atividades. As recomendações, após discutidas, foram acatadas e suas implementações acompanhadas pelo Coaud.

Não chegou ao conhecimento do Coaud a existência e/ou evidência de fraudes ou inobservância de normas legais e regulamentares que pudessem colocar em risco a continuidade da instituição.

Não foi reportada ao Coaud a existência de divergências entre a auditoria independente e a administração relacionadas às demonstrações contábeis.

Conclusões

O Comitê de Auditoria, com base nas atividades desenvolvidas, nas solicitações, recomendações e orientações emitidas e atendidas, e tendo presente as atribuições e limitações inerentes ao escopo de sua atuação, considera que:

1) cumpriu seu Plano Anual de Trabalho;

2) os controles internos da Emgea são adequados ao porte e à complexidade dos negócios, bem como é objeto de permanente atenção por parte da Administração;

3) a Auditoria Interna desempenha suas funções com independência e qualidade;

4) o processo de elaboração das Demonstrações Financeiras do exercício de 2023 segue as normas legais e as práticas adotadas no Brasil;

5) a qualidade dos trabalhos e das informações fornecidas pelos auditores independentes são satisfatórias.

E, por fim, considerando as informações recebidas da Administração da Emgea, da Auditoria Interna, das Superintendências responsáveis pela Contabilidade e Orçamento e de Gestão de Riscos e Controles Internos, bem como a opinião emitida pela Empresa de Auditoria Independente Russell Bedford GM Auditores Independentes S/S, o Coaud **manifesta** que o Relatório da Administração; a Proposta de Destinação do Resultado do Exercício para cumprimento das obrigações; as Demonstrações Financeiras, todos referentes ao exercício de 2024, bem como a proposta da Administração sobre a Continuidade Operacional da Emgea e a Proposta de remuneração de Diretores, Conselheiros e Membros dos Comitês de Auditoria e de Pessoas, Elegibilidade, Sucessão e Remuneração - período abril/2025 a março/2026, estão aptos para serem submetidos à deliberação do Conselho de Administração.

Brasília-DF, 20 de março de 2025.

Antonio Martiningo Filho
Coordenador Substituto do Comitê de Auditoria

Vera Lúcia de Melo
Membra do Comitê de Auditoria

Manifestação do Conselho de Administração
Exercício de 2024

O Conselho de Administração da Empresa Gestora de Ativos S.A. - Emgea, em cumprimento ao disposto no Art. 31, inciso VII, alínea "a", do Estatuto Social da Emgea vigente, aprovado pela Assembleia Geral Extraordinária de 13.3.2024, e no Art. 142, inciso V, da Lei nº 6.404/1976, de 15.12.1976, examinou e discutiu as Demonstrações Financeiras da Emgea e respectivas Notas Explicativas, o Relatório da Russell Bedford GM Auditores Independentes S/S, e o Relatório do Comitê de Auditoria - Coaud, e, tomou ciência do parecer favorável do Conselho Fiscal, conforme relatado pelos Conselheiros Fiscais presentes à reunião por força do disposto no Art. 163, § 3º, da Lei nº 6.404/1976, entende que restou demonstrado o seguinte:

a) Que a disponibilidade financeira e o fluxo de caixa estimado para 2025 são compatíveis com o pagamento dos dividendos relativos ao exercício de 2024; e

b) Que a proposta da Administração para destinação do resultado do exercício de 2024, devidamente aprovada por este Conselho em reunião ordinária nº 299, de 20.3.2025, está contemplada nos Demonstrativos de 2024 que serão submetidos à Assembleia Geral, prevendo a alocação de recursos das disponibilidades da Emgea para recolhimento, à União, dos dividendos mínimos obrigatórios (25% do Lucro Líquido Ajustado), sob a forma de Juros Sobre Capital Próprio, apurados sobre o resultado econômico do exercício de 2024, no valor total de R$ 135.295.239,97 (cento e trinta e cinco milhões, duzentos e noventa e cinco mil, duzentos e trinta e nove reais e noventa e sete centavos), posição 31.12.2024.

Assim, **manifesta-se favoravelmente à aprovação pela Assembleia Geral de acionistas: do Relatório da Administração, das Demonstrações Financeiras e Notas Explicativas e da Proposta da Administração para Destinação do Resultado do Exercício todos referentes ao exercício findo em 31.12.2024**, na forma da Nota Técnica SEI nº 2/2025/Asses/Presi - Relatório da Administração, da Nota Técnica SEI nº 4/2025/Sucor/Difin - Demonstrações Contábeis e da Nota Técnica SEI nº 4/2025Gabin/Presi - Proposta da Administração para a destinação do resultado do exercício de 2024.

Cristina Fróes de Borja Reis
Conselheira

Fabrício Da Soller
Conselheiro

Leila de Morais
Conselheira

Luciana Leal Brayner
Conselheira

Gustavo Sampaio de Arrochela Lobo
Presidente do Conselho

Parecer do Conselho Fiscal
Exercício de 2024

1. O Conselho Fiscal da Empresa Gestora de Ativos S.A. - Emgea, em cumprimento ao disposto no Art. 45, II e III, do Estatuto Social da Emgea, aprovado pela Assembleia Geral Extraordinária de 22.1.2024, e no Art. 163, II, III e VII da Lei nº 6.404, de 15.12.1976 e no exercício de suas atribuições legais, examinou os seguintes documentos emitidos pela Emgea, analisados e aprovados pelo Conselho de Administração:

- Demonstrações Financeiras e suas respectivas notas explicativas, bem como o Relatório da Administração, ambos referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024;
- Proposta de Destinação do Resultado do exercício de 2024, apresentada nos seguintes termos:

(em R$)

Lucro líquido do exercício 2024	**569.664.168,29**
Saldo de lucros a destinar:	**569.664.168,29**
Destinações:	
1. Reserva Legal	28.483.208,41
2. Juros sobre Capital Próprio imputados aos Dividendos (*)	135.295.239,97
3. Reserva de Retenção de Lucros – para Expansão	405.885.719,91

(*) a Administração da Empresa reconheceu os Juros Sobre o Capital Próprio - JCP imputados aos dividendos mínimos obrigatórios relativos ao encerramento do exercício de 2024 como obrigação no passivo exigível, na forma prevista no Art. 53, § 2º, inciso II e § 4º do Estatuto Social.

2. O Conselho Fiscal também tomou conhecimento do Relatório do Comitê de Auditoria, o qual concluiu favoravelmente às propostas descritas no parágrafo 1.

3. Os membros do Conselho Fiscal, à vista dos documentos apresentados pela Administração e levando em consideração as observações consignadas no relatório da Russell Bedford GM Auditores Independentes S/S, o qual não apresentou ressalvas, entendem que as Demonstrações Financeiras e Respectivas Notas Explicativas e o Relatório da Administração refletem adequadamente a situação financeira e patrimonial da Empresa, razão pela qual os documentos descritos no parágrafo 1 deste Parecer estão em condições de serem submetidos à deliberação da Assembleia Geral Ordinária de Acionistas da Empresa.

Brasília - DF, 20 de março de 2025.

Cláudia Lúcia Pimentel Martins da Silva
Presidente substituta do Conselho Fiscal

Laio Correia de Morais
Conselheiro

PARKINSON

Conscientização alerta para doença

A doença de Parkinson é uma condição neurodegenerativa progressiva e incurável que afeta cerca de 8,5 milhões de pessoas ao redor do globo, segundo estimativas da Organização Mundial da Saúde (OMS).

Diante do cenário, 11 de abril foi estabelecido internacionalmente como o Dia do Parkinson, a fim de ampliar a conscientização e a compreensão sobre a doença. A doença causa uma perda gradual dos neurônios que produzem a dopamina – neurotransmissor responsável por, entre outras funções, controlar a mobilidade do corpo -, e costuma se manifestar após os 65 anos de idade.

No entanto, segundo a OMS, o diagnóstico de casos em pessoas abaixo da faixa dos 60, 50 e 40 anos tem aumentado no mundo. Entre os fatores de risco conhecidos, constam a predisposição genética, o sedentarismo e a exposição a agrotóxicos e metais pesados.

"Sabemos que pessoas que mantêm um alto nível de atividades físicas parecem ter maior proteção quanto ao avanço da doença", afirma o neurologista Marcelo Lobo, do Centro de Referência em Doença de Parkinson do Hospital de Base (HBDF). "Quem pratica exercícios costuma ter sintomas mais brandos e evolução mais lenta; no entanto, ainda não se conhece uma barreira contra o Parkinson."

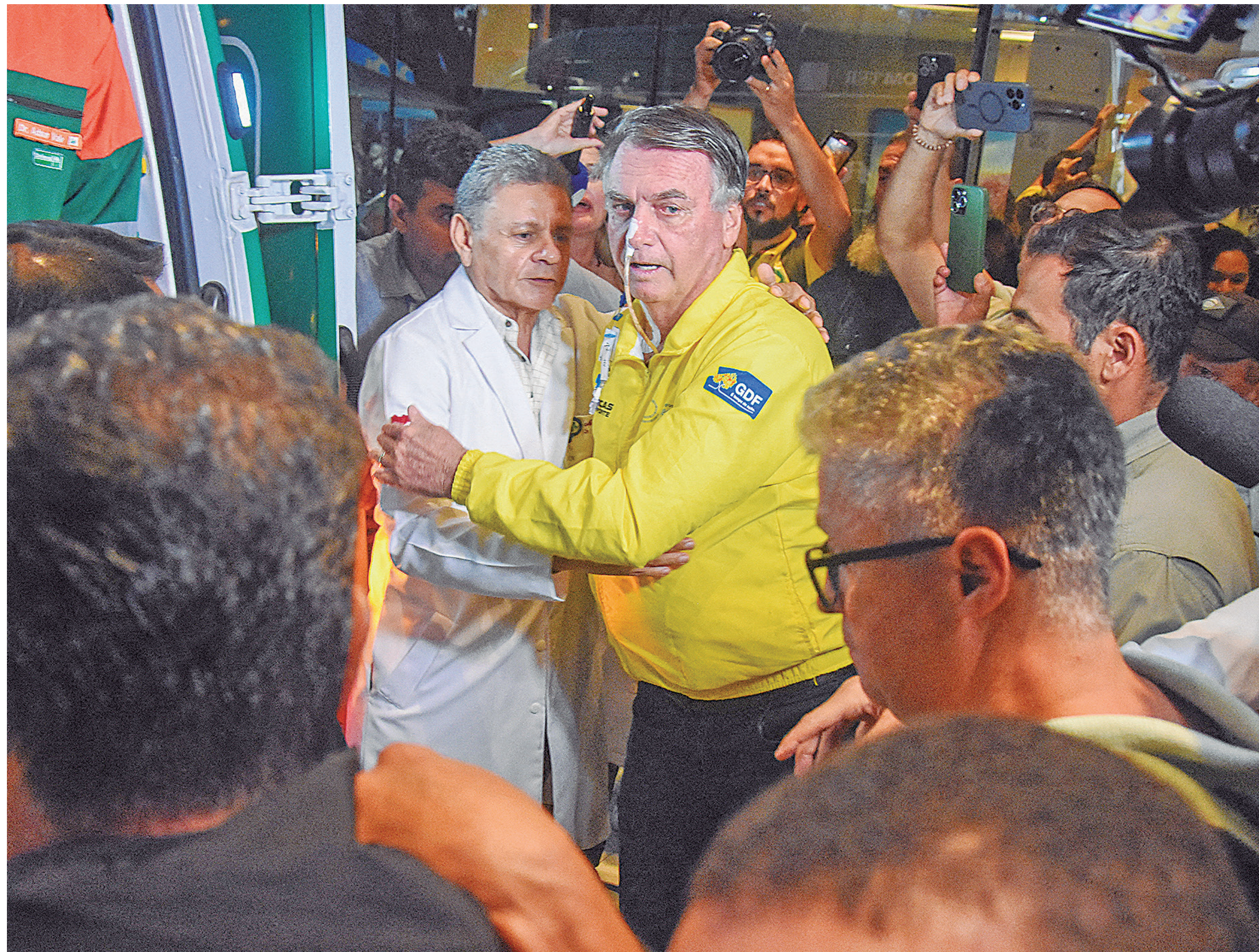
O diagnóstico da doença é feito pela associação de avaliações clínicas, histórico médico, exames físicos e, em alguns casos, testes adicionais de neuroimagem para descartar outras condições.

No DF, usuários da Secretaria de Saúde (SES-DF) que necessitam do serviço passam por uma avaliação inicial nas unidades básicas de saúde (UBSs), de onde são encaminhados aos hospitais ou ambulatórios de reabilitação. Casos mais complexos podem ser direcionados ao Centro de Referência em Doença de Parkinson do Hospital de Base (HBDF).

APÓS FACADA

Bolsonaro passa por nova cirurgia

JOSE ALDENIR / AFP



Jair Bolsonaro foi internado na sexta-feira e foi transferido de Natal (RN) para Brasília (DF) na noite de sábado, em um avião com equipamentos de UTI. Ele foi recebido por apoiadores.

Internado, o ex-presidente, foi submetido a um procedimento de mais de nove horas

O ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) passou por cirurgia neste domingo por causa de uma obstrução intestinal. O procedimento foi realizado no hospital DF Star, em Brasília.

A cirurgia começou pouco depois das 10h. Por voltas das 10h20, o DF Star divulgou nota na qual afirmava que exames laboratoriais e de imagem realizados no ex-presidente evidenciaram "persistência do quadro de subobstrução intestinal, apesar das medidas iniciais adotadas". Até o fechamento desta edição, informações sobre o resultado da cirurgia não haviam sido divulgadas.

No final da tarde ontem, pouco antes das 18h, a ex-primeira-dama Michelle Bolsonaro afirmou, em uma rede social, que a cirurgia ainda estava em andamento e o quadro de Bolsonaro era estável. Pouco depois, ela postou que seria "uma cirurgia longa", pois o ex-presidente "está com muitas aderências". Às 20h20, disse que cirurgia ainda ocorria.

Aderências intestinais são faixas de tecidos fibroso que podem se acumular entre as alças do intestino, ou mesmo entre o órgão e outras estruturas do abdômen, e agir quase como uma cola, ligando indevidamente os órgãos ou tecidos. Esse problema surge, geralmente, durante a cicatrização de uma cirurgia, ou após infecções ou outros ferimentos ou traumas.

A nova internação acontece mais de seis anos após a facada que Bolsonaro levou na barriga durante a campanha eleitoral de 2018, que atingiu seu intestino. O ex-presidente foi operado no dia do atentado, em Juiz de Fora (MG), e ao longo dos anos seguintes passou por mais quatro procedimentos no abdômen.

A nova internação aconteceu mais de seis anos após a facada que Bolsonaro levou na barriga durante a campanha eleitoral de 2018. Contando com a cirurgia de ontem, o ex-presidente já passou por cinco procedimentos no abdomên.

"As equipes que o assistem optaram de comum acordo pelo tratamento cirúrgico", diz o comunicado. Ele foi submetido ao procedimento cirúrgico de laparotomia exploradora, para liberação de aderências intestinais e reconstrução da parede abdominal.

Em uma rede social, o governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos), citou "oração" e "força" ao ex-presidente, além de desejar pronta recuperação ao aliado. Às 18h, um grupo de apoiadores que estava em frente ao hospital passou a rezar por Bolsonaro. O líder religioso do grupo anunciava que haveria outras rezas às 21h e meia-noite.

Um homem usava uma camiseta preta com os dizeres "Força Bolsonaro" escritos em amarelo nas costas. Havia algumas bandeiras do Brasil, e uma das apoiadoras exibia uma toalha com a imagem do ex-presidente. Uma hora depois da oração, por volta das 19h, o grupo de apoiadores havia crescido para cerca de 50 pessoas.

No sábado, o ex-presidente disse no X, antigo Twitter, que foi "internado às pressas" com "dores intensas e uma forte distensão abdominal". Ele também afirmou, na mesma postagem, que talvez não tenha percebido na hora a gravidade do caso: "O doutor Claudio Birolini me explicou que esse foi o quadro mais grave desde o atentado que quase me tirou a vida", escreveu.

O ex-presidente deverá passar os próximos dias acompanhado de Michelle e de seu filho, o senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ), que moram em Brasília. Aliados preveem ter pouco acesso ao político no período.

Anistia

No texto da manhã deste domingo, Bolsonaro comentou a anistia a réus do 8 de janeiro, prevista em projeto de Lei que tramita na Câmara dos Deputados. "Modular a pena da Débora (batom), passando de 14 para 10 anos de prisão continua sendo uma brutal injustiça, já que seu crime é impossível", afirmou.

"Imaginemos a cena: a Polícia Federal arrancando a Débora de casa, com seus filhos de 10 e 7 anos chorando, sendo levada de volta à penitenciária." O ex-presidente pediu aos destinatários da mensagem que a repassasse "para aqueles que são contra à anistia humanitária" *(Da Folhapress e Agência Estado)*.

Operação para reconstruir parede abdominal

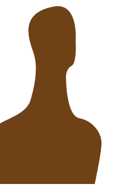
Bolsonaro foi sendo submetido a um procedimento cirúrgico chamado laparotomia exploradora, que começou por volta das 10h, após o período de preparo pré-operatório realizado entre 9h e 10h. A cirurgia visa a liberar as aderências e reconstruir a parede abdominal do paciente.

O ex-presidente foi internado na sexta-feira, após sentir fortes dores intestinais enquanto cumpria agendas no Nordeste. Na noite de sábado, foi transferido do Hospital Rio Grande, em Natal, para o Hospital DF Star, no Distrito Federal, onde constatou-se a persistência do quadro de subobstrução intestinal.

A obstrução intestinal impede ou reduz significativamente a passagem de alimentos, líquidos, secreções digestivas e gases pelo intestino.

Cláudio Birolini, cirurgião Geral que acompanha Bolsonaro, explicou ontem que a suboclusão intestinal é comum em pacientes submetidos a várias cirurgias, como é o caso do ex-presidente. Segundo ele, na maioria dos casos, o quadro é revertido com medidas clínicas, como jejum, descompressão gástrica com sonda e hidratação parenteral. Nos episódios anteriores, a recuperação foi rápida. Desta vez, porém, foi necessária uma intervenção cirúrgica.

A cirurgia à qual o ex-presidente foi submetido é feita com anestesia geral "para explorar e investigar tudo o que está acontecendo dentro da cavidade abdominal e fazer os reparos necessários frente aos achados encontrados", detalha Henrique D. G. Joaquim, gastroenterologista e cirurgião do aparelho digestivo do Hospital Albert Einstein. O tempo de duração da cirurgia é imprevisível, mas é um procedimento que requer cautela para evitar qualquer tipo de lesão da parede intestinal, afirmam os médicos *(Da Agência Estado).*



ARTIGOS

Emendas e jabuticaba

Qual é o melhor Brasil para os brasileiros? Considerando a nova ordem norte-americana e a nossa falta de criatividade para gerir eventuais distúrbios políticos, acho que é aquele que ainda não foi inventado. Talvez seja o que normalmente é dirigido por pessoas que, a exemplo do Bombril ou do absorvente feminino, avaliam a população brasileira como algo descartável. Usou, joga fora. Somos o único país do mundo onde brotam a jabuticaba e a bandalheira das emendas parlamentares. A fruta só chupa quem sobe no pé. Quanto às emendas, os mamadores são os mesmos de sempre. Sobra para o povo as mazelas crônicas da saúde, da educação e da insegurança.

Já dizia um rei que todos idolatravam que precisávamos aprender a votar. O tempo passou, o rei se foi e continuamos aqui, votando como se os fins justificassem os meios. Ao afirmar que o Brasil não tem povo, mas sim público, o escritor carioca Lima Barreto certamente se referiu à ideia de que, mesmo com a mudança da monarquia para a República, o povo permaneceu apenas como plateia passiva diante dos acontecimentos. E se mantém dessa forma até hoje.

Ou seja, a frase de Lima Barreto parece muito mais atual do que a época em que foi escrita. Também atualíssima é a célebre tese do não menos célebre Stanislaw Ponte Preta, para quem a consciência é como a vesícula: a gente só se preocupa quando ela dói. E assim vamos vivendo até o dia do juízo final. Cansei-me da ideia de que os dias ruins são necessários para os dias bons valerem a pena. Odeio política, mas não consigo viver sem explorar as deficiências dos políticos. Falo das deficiências porque poucos com alguma eficiência estão mortos.

Aliás, nada mais didático do que o provérbio popular afirmando que um dos primeiros presidentes do Brasil foi Prudente de Morais. De lá para cá, tivemos e temos um monte de presidentes imprudentes e imorais. O sentido da palavra alquimia na realidade da população brasileira alcança hoje todos os sinônimos possíveis. Para a maioria dos habitantes do planeta, somos um povo alegre, de bem com a vida e que, metaforicamente, ri de fratura exposta. Entretanto, quem nos conhece sabe que não é bem assim.

Dispomos de uma natureza inigualável, riquezas infindáveis, criatividade a toda prova e uma enorme vontade de viver. Resumindo, temos tudo para ser feliz. E por que não somos? Culpa de pelo menos seis dos numerosos sinônimos do termo alquimia. Para continuar vivendo, a gente diariamente engana, oculta, disfarça, dissimula, encobre e mente. Faz algumas décadas espero pelo futuro que nunca virá. Nossa arte termina exatamente onde começa a esperteza de quem nos conduz.

.

ARMANDO CARDOSO,
jornalista

Universidade e indústria

Recentemente, tivemos um estudo publicado na revista britânica “Applied Economic Letters". A pesquisa, desenvolvida como projeto do Centro de Estudos da Ordem Econômica (CEOE), vinculado à Universidade Federal de São Paulo (Unifesp), trouxe à tona uma discussão fundamental sobre as diretrizes da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e a eficiência da inovação — entendida como a relação entre a quantidade de patentes e recursos aplicados em pesquisa & desenvolvimento (P&D).

Mesmo que os investimentos sejam expressivos e o número de patentes cresça, ainda se gasta muito para cada nova ideia - ou seja, os resultados são limitados em termos de eficácia.

O estudo também sugere que ecossistemas com menor intervenção governamental e maior competitividade estão frequentemente associados ao aumento na quantidade de patentes registradas e a maiores montantes de P&D. A abertura de mercado, individualmente, é insuficiente para gerar eficiência na inovação. É como se os países estivessem fazendo um uso parcial e limitado do “ranking” da OCDE, pois usam o modelo de concorrência, mas não conseguem converter todo o esforço em resultados proporcionais.

O caso do Brasil ilustra perfeitamente a contradição. O país ocupa a 24ª posição em número de registros de patentes e o 15º em capital de P&D, mas, quando se analisa a eficiência desses investimentos, o posicionamento cai drasticamente, para 45° lugar. Um sinal claro de que, apesar dos esforços e recursos investidos, o retorno em inovação é insatisfatório.

Existe certa resistência quanto à aproximação entre instituições acadêmicas e o empresariado, como se fosse algo ilegítimo. É preciso que as pesquisas feitas dentro da universidade tragam progressos para a sociedade. Caso contrário, apesar do grande volume investido em P&D, o Brasil continuará atrás no próprio ranking.

.

IVAN RIBEIRO,
coordenador e pesquisador principal do Centro de Estudos da Ordem Econômica (CEOE)

KARINI BORRI,
pesquisadora sênior do Centro de Estudos da Ordem Econômica (CEOE/Unifesp)

DIOGO DE PRINCE,
coordenador de pesquisas do Centro de Estudos da Ordem Econômica (CEOE/Unifesp)

CHARGE



CARTASDOLEITOR

Brasília, 65 anos

Quero lembrar a todos que Brasília comemora aniversário dia 21 de abril. Brasília é igual coração de mãe: sempre cabe mais um. Uma cidade dividida entre nativos e pessoas de outros estados, completa 65 anos.

Brasília, como não amá-la? Como não se apaixonar pelas características do arquiteto Oscar Niemeyer? Como não sentir orgulho do urbanista Lúcio Costa pelo seu talentoso projeto Plano Piloto? Como não agradecer a Juscelino Kubitschek por essa audaciosa empreitada - a nossa capital da República?

Parabéns Brasília, Patrimônio Histórico e Cultural da Humanidade, sexagenária com um jeito peculiar e poderoso nas decisões do país.

JOSÉ RIBAMAR PINHEIRO FILHO,
Asa Norte-DF

Sem comida, mas com 5G

O brasileiro pode estar com o nome sujo na praça, o CPF pendurado no Serasa, a geladeira vazia e o aluguel atrasado, mas o celular, ah, o celular... esse ninguém tira da mão dele. Nem a fome, nem o despejo, nem o corte da luz. Pode faltar tudo — menos Wi-Fi. Nove em cada dez brasileiros têm acesso à telefonia móvel, diz a Anatel. O número é bonito, enche de orgulho os discursos oficiais, rende aplausos em Brasília. Mas esconde, como sempre, um Brasil que só é moderno da cintura pra cima — do peito pra baixo, continua de cócoras na lama. Somos o país onde se divide o pacote de dados, mas não se divide o pão. Onde a mãe deixa de pagar a conta de água, mas garante o plano de internet do filho pra ele não “ficar pra trás”. O sinal 5G chega à roça, mas a comida não. Temos fibra óptica nos grotões, mas faltam médicos, professores, saneamento. Avançamos em direção ao futuro como quem corre num estepe furado — com o celular apontando pro mundo, mas os pés afundando na miséria.disfarçado — um chicote sem cabo, batendo invisível nas costas de operários.

Mas e agora? O que é o tempo agora, neste exato minuto em que você, leitor distraído, se perde nesta crônica enquanto deveria estar respondendo aquele e-mail urgente?

GREGÓRIO SIMÕES,
Uberlândia-MG

CARTAS PARA A REDAÇÃO: cartas@grupojbr.com
SIG trecho 1 - Lote 765 - Brasília - DF - CEP 70610-400.
Inclua nome completo, endereço e identidade

As charges, artigos e comentários publicados nesta página são a opinião de seus autores. E não refletem necessariamente a opinião deste jornal

ESTUDANTES DEBOCHAM DE TRANSPLANTADA

Ameaças e ódio nas redes

Thaís Caldeira Soares afirma que seu nome tem sido relacionado a conteúdo pornográfico

A aluna de medicina Thaís Caldeira Soares Foffano, 26, disse à *Folha de S.Paulo* sofrer ameaças após repercussão do vídeo em que ela e a estudante Gabrielle Farias de Souza comentam caso da paciente transplantada três vezes no Instituto do Coração (Incor), em São Paulo. Dentre as mensagens que recebe nas redes sociais estão xingamentos, ameaças de agressão e mensagens em que usuários incentivam o suicídio das estudantes.

"Estamos recebendo ameaças e muito ódio nas redes. Não cometemos nenhum crime. Somos pessoas com sonhos e histórias reais", afirmou Foffano.

As estudantes publicaram um vídeo nas redes sociais em que comentam o caso de Vitória Chaves da Silva, 26, que passou por quatro transplantes, três no coração e um no rim. A postagem foi feita dias antes da morte da paciente.

Na publicação, as alunas, sem citar Vitória nominalmente, diziam estar chocadas por saberem que uma paciente tinha recebido três corações mesmo diante das questões burocráticas, da fila para o procedimento e das dificuldades relacionadas à compatibilidade do órgão com o possível receptor.

Ambas parecem fazer chacota do caso no vídeo, publicado em fevereiro, afirmando que um dos transplantes de coração não foi bem-sucedido porque os medicamentos não foram tomados corretamente, além de declararem que a paciente achava que tinha sete vidas.

Vitória era portadora de cardiopatia congênita, uma má formação no coração, e morreu em fevereiro deste ano por choque séptico e insuficiência renal crônica.

As alunas foram denunciadas no início da semana pela família da paciente, que acionou o Ministério Público pedindo retratação.

Thais disse ainda que seu nome tem sido relacionado a conteúdo pornográfico em buscadores online. Ela compartilhou com a reportagem uma apresentação com todo o trabalho que já exerceu, afirmando ser bolsista do Prouni, filha de diarista e a primeira pessoa da família a ingressar em uma faculdade.

Ela declara que o vídeo que circula nas redes é sensacionalista. "Quem viu o vídeo na íntegra, sem cortes, entendeu que nunca houve deboche", diz.

Questionada se chegou a conversar com a família de Vitória ou se pretendia se posicionar publicamente, a jovem diz que só poderia falar com o aval da advogada.

Ao portal de notícias G1, as alunas gravaram um depoimento em vídeo em que dizem que a intenção do vídeo que viralizou não era expor a paciente transplantada e que sentiam pela morte dela.

Um comunicado divulgado pelos advogados de defesa das alunas diz que a ideia do conteúdo era expressar surpresa, curiosidade e reflexão diante do caso clínico mencionado em estágio.

"É importante esclarecer que não tivemos contato com a paciente, não acessamos seu prontuário, não citamos seu nome, não capturamos e nem divulgamos qualquer imagem", completa o documento ao afirmar que as alunas nem sequer sabiam quem era a paciente.

As estudantes ainda disseram que a divulgação de trechos isolados contribuiu para distorções na interpretação do conteúdo e que manifestam solidariedade à família da paciente mencionada nas reportagens.

Quintas do Sol
residencial

CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA - AGO 2025

O Síndico do **Condomínio do Quintas do Sol**, inscrito no CNPJ 37.100.658/0001-85, localizado no Km 03 Estrada do Sol, Jardim Botânico, Brasília - DF, no uso das atribuições que lhe são conferidas e, em consonância com os arts. 1.348, I, e 1.355, do CC, art. 121 da Lei nº 6.404/76, e art. 13, "f", da Convenção Condominial, vem, por meio deste, convocar a todos os condôminos para participar da **Assembleia Geral Ordinária - AGO,** a se realizar, no formato virtual (Lei nº 14.309/22), **no dia 26.04.2025 (sábado),** às **8h30,** em 1ª chamada, com a presença de 2/3 dos condôminos, ou, em 2ª chamada, às 9h, com qualquer quórum, sendo composta por duas fases, a saber: a **1ª fase - reunião virtual no período da manhã**, com apresentação, esclarecimentos e votação dos itens I a III abaixo, e a **2ª fase, no formato híbrido, no período da tarde**, para eleição, item IV abaixo:

I- Apreciar e votar o Relatório e as Contas da Administração do Condomínio, relativos ao exercício anterior - 2024 (art. 9º, inc. III, alínea "a", da Convenção);

II- Definição do orçamento anual do Condomínio para o período de maio/2025 até abril/2026, contemplando taxa ordinária e pró-labore de síndico e subsíndico;

III - Informes gerais; e

IV - Eleição de Síndico e Subsíndico para o período de 01/05/2025 até 30/04/2027.

A Assembleia instalar-se-á conforme as fases acima descritas e observará os prazos e disposições previstos no Edital da Comissão Eleitoral 2025, publicado em 12/3/2024. Ante a relevância dos assuntos a serem tratados, enfatizamos a necessidade da participação de todos a fim de que as deliberações representem a vontade expressiva do Condomínio.

Instruções Gerais e Observações legais:

I - As decisões tomadas em Assembleia obrigam a todos os condôminos, inclusive aos ausentes.

II - O Presidente da Assembleia seguirá a ordem da pauta do Edital, oportunidade em que franqueará o uso da palavra para debates, questionamentos e sugestões, depois das explanações/apresentações iniciais.

III - O link da reunião estará disponível na plataforma MOVIVA e será divulgado, via e-mail e WhatsApp, nos dias 25 e **26.04.2025**.

III.1 - A votação ocorrerá na plataforma MOVIVA (**www.moviva.com.br**), com garantia de autenticidade e lisura do processo, além da disponibilização de relatórios a serem anexados à Ata da Assembleia quanto do seu registro no Cartório de Títulos e Documentos.

III.2 - Durante o período da Assembleia, os condôminos contarão com suporte integral da MOVIVA e da Administração para que tenham total acesso e possam efetivar sua participação.

III.3 Com o acesso do condômino à plataforma MOVIVA, esse fica ciente de que sua participação será gravada e mantida em arquivo para eventuais necessidades.

IV - Os proprietários poderão ser representados por procuradores, os quais deverão ter **suas procurações entregues na Administração até as 12h do dia 25.04.2025.**

V - O condômino que não estiver em dia com suas obrigações condominiais não poderá votar nas deliberações da assembleia e delas participar (art. 1.335, III, do CC, e art. 11, IV, da Convenção Condominial).

Brasília/DF, 10 de abril de 2025.

Ezequias de Oliveira Chagas Júnior
Síndico

Edição impressa produzida pelo **Jornal de Brasília** com circulação diária em bancas e assinantes.

As íntegras dessas publicações encontram-se disponíveis no endereço eletônico: ***https://jornaldebrasilia.com.br/publicidade-legal**

A autenticação deste documento pode ser conferida através do QR Code ao lado.



GABINETE DO COMANDANTE DO EXÉRCITO

MINISTÉRIO DA DEFESA — GOVERNO FEDERAL BRASIL UNIÃO E RECONSTRUÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico SRP nº 90006/2025-Gab Cmt Ex - UASG 160086

Objeto: Registro de preços para eventual aquisição de Materiais Institucionais do Gabinete do Comandante do Exército.
Distribuição do Edital, credenciamento e envio das propostas, por meio do sítio: www.gov.br/compras/pt-br e no https://www.gov.br/pncp/pt-br .

Abertura da sessão pública: às 10:00 horas do dia 5 de maio de 2025. Esclarecimentos complementares: *e-mail*: pregoeiro@gabcmt.eb.mil.br ou SALC/DA/Gab Cmt Ex - SMU, QGEx, Bloco "A", 3º Andar, Brasília, DF, CEP 70.630-901, nos dias úteis, de 2ª a 5ª feira, das 09:30 às 17:00 horas e 6ª feira, de 08:30 às 11:00 horas.

Brasília, DF, 10 de abril de 2025
LEANDRO PAIVA MARQUES - Coronel
Ordenador de Despesas do Gabinete do Comandante do Exército

BANCO CENTRAL DO BRASIL

GOVERNO FEDERAL BRASIL UNIÃO E RECONSTRUÇÃO

DEPARTAMENTO DE INFRAESTRUTURA E GESTÃO PATRIMONIAL

AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico DEMAP nº 90.016/2025

Processo 277689. Abertura: 07/05/2025, às 10h. Objeto: Serviços de locação e manutenção de empilhadeiras elétricas, transpaleteiras elétricas, paleteiras manuais e máquinas arqueadora e fragmentadora utilizadas para movimentação, arrumação, carga, descarga e destruição de volumes de numerário na Gerência Técnica do Departamento do Meio Circulante em Brasília/DF (Mecir/GTBSB) do Banco Central do Brasil. Obtenção do Edital: https://www.bcb.gov.br/acessoinformacao/licitacoes. Informações: (061) 3414-2444 ou cpl.df@bcb.gov.br

Larissa Pereira Pelaquim
Pregoeira

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO E ASSISTÊNCIA SOCIAL, FAMÍLIA E COMBATE À FOME — GOVERNO FEDERAL BRASIL UNIÃO E RECONSTRUÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico nº 90001/2025 – MDS
UASG 550025

Nº Processo 71000.018205/2024-75. O objeto da presente licitação é a contratação de serviços de bombeiro civil (brigadista), a serem executados com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Edital e seus anexos. Entrega das Propostas: a partir de 14/04/2025, no sítio www.gov.br/compras. Reabertura das propostas: 30/04/2025, às 10h00min. Esclarecimentos: licitacao@mds.gov.br

Lívia Maria Duarte Zanetti
Agente de Contratação

MARINHA DO BRASIL
CENTRO DE INTENDÊNCIA DA MARINHA EM BRASÍLIA

MINISTÉRIO DA DEFESA — GOVERNO FEDERAL BRASIL UNIÃO E RECONSTRUÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico n.º 90006/2025 UASG 787010

Data da Abertura da sessão pública: 30 de abril de 2025, às 10h.
Local: sítio www.gov.br/compras
Encaminhamento da Proposta e Anexos: a partir da data de divulgação do Edital no PNCP até a data e horário da abertura da sessão pública.
Objeto: Contratação, por intermédio de agência de viagens, para prestação de serviço de fornecimento de passagens rodoviárias nacionais.

BRUNO SANTA RITA MOREIRA
Capitão de Mar e Guerra (IM)
Ordenador de Despesa

LiaDinorah

@liadinorah
liadinorahjornalista@gmail.com



PORTAS PARA A ARTE

A Galeria José Maciel.Art inaugurou a exposição Ecos da Memória, integrada à segunda edição do projeto "Portas para a Arte", da Fundação Bienal do Mercosul, que busca ampliar vozes e olhares no cenário artístico. A concorrida noite de abertura reuniu cerca de 200 convidados, embalados pelo som do Daniel Rodrigues Quarteto Jazz e pelo buffet primoroso de Renata La Porta. Com curadoria de Cláudio Pereira e Danielle Athayde, a mostra apresenta obras inéditas de José Maciel — artista, advogado e escritor — em uma delicada imersão nas camadas do tempo, da identidade e da memória. Fica aberta ao público até 14 de junho, com visitas mediante agendamento.

FOTOS DE BRUNO BATISTA



O talentoso artista ladeado por Danielle Athayde e Cláudio Pereira



Roberta Rollemberg e Mônica Maciel



Renata, Manuela, Pedro, Bruno e Paula Maciel, filhos do anfitrião



Os advogados Estênio Campelo e José Maciel



César e Andrea Zamboni

O Amor que Fica

Há despedidas que não se explicam. Há dores que não cabem no peito — desafiam a lógica da vida, o tempo, os planos, os sonhos.
Gabriel Gastal Vasconcellos partiu cedo demais. Aos 18 anos, com um mundo inteiro pela frente, no auge da juventude, no brilho de tudo o que ele ainda seria. Filho amado de Paloma e José Carlos Vasconcellos, irmão querido de Henrique, Eduardo e Valentina, amigo dos amigos, um jovem de valiosos princípios, iluminado, cheio de afeto — uma alma que tocou tantas outras com sua alegria, seu carinho e sua essência de bondade. Ele não passou pela vida: ele habitou corações.

A vida, com seus mistérios e silêncios, às vezes nos desarma de maneira brutal. Um acidente, um instante, e tudo muda. A ausência se impõe. E não parece justo — porque não é. Nenhum pai, nenhuma mãe deveria sepultar um filho. Fere as leis do amor. Mas, ainda assim, por caminhos que não compreendemos, há partidas que acontecem. E nos resta o vazio, a saudade, a fé.

Talvez o tempo de Gabriel aqui tenha sido breve... mas foi inteiro. Intenso. Cheio de sentido. Porque há vidas que não se contam em anos, mas em amor. Em presença. Em luz.

Que Deus, em sua infinita misericórdia, fortaleça os que ficam. Que sustente essa família que agora precisa reaprender a respirar. Que transforme o choro em memória viva, a dor em saudade serena. Porque quando o amor é real, ele atravessa a morte, rompe o tempo e permanece.



LUH FIUZA

E ele voltou como veio: como anjo. Gabriel nasceu com nome de luz, e luz ele foi. E é como luz que ele viverá para sempre — dentro de todos que o amaram, no olhar de quem o conheceu.

Agora, habita outra dimensão da vida — onde só um véu nos separa.

E até o reencontro, o amor continua.

CRISE DOS SUPERMERCADOS

Mais de 350 mil vagas abertas

Redes do país têm enfrentado um período escasso de contratações e aposta em parcerias

TÂNIA RÊGO/AGÊNCIA BRASIL



O setor supermercadista é um dos que mais emprega no país, com 3 milhões de vagas diretas e indiretas

O setor de supermercados vive uma crise de emprego inversa a tudo o que se viu no Brasil por anos seguidos. Com 357 mil vagas abertas no país, as redes não encontram trabalhadores e têm feito parcerias para contratar egressos do Exército.

A falta de mão de obra está atrelada a uma mudança no perfil dos jovens - a área é considerada porta de entrada para o mercado de trabalho -, que buscam mais flexibilidade na jornada e salários maiores, segundo associação do setor. "Antes, o trabalhador procurava o supermercado. Agora, o supermercado está procurando, usando redes, oferecendo bolsas de empregos, e com iniciativas com Exército, Marinha e Força Aérea no sentido de que os egressos do sistema militar encontrem nos mercados oportunidade de emprego de forma mais rápida", afirma Marcio Milan, vice-presidente da Associação Brasileira dos Supermercados (Abras).

"O que a gente vem identificando nos últimos meses é que o jovem está mudando de perfil e espera, muitas vezes, trabalhos mais flexíveis", afirma Milan. Ele reconhece que o valor do salário é "básico", mas aponta como vantagens os benefícios que as empresas oferecem na contratação pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). "Ao iniciar no mercado de trabalho, ele [trabalhador] tem, mesmo na função básica com salário de entrada, vale-alimentação, vale-refeição, auxílio-transporte, férias, 13º, fundo de garantia. Mas, muitas vezes, essa comparação [de valor] é feita só com o salário de entrada".

O vice-presidente afirma que, além das campanhas feitas pelas empresas e da parceria com as Forças Armadas, há ainda conversas com o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva e o Congresso para tentar mudar o cenário.

A falta de mão de obra está atrelada a uma mudança no perfil dos jovens, que buscam mais flexibilidade na jornada e salários maiores, de acordo com a Associação Brasileira dos Supermercados (Abras).

As demandas da associação ao Planalto e aos deputados e senadores envolvem mais mudanças na CLT - que passou por reforma em 2017, no governo de Michel Temer (MDB) - e debates aprofundados sobre o fim da escala 6x1, pois o setor teme a implantação da escala 4x3 proposta pela deputada Erika Hilton (PSOL-SP) e o movimento VAT (Vida Além do Trabalho). A alteração na CLT estaria ligada à possibilidade de contratação dos trabalhadores por hora, sem onerar as empresas com os impostos sobre a folha de salários, o que seria uma forma de atrair quem procura flexibilidade.

Seria o caso tanto dos mais jovens quanto das pessoas com 60 anos ou mais. Milan afirma que o setor vê com preocupação os avanços pelo fim da escala 6x1 e implantação da escala 4x3, mas acredita que o debate é necessário. O problema, segundo ele, é que já há falta de mão de obra e os supermercados teriam mais dificuldades ainda de encontrar gente para contratar. O setor supermercadista é um dos que mais emprega no país, com 3 milhões de vagas diretas e indiretas e mais de 400 mil lojas abertas, segundo ele.

Desemprego

O desemprego no Brasil vem atingindo mínimas históricas, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Fábio Pina, assessor econômico da Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de SP (FecomercioSP), afirma que há aspectos positivos e negativos na baixa do desemprego.

"O lado positivo é a taxa de desemprego baixa, ou seja, não há um exército de pessoas desesperadas para preencher qualquer vaga que apareça. O primeiro aspecto negativo é que ainda há uma quantidade grande de pessoas nem-nem [nem trabalham nem estudam]. Então, o que eles estão produzindo para a sociedade? Como pretendem seguir sua vida?". Pina diz que a falta de mão de obra deve acelerar a informatização do setor.

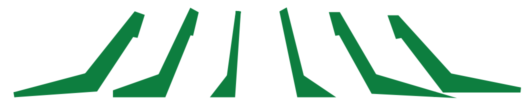
"Por exemplo, o operador de caixa está virando máquina automática". A automatização é o que vem sendo defendida por entidades que representam os trabalhadores. Ricardo Patah, presidente do Sindicato dos Comerciários de São Paulo e da União Geral dos Trabalhadores (UGT), diz que tem acompanhado de perto essa falta de mão de obra nos setores de comércio e serviços. O sindicato e a UGT são responsáveis por organizar, todos os anos, um mutirão de emprego na região central da capital paulista. Embora trabalhadores ainda durmam na fila em busca de uma vaga, a lotação que se via no vale do Anhangabaú não existe mais.

Estratégia para buscar pessoas interessadas

Desde 2023, o número de pessoas em busca de emprego desta forma tradicional é cada vez mais escasso. A vantagem de se buscar vaga no feirão é sair empregado, já que grandes companhias, como supermercados e redes de varejo, levam toda a equipe de recursos humanos para dar esse suporte e "fisgar" os talentos, segundo sindicalistas. Jovens, mulheres e pessoas com deficiência têm sido priorizadas no mutirão, justamente porque são um público mais afetados pelas oscilações no mercado de trabalho e pelos preconceitos, segundo Patah. Neste ano, o feirão deverá ser realizado no segundo semestre, ainda sem data.

Uma das estratégias tem sido realizar os mutirões em outras regiões do país, para tentar atender a um número maior de trabalhadores e empresários. Patah é um defensor do fim da escala 6x1, com aumento da automatização dos supermercados e outras redes de varejo. "Comerciário trabalha demais, de domingo a domingo. Um trânsito infernal em São Paulo [capital], demora uma hora e meia para ir e para voltar. Quando tem a folga, é para trabalhar também. No século 21, tanta tecnologia e mudanças importantes, que precisamos rever essa jornada", diz. Cleonice Caetano de Souza, vice-presidente nacional da UGT, diz que o projeto maior da entidade é "colaborar com as empresas para que elas preencham as vagas", mas que há dificuldades por conta da falta de mão de obra.

"Temos conversado, inclusive, com as empresas, para dar ofertas melhores. Porque 6x1 é bem complicado. Por mais que a empresa diga que trabalha 44 horas semanais, dificilmente a folga sai sábado ou domingo, é sempre dia de semana. As pessoas se distanciam da família, têm dificuldade em estudar", diz *(Da Folhapress)*.



BRASILEIRÃO

ADRIANO FONTES/FLAMENGO



Arrascaeta foi um dos principais nomes do Flamengo na vitória sobre o Grêmio, em Porto Alegre

Vitória para aliviar a alma e afastar a crise

Com dois gols de Arrascaeta, Fla bate o Grêmio e se reabilita após derrota amarga na Libertadores

O Flamengo entrou bastante pressionado para o duelo de ontem, contra o Grêmio, pela terceira rodada do Brasileiro. A derrota para o fraco Central Córdoba (ARG), no meio de semana, pela Libertadores, fez com que a partida de ontem ganhasse um tom maior de importância, principalmente para evitar um início de crise dentro do clube. E coube ao uruguaio Arrascaeta dar o tom do jogo, marcando dois gols e amenizando qualquer instabilidade interna no clube.

Filipe Luís foi bastante criticado por não colocar o time principal no jogo contra os argentinos, na última quarta-feira. Naquele duelo, Wesley, Gerson e Erick Pulgar não começaram atuando, entrando somente na segunda etapa. Ontem, por sua vez, o trio esteve em campo. Não que tivesse feito tanta diferença, mas deu uma cara melhor ao meio-campo do time.

Mas não foi de nenhum destes os gols da partida. Arrascaeta, que começou jogando contra os argentinos no meio de semana passado e fez o gol de honra rubro-negro, foi o maestro da partida. Fez os dois gols, um logo a três minutos de jogo - o mais rápido da atual edição do Brasileirão - e outro na segunda etapa. Com o resultado praticamente decidido, ele foi substituído, já pensando na próxima partida do Flamengo na temporada, o jogo contra o Juventude, quarta-feira, pelo Brasileirão. Já o Grêmio, com uma vitória em três jogos, está na 13ª colocação. Seu próximo jogo será contra o Mirassol, quarta-feira, fora de casa.

Ainda que seja apenas a terceira rodada do Brasileiro, o rubro-negro já aponta na liderança da competição. Ao seu lado, justamente outro postulante à taça: o Palmeiras, que venceu o Corinthians, por 2 a 0, no sábado. A dupla pode ser alcançada por Fortaleza ou Internacional, que jogaram ontem, na capital cearense. O duelo não havia encerrado até o fechamento desta edição. Outros jogos que estavam em andamento eram Fluminense e Santos; e Atlético-MG e Vitória

Gabigol barrado no Cruzeiro

Em má fase na atual temporada, o atacante Gabriel Barbosa, um dos principais reforços do Cruzeiro para 2025, sequer entrou em campo na partida de ontem, contra o São Paulo, na capital paulista. O jogador foi preterido pelo técnico Leonardo Jardim, que colocou Wanderson em seu lugar. O camisa 9 do Cruzeiro sequer entrou no segundo tempo, ficando atrás de Marquinhos.

O empate em 1 a 1 não teve correlação com a ausência de Gabigol. Longe disso, pois o desempenho do Cruzeiro não melhorou nem piorou com a saída do atacante. Os gols da partida foram marcados por Ferreirinha (São Paulo) e Kaio Jorge (Cruzeiro).

Com o resultado, o Cruzeiro chegou aos quatro pontos, em 12º. O Tricolor Paulista, por sua vez, segue sem vencer no Brasileirão, acumulando três empates nos três jogos disputados.

VAR

Não foi desta vez que Bahia e Mirassol conquistaram a primeira vitória no Campeonato Brasileiro. Na Casa de Apostas Arena Fonte Nova, a dupla ficou no empate por 1 a 1, nesse domingo, pela terceira rodada. A dupla até chegou a marcar e brigar pelos três pontos, mas ambos tiveram gols anulados por impedimentos milimétricos marcados com o auxílio do VAR.

Com o resultado, o Bahia chegou ao terceiro empate seguido, somando três pontos na tabela. Antes empatou com o Corinthians, por 1 a 1, e Santos, por 2 a 2. Já o Mirassol soma apenas dois, com um empate, diante do Fortaleza, por 1 a 1, e a derrota na estreia para o Cruzeiro, por 2 a 1.

No sábado, destaque para a vitória do Bragantino sobre o Botafogo, por 1 a 0 e do Palmeiras por 2 a 0 sobre o Corinthians. Juventude e Vasco também venceram o Ceará e o Sport, respectivamente.

IRONMAN 70.3

Brasileiros vencem em volta do evento ao Distrito Federal

Em sua primeira participação no Ironman, o atleta olímpico Miguel Hidalgo (10º em Paris) conquistou o título da edição de Brasília, realizada ontem. Com um tempo de 3h31min43, ele ainda quebrou o recorde do circuito do Distrito Federal. De quebra, conquistou também uma vaga no Mundial da modalidade, em Marbella, na Espanha.

A competição não acontecia em Brasília há dez anos. Foram 1,9 km de natação no Lago Paranoá; 90 km de ciclismo pela Esplanada dos Ministérios e Ponte JK, além de 21,1 km de corrida, na Península dos Ministros, no Lago Sul.

“Estrear com um dos cinco melhores tempos da história, em uma prova no Brasil, no primeiro 70.3, foi um momento muito especial para mim. Estou muito feliz com o resultado”, disse o campeão logo após a corrida. Casimir Moin (França) e Luciano Taccone (Argentina) completaram o pódio.

No feminino, duas brasileiras ficaram no pódio. Djenyfer Arnold ficou com a primeira colocação, com 4h01min32, deixando para trás a turca Sinem Servera, que só completou a prova 14 minutos depois. O terceiro lugar também foi brasileiro, com Pietra Meneghini.

Na categoria amadora, a primeira colocação masculina foi de Santiago Ascenço, e a feminina, de Larissa Fabrini. Além dos campeões, representaram a marca na competição os atletas Reinaldo Colucci, Rodrigo Lobo e Bruna Stolf.

Ao todo, o Ironman 70.3 contou com 1.600 inscritos, sendo 200 somente do Distrito Federal, que competiram por vaga no Mundial, tanto profissional quanto amador.

THIAGO RIBEIRO/ DIVULGAÇÃO/ MIZUNO



Hidalgo, 10º em Paris, venceu a prova no DF e garantiu vaga no Mundial da categoria

EUROPA

Com Mbappé expulso, Real vence

Na caça ao líder Barcelona, o Real Madrid superou a expulsão de Mbappé no primeiro tempo para vencer o Alavés por 1 a 0, nesse domingo, no Mendizorrotza, pela 31ª rodada do Campeonato Espanhol. A diferença para a liderança se mantém em quatro pontos.

O Real tem 66 pontos e continua ameaçando o Barcelona, que soma 70. O Alavés, por sua vez, é o primeiro fora da zona de rebaixamento, com 30. O brasileiro Vinícius Júnior foi preservado da partida e entrou apenas no segundo tempo. No meio de semana, a equipe tem o desafio contra o Arsenal, pela Liga dos Campeões da Europa. No jogo de ida, em Londres, os espanhóis perderam por 3 a 0.

Inglaterra

O Liverpool deu mais um passo rumo ao título inglês nesse domingo. Jogando em Anfield pela 32ª rodada do Campeonato Inglês, o time comandado por Arne Slot venceu o West Ham por 2 a 1, com direito a emoção nos minutos finais, e se isolou ainda mais na liderança da competição. O resultado amplia a vantagem para 13 pontos sobre o Arsenal, segundo colocado, faltando apenas seis rodadas para o fim do campeonato

FutebolEtc

Acompanhe a coluna Futebol Etc nas redes sociais
Twitter-X (@marcondesbrito)
Instagram (@blog.futeboletc)

Marcondes Brito
mbritofuteboletc@gmail.com



Kibom, a loja brasileira na Espanha onde até jogador do Real Madrid faz fila

Imagine a cena: você entra numa loja brasileira em Madrid, perto do estádio Santiago Bernabéu, pega a sua goma pra fazer tapioca e vai pro caixa. De repente, olha pro lado e quem tá na fila com a mesma sacola? Vini Jr, ou talvez Rodrygo, craques do Real Madrid. Cena improvável? Nem tanto. Isso pode acontecer com frequência na Kibom — loja que virou ponto de encontro de brasileiros na Espanha e, curiosamente, de boleiros também.

Fundada por Ataliba Alli Júnior, um sul-mato-grossense de Campo Grande que chegou à Europa em 2004, a loja vende tudo que mata a saudade da terrinha: do açaí ao creme dental nacional, passando, claro, por produtos indispensáveis como farinha de mandioca e guaraná Jesus.

A crise que levou Ataliba para fora do Brasil acabou sendo o empurrão para o sucesso. Sem emprego, sem dinheiro e com uma Espanha também em crise, ele acabou ficando com uma pequena loja que pertencia a um amigo. Como não tinha grana pra diversificar o estoque, resolveu focar em produtos exclusivamente brasileiros — decisão que parecia loucura na época, mas que virou diferencial. “Me diziam que eu ia quebrar. Mas eu não tinha outra escolha”, conta. Deu certo. Muito certo.

Hoje, a Kibom é referência. Foi a primeira loja do tipo na Espanha e provavelmente a primeira com tenda online dedicada 100% a produtos brasileiros na Europa. São três lojas físicas — duas em Madrid e uma em Barcelona — e uma operação online que atende clientes em toda parte: França, Itália, Alemanha. Até embaixadas e consulados fazem pedidos por lá.

Entre os fregueses mais famosos, estão jogadores e ex-jogadores brasileiros que atuam ou atuaram em clubes espanhóis. Rodrygo, Vini Jr, Diego Costa, Endrick, e as meninas da Seleção Feminina que atuam na Europa, como Gabi Nunes, Mônica, Antônia; e até o veterano Luiz Pereira, que foi

DIVULGAÇÃO



Vinícius Júnior, jogador do Real Madrid, e Ataliba Alli Júnior, o dono da loja Kibom

zagueiro do Palmeiras (lembra dele?) são alguns dos que já passaram por lá.

“Tem cliente que vem só pra ver se dá sorte de encontrar algum atleta”, diz Ataliba. E encontra. Diego Costa, por exemplo, é figurinha carimbada — sempre de olho no Flocão: “Ele é de Sergipe, a família dele deve adorar um bom cuscuz”. Diego, atualmente sem clube, mora em Madrid com a família.

“Eles (os craques) são bem mão aberta. Pagam certinho, nunca tivemos problema com inadimplência”, garante, às gargalhadas.

Mas o que mais chama atenção, além da clientela ilustre, é o nome da loja: Kibom, quase homônima da Kibon, marca de sorvetes que pertence à Unilever.

A ideia surgiu da boca dos próprios clientes, que ao entrarem na loja diziam repetidamente: “Que bom que tem isso!”, “Que bom que achei isso aqui!”. Ataliba ouviu tanto “que bom” que decidiu simplificar tudo e colocar o nome na fachada. A coincidência virou charme — e, por incrível que pareça, nunca trouxe dor de cabeça judicial.

“Mas se um dia a Kibon bater aqui, já tenho o acordo pronto”, brinca ele. “Nem eu vendo sorvete, nem vocês vendem goma de tapioca. E tá tudo certo.”

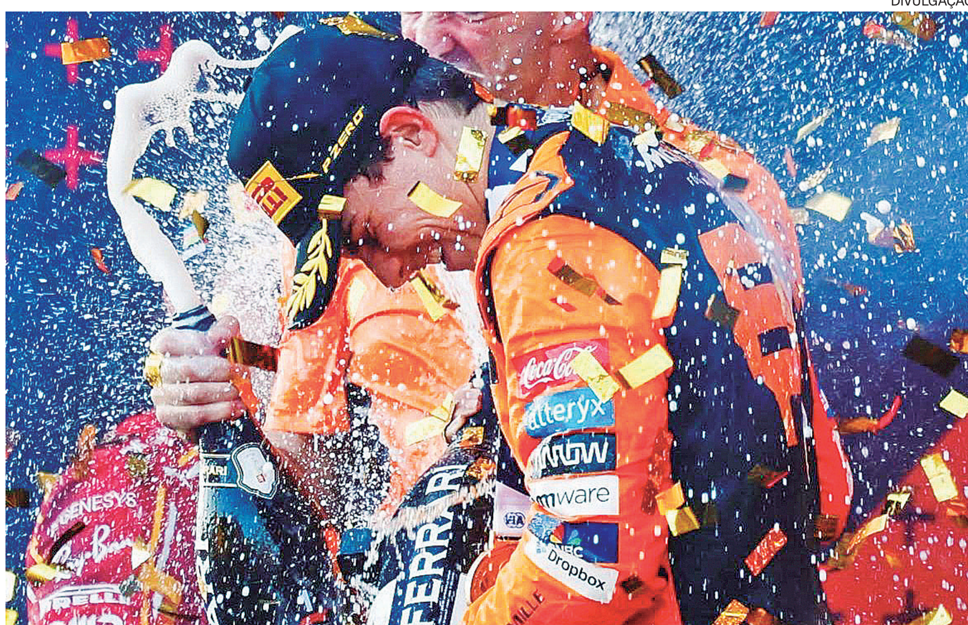
FÓRMULA 1

Piastri vence e é vice-líder

Australiano liderou treinos livres, fez a pole e venceu. O fim de semana perfeito no GP do Bahrein

JOÃO LUIZ DA FONSECA
jluizfonseca@uol.com.br

DIVULGAÇÃO



Em seu 50º GP, Piastri venceu de ponta a ponta e assumiu a vice-liderança do Mundial de pilotos, a três pontos do líder Lando Norris

Oscar Piastri foi a sensação do final de semana no circuito de Shakir e confirmou seu favoritismo nesse domingo, com uma vitória dominante no GP do Bahrein. Foi a segunda dele na temporada, já que o dono do carro 81 da McLaren também subiu no topo do pódio no GP da China.

O pole position foi seguido pela Mercedes de George Russell. No entanto, o britânico está com a posição ameaçada, devido a uma investigação que começou após a corrida, sob suspeita de infração de DRS.

Lando Norris fechou na terceira colocação pela McLaren. Largando em sexto, ele enfrentou um caminho mais difícil até o pódio. O britânico fez uma largada alucinante, saltando para terceiro na primeira curva, mas uma penalidade de cinco segundos por erro de posicionamento no grid atrapalhou sua estratégia. Mesmo assim, ele foi implacável e protagonizou um dos momentos mais marcantes da corrida com uma ousada ultrapassagem por fora sobre Leclerc na Curva 1, na volta 50, garantindo a terceira colocação.

Sobre o DRS, Russell se defendeu: "Basicamente tivemos todo tipo de falha e acabamos fazendo uma substituição manual no DRS, e em uma volta, apertei o botão do rádio e o DRS se abriu. Então fechei imediatamente, tirei o pé, não ganhei nada com isso", explicou o piloto da Mercedes.

Gabriel Bortoleto, por sua vez, lutou para concluir a prova com a Sauber, e terminou em último, mas ganhou mais uma experiência valiosa em sua temporada de estreia na F1.

Charles Leclerc, Lewis Hamilton, Max Verstappen, Pierre Gasly, Esteban Ocon, Yuki Tsunoda e Oliver Bearman fecham o top 10.

Após a corrida, a direção de prova da FIA divulgou que Nico Hulkenberg foi desclassificado do GP do Bahrein, devido a um desgaste excessivo da prancha do carro do piloto alemão, notado na inspeção técnica realizada quando a prova terminou.

Desbancando Verstappen

Piastri chegou ao Bahrein marcando sua 50ª corrida de Fórmula 1, e comemorou em grande estilo. O caminho para a vitória começou com um desempenho impecável nos treinos livres e na classificação.

O australiano de 24 anos liderou a tabela de tempos nas duas sessões de treinos livres na sexta-feira e no sábado, sinalizando o ritmo da McLaren na pista abrasiva de Sakhir.

Além de dominar de ponta a ponta e vencer com autoridade, ele assumiu também a vice-liderança do campeonato, ao desbancar por uma vantagem de cinco pontos o holandês Max Verstappen, da Red Bull, que foi apenas o sexto colocado.

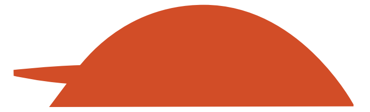
Além disso, o australiano encostou em Lando Norris no campeonato de pilotos, intensificando a briga da dupla na McLaren no Mundial de Pilotos. A conquista marcou, ainda, o primeiro triunfo da equipe inglesa no Circuito de Sakhir.

A Fórmula 1 retorna no próximo fim de semana, como GP da Arábia Saudita

SERVIÇO

MUNDIAL DE PILOTOS

- **1)** Lando Norris, 77 pontos
- **2)** Oscar Piastri, 74 pts
- **3)** Max Verstappen, 69 pts
- **4)** George Russell, 63 pts
- **5)** Charles Leclerc, 32 pts
- **6)** Kimi Antonelli, 30 pts
- **7)** Lewis Hamilton, 25 pts
- **8)** Alexander Albon, 18 pts
- **9)** Esteban Ocon, 14 pts
- **10)** Lance Stroll, 10 pts
- **11)** Pierre Gasly, 6 pts
- **12)** Nico Hülkenberg, 6 pts
- **13)** Oliver Bearman, 6 pts
- **14)** Yuki Tsunoda, 5 pts
- **15)** Isack Hadjar, 4 pts
- **16)** Carlos Sainz, 1 pt
- **17)** Fernando Alonso, 0 pt
- **18)** Liam Lawson, 0 pt
- **19)** Jack Doohan, 0 pt
- **20)** Gabriel Bortoleto 0 pt



CULTURA URBANA

DIVULGAÇÃO



Ferramenta de enfrentamento e expressão, o breaking já conquistou espaços nas ruas e periferias da capital

Arte que ocupa além do quadradinho

Brasília tem grafite, poesia e batidas que transformam a cidade, conectam histórias e resistem

THATYANE NARDELLI
thatyane.nardelli@grupojbr.com

A cultura urbana refere-se ao conjunto de manifestações, práticas e expressões culturais que surgem nas grandes cidades e são influenciadas por seu ambiente, contexto social e histórico. Brasília sempre se revelou um berço, sendo protagonista como Capital do Rock, no entanto, com o tempo, também foi sendo ocupada por outros estilos que fazem do Distrito Federal um polo abrangente.

Nascido e criado em Ceilândia, um dos mais antigos grafiteiros da capital, Gilmar "Satão" revela que quando começou a praticar a arte, em 1990, o grafite não era tão bem visto como hoje. "Um dos principais desafios era apresentar uma cultura para uma sociedade que não estava acostumada com as cores nas ruas e passamos por muitos preconceitos. Quando iniciei, o próprio estado queria nos prender por fazer grafites nas escolas", conta Satão, que fundou o "**Os 3S**", primeira crew de grafiteiros do DF, em 1993, formada por Sowtto, Satão e Supla.

Graças a resistência de artistas como Satão, a arte foi tomando reconhecimento e gerando espaço para outros artistas. Um desses nomes é o grafiteiro e muralista Neew, que transforma espaços urbanos em verdadeiras galerias a céu aberto. "Comecei em 2002 e, desde então, não parei mais. Sempre fui fascinado por observar a cidade e acompanhar outros grafiteiros atuando nas ruas despertou em mim o desejo de também deixar minha marca", revela. "Ao ocupar o espaço público com mensagens visuais intensas, o graffite expõe realidades muitas vezes ignoradas, servindo como um grito de resistência contra injustiças sociais e culturais", expressa o artista.

Poesia e Hip-Hop

O **Sarau-Vá**, nascido em Ceilândia e realizado na Praça da Bíblia, no P Norte, toda terça-feira, surgiu de muita da força de muita resiliência. Caracterizado como um evento para apreciar e compartilhar expressões artísticas como poesia, música, dança e teatro, Guilherme Azevedo, um dos idealizadores do Sarau-Vá, diz que o espaço tem contribuído para a identidade da capital, resgatando a força de seus organizadores, das suas raízes, e do DF. "A gente acolhe aquela pessoa que escreve seus versos e guarda num caderninho, sem mostrar pra ninguém... E coloca essa galera no microfone, no palco, com estrutura de qualidade, dentro da quebrada", revela.

Em outra parte do DF, Nícolas Durães, também conhecido como Vírgulas, participa de importantes projetos, como a Batalha da Escada, Batalha do Neurônio e na produtora "DF É A SÍNTESE". Ele é músico, mestre de cerimônias, comunicador pela Universidade de Brasília e produtor cultural. Este ano, a Batalha da Escada, realizada na UnB, completa 10 anos e para Vírgulas, são "dez anos somando na história e na cultura dessa cidade".

O hip-hop em Brasília tem uma história rica e única, marcada por uma forte ligação com a política, a periferia e a resistência cultural. "As batalhas são a nossa forma de ocupar os espaços que são nossos por direito. As batalhas geralmente acontecem nas praças, estações de metrô, terminais de ônibus... É a nossa forma de dizer que a cidade também é nossa, que nós existimos e somos seres pensantes e agitadores culturais", observa o mestre de cerimônia da BDE.

Breaking

Um dos estilos mais marcantes de dança, o Breaking também faz parte da cultura urbana. Consolidado como uma das principais expressões do Hip-Hop, em Brasília, o movimento ganhou força nas ruas, nas praças de Ceilândia, nas estações de metrô, na Rodoviária do Plano Piloto e nas periferias do Distrito Federal, sendo usado como uma ferramenta de enfrentamento das adversidades e de expressão das emoções e vivências de quem dança.

Para além da performance, os encontros de rua tornaram-se mais do que uma simples forma de entretenimento - passaram a ser espaços e ferramentas de aprendizado, convivência e inclusão social. Alan Jhone, popularmente conhecido como B-boy Papel e reconhecido como uma das maiores referências nacionais do Hip-Hop, destaca que o Breaking ocupa diversos espaços públicos fazendo as ruas de palcos de expressão e resistência da juventude. "Tem o poder de transformar a depreciação em autoestima e promover um senso de pertencimento e união". Sem perder a essência, o Breaking alcançou um novo patamar em 2024, ao estrear nos Jogos Olímpicos de Paris. O reconhecimento como esporte olímpico impulsionou ainda mais o desenvolvimento de competições e o crescimento da cena no Brasil. Um dos grandes exemplos é o Festival "Quando as Ruas Chamam", realizado em Ceilândia, idealizado por B-boy Papel, que se destaca como uma das principais plataformas de valorização do Breaking na América Latina, com duas vitórias consecutivas no Prêmio Latino-Americano de Breaking.

TARIFAÇO

"Nenhum país se livrará das tarifas", diz Donald Trump

O presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, alertou que nenhum país se livrará das tarifas que impôs, ao apontar a China como alvo das críticas depois que sua administração criou exceções para alguns produtos tecnológicos.

Em postagem nas redes sociais, Trump negou que tenha havido qualquer alívio tarifário e acusou a imprensa de distorcer a informação. "NINGUÉM está sendo 'liberado' dos desequilíbrios comerciais injustos e das barreiras tarifárias não monetárias que outros países têm usado contra nós, especialmente a China, que, de longe, nos trata pior", escreveu.

Segundo ele, os produtos que foram destacados em comunicados recentes da Casa Branca seguem sujeitos às tarifas de 20% sobre o fentanil e apenas foram realocados para outra categoria tributária. "Não houve 'exceção' tarifária anunciada na sexta-feira. A mídia falsa sabe disso, mas se recusa a relatar", disparou.

Trump ainda afirmou que sua equipe está investigando a cadeia de suprimentos de semicondutores e eletrônicos por razões de segurança nacional. A medida sinaliza um endurecimento ainda maior da postura americana frente ao comércio internacional, especialmente com Pequim."Nós precisamos fabricar produtos nos Estados Unidos e não seremos reféns de outros países, especialmente nações comerciais hostis como a China, que fará tudo ao seu alcance para desrespeitar o povo americano", afirmou.

Ele também prometeu que a "Era Dourada da América" incluirá cortes de impostos e desregulamentações aprovadas pelo Congresso, com expectativa de mais empregos e fortalecimento da indústria nacional.

MANDEL NGAN / AFP



'Ninguém se livra devido aos injustos equilíbrios comerciais', disse o magnata.

BASÍLICA DE SÃO PEDRO

Papa Francisco faz nova aparição

Um papa Francisco convalescente saudou a multidão na Praça de São Pedro neste Domingo de Ramos, desejando a mais de 20 mil fiéis um "bom Domingo de Ramos, uma boa Semana Santa", em outra sinalização pública tranquilizadora de sua recuperação depois de uma pneumonia bilateral.

Muitos na multidão tentaram tocar as mãos ou as vestes do pontífice enquanto ele era levado em uma cadeira de rodas por uma rampa até o altar principal, onde ofereceu sua breve saudação em um microfone. O pontífice não estava usando uma cânula debaixo do nariz para oxigênio suplementar, como fez durante aparição semelhante no domingo passado, 6. De volta à Basílica de São Pedro, de onde havia saído, Francisco parou para abençoar um rosário e ofereceu doces a uma criança que o saudou.

O pontífice de 88 anos passou mais de cinco semanas no Hospital Gemelli, em Roma, para o tratamento. Apesar da alta, ele continua debilitado pela doença e reduzi suas atividades. Os médicos disseram que Francisco deveria permanecer em repouso por dois meses para sua recuperação.

CLASSIFICADOS&EDITAIS

(61) 99637-6993 CLASSIFICADOS@GRUPOJBR.COM

Edição impressa produzida pelo **Jornal de Brasília** com circulação diária em bancas e assinantes.

As íntegras dessas publicações encontram-se disponíveis no endereço eletônico: *https://jornaldebrasilia.com.br/publicidade-legal

A autenticação deste documento pode ser conferida através do QR Code ao lado.



CONVOCAÇÃO
ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

O **SINDICATO DAS EMPRESAS E ENTIDADES CULTURAIS, RECREATIVAS, DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, ORIENTAÇÃO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL DO DISTRITO FEDERAL - SECRASO/DF**, convoca, nos termos estatutários, todos os seus associados em dia com suas obrigações, para a Assembleia Geral Extraordinária que será realizada em 23 de abril de 2025, às 8h30min em 1ª convocação e 9h, em 2ª e última convocação, no OPTADESK - SCRN 702 / 703 - Bloco B - Térreo - Brasília/DF, CEP: 70.720-620, para a seguinte ordem do dia: aprovação dos balanços de 2017 a 2024 e outros assuntos.

Brasília/DF, 08 de abril de 2025
Erika Cristina Soares Rosa
Presidente do SECRASODF

CONVOCAÇÃO
ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

O **SINDICATO DAS EMPRESAS E ENTIDADES CULTURAIS, RECREATIVAS, DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, ORIENTAÇÃO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL DO DISTRITO FEDERAL - SECRASO/DF,** convoca, nos termos estatutários, todos os seus associados em dia com suas obrigações, para a Assembleia Geral Extraordinária que será realizada em 23 de abril de 2025, às 9h30min em 1ª convocação e 10h, em 2ª e última convocação, no OPTADESK - SCRN 702 / 703 - Bloco B - Térreo - Brasília/DF, CEP: 70.720-620, para a seguinte ordem do dia: alteração estatutária e outros assuntos.

Brasília/DF, 08 de abril de 2025
Erika Cristina Soares Rosa
Presidente do SECRASODF

CONVOCAÇÃO
ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

O **SINDICATO DAS EMPRESAS E ENTIDADES CULTURAIS, RECREATIVAS, DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, ORIENTAÇÃO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL DO DISTRITO FEDERAL - SECRASO/DF**, nos termos estatutários, convoca toda a categoria, para Assembleia Geral Extraordinária, que será realizada no dia 23 de abril de 2025, às 10h30min em 1ª convocação e às 11h em 2ª e última convocação, no OPTADESK - SCRN 702 / 703 - Bloco B - Térreo - Brasília/DF, CEP: 70.720-620, para a seguinte ordem do dia: discussão da pauta de reivindicações do(s) sindicato(s) laboral(is); contribuições a serem cobradas para o exercício 2025/2026; convenção coletiva de trabalho 2025/2026 e outros assuntos.

Brasília/DF, 08 de abril de 2025.
Erika Cristina Soares Rosa
Presidente do SECRASODF

AVISO DE REQUERIMENTO DE AUTORIZAÇÃO AMBIENTAL

Torna público que está requerendo do Instituto do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos do Distrito Federal - Brasília Ambiental – IBRAM/DF, a Autorização Ambiental para execução de Obra Pública Extração de Cascalho , na BR-080/DF Rua Alex Gusmão GB, 2/26072701, Brazlândia/DF. CEP: 72710-990. Foi determinada a elaboração de Estudo Ambiental. CONSORCIO CLC/CONSERVA/FP, sob CNPJ: 54734881/0001-01.

AVISO DE REQUERIMENTO DE AUTORIZAÇÃO AMBIENTAL

Torna público que está requerendo do Instituto do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos do Distrito Federal - Brasília Ambiental – IBRAM/DF, a Autorização Ambiental para execução de obra pública Extração de Saibro, na BR-080/DF, Rua Alex Gusmão GB -3, Lote 363/364. Brazlândia/DF. CEP: 72701-997. Foi determinada a elaboração de Estudo Ambiental. CONSORCIO CLC/CONSERVA/FP, sob CNPJ: 54734881/0001-01.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS
SECRETARIA DE CONTRATAÇÕES E GESTÃO DE MATERIAIS - SEMA

AVISO DE LICITAÇÃO
Pregão Eletrônico nº 054/2024

PROCESSO: 0029669/2024. OBJETO: Permissão de uso de espaço físico da área de 52,42 m² (cinquenta e dois metros quadrados e quarenta e dois centímetros quadrados) para exploração de atividade comercial no ramo de lanchonete no Fórum do Paranoá (Desembargador Mauro Renan Bittencourt), nos termos do edital e anexos.
DATA DE ABERTURA: 15/05/2025 - HORÁRIO: 14 HORAS - LOCAL: https://www.gov.br/compras/pt-br.
O Edital estará disponível no endereço eletrônico www.gov.br/compras e no sítio do TJDFT (www.tjdft.jus.br).

Brasília, 11 de abril de 2025
Isabella Brito
Secretária de Contratações e Gestão de Materiais

Secretaria de Estado
de Economia do Distrito Federal
Coordenação de Licitações



AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90026/2025- UASG 974002

A Pregoeira comunica aos interessados que a fim de atender às demandas dos diversos órgãos e entidades que compõem o Complexo Administrativo do Distrito Federal, a Subsecretaria de Compras Governamentais - SCG/SECONT/SEEC, operacionalizará licitação no sistema Compras.gov.br, cujo objeto é o Registro de Preços para a aquisição de mobiliários em geral (estação de trabalho, mesa, gaveteiro, entre outros), incluindo a montagem, conforme especificações e condições estabelecidas no Termo de Referência constante do Anexo I do Edital. Valor total estimado: R$25.827.990,23. Tipo de Licitação: menor preço por item. Natureza de despesa: 4.4.90.52. Abertura das propostas: 30/04/2025, às 9h30. Processo n.º 04044-00025936/2024-55. O edital poderá ser retirado no endereço eletrônico www.gov.br/compras.

Brasília/DF, 11 de abril de 2025
BRUNA DE SOUSA DA SILVA



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL – GDF
SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, TRABALHO E RENDA
COMPANHIA IMOBILIÁRIA DE BRASÍLIA – TERRACAP
AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO DO DISTRITO FEDERAL



AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO

O Presidente da Comissão de Licitação para Compra de Bens, Serviços e Obras – CPLIC/TERRACAP, no uso das atribuições que lhe confere a Portaria nº 220/2024 – DIRAF, comunica a realização do seguinte certame.

Processo:	00111-00013790/2024-67
Modalidade/número:	Pregão Eletrônico nº 03/2025
Tipo:	Menor Preço
Objeto:	Contratação de empresa especializada na prestação e execução de manutenção preventiva, corretiva e substituição de equipamentos de combate a incêndios destinados às edificações da TERRACAP, EDIFÍCIO SEDE, ANEXOS E PRÓPRIOS DA TERRACAP, Empresa de Regularização de Terras Rurais – ETR, CRS 508 Bloco “C” Andar Térreo Lojas 05 e 06 - Asa Sul / Brasília-DF) e Península Shopping - Setor de Habitações Individuais Norte, Centro de Atividades 01, Lote B, Lago Norte, Brasília/DF, incluindo recarga e testes hidrostáticos, pintura e substituição de extintores e mangueiras, de peças e acessórios, quando for o caso, conforme especificado no TR.
Valor estimado (R$):	O valor total estimado é sigiloso nos termos do Art. 34 da Lei nº 13.303/2016.
Data/hora de abertura:	29/04/2025, às 15h.
Retirada do Edital e anexos:	Gratuitamente no sítio da Terracap www.terracap.df.gov.br, na seção licitações compras/serviços.

Brasília, 10 de abril de 2025.

LADÉRCIO BRITO SANTOS FILHO
Presidente da CPLIC



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL – GDF
SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, TRABALHO E RENDA
COMPANHIA IMOBILIÁRIA DE BRASÍLIA – TERRACAP
AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO DO DISTRITO FEDERAL



CONCORRÊNCIA PÚBLICA PARA VENDA DE IMÓVEIS
AVISO DE EDITAL Nº 06/2025-IMÓVEIS

A COMPANHIA IMOBILIÁRIA DE BRASÍLIA – TERRACAP, Empresa Pública vinculada à Secretaria de Desenvolvimento Econômico, leva ao conhecimento dos interessados que promoverá licitação pública em 09 de maio de 2025 para Venda de Imóveis destinados a Comércio, Residência, Indústria em Geral, Prestação de Serviços e outros Imóveis situados em Brasília e demais cidades do Distrito Federal, obedecidas as condições do Edital nº 06/2025-Imóveis, conforme Processo nº 00111-00001793/2025-39, cujos exemplares e formulários de propostas de compra poderão ser obtidos na Sede da TERRACAP, localizada no SAM – Bloco “F” (próximo ao Palácio do Buriti), e na página eletrônica da TERRACAP (https://servicosonline.terracap.df.gov.br/). O depósito da caução deverá ser efetuado até o dia 08 de maio de 2025 nas Agências do BRB - Banco de Brasília S/A, para a conta caução da TERRACAP – CNPJ n.º 00.359.877/0001- 73 – Banco 070 – Agência 121 – Conta nº 900.102-0 – tão somente por meio de depósito identificado, transferência eletrônica – TED – ou pagamento do boleto expedido no sítio da Terracap, após cadastramento da proposta online, vedados depósitos não identificados, em cheques, ou realizados em caixas eletrônicos. As propostas de compra deverão ser entregues, pessoalmente, entre 9h e 10h do dia 09 de maio de 2025 no Edifício-Sede da Companhia, localizado no Bloco “F”, Setor de Área Municipais – SAM, ou de maneira online, por meio do endereço eletrônico www.terracap.df.gov/edital-delicitacao-online, sendo que sua conferência e leitura dar-se-ão após o encerramento da primeira etapa dos trabalhos (recebimento das propostas). Em caso de eventuais dúvidas, informações complementares poderão ser obtidas pelos telefones: (061) 3350.2222, 3342.2525, ou pessoalmente na Sede da TERRACAP no horário das 7h às 19h.

Brasília/DF, 11 de abril de 2025.

BRUNO CÉSAR SANTANA DE MENESES
Comissão Permanente de Licitação para Venda de Imóveis – COPLI
Presidente

Secretaria de Estado
de Saúde do Distrito Federal
Diretoria de Aquisições
Central de Compras



AVISO DE ALTERAÇÃO DO EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 05/2024
CHAMAMENTO PÚBLICO PARA CREDENCIAMENTO

O Distrito Federal, por intermédio da Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal, divulga e torna público aos interessados a alteração do Edital de Credenciamento de pessoa jurídica para integrar cadastro de prestadores de serviços ao Sistema Único de Saúde (SUS), com a finalidade de prestação de serviços de Terapia Intensiva em Unidade Neonatal, Pediátrica e Adulto, garantindo assistência ao usuário do SUS, conforme especificações e quantitativos constantes no Edital de Credenciamento nº 05/2024 (atualizado) - Processo SEI n.º 00060-00415654/2023-15. Após a publicação do Edital, os interessados poderão encaminhar as propostas a qualquer tempo, todavia, para garantir sua participarão na divisão inicial de vagas e na audiência de distribuição (para os habilitados), essas deverão ser enviadas em até 30 dias corridos para o endereço eletrônico: inexigibilidade.sesdf@saude.df.gov.br. O Edital estará disponível no endereço eletrônico https://www.saude.df.gov.br/editais-de-credenciamento-vigentes.

JURACY CAVALCANTE LACERDA JUNIOR
Secretário de Estado de Saúde do Distrito Federal

EXÉRCITO BRASILEIRO
BASE ADMINISTRATIVA DO QUARTEL GENERAL DO EXÉRCITO

MINISTÉRIO DA **DEFESA**



PREGÃO ELETRÔNICO N° 90004/2025 – B ADM QGEX

A Base Administrativa do Quartel General do Exército, comunica a realização do Pregão Eletrônico nº 90004/2025. Objeto: Contratação de empresa para, sob demanda, prestar serviços de dedetização, desratização e descupinização, conforme condições e exigências estabelecidas no Edital e seus anexos. Abertura: 06 de maio de 2025 às 09:30 h. Local: sítio: www.comprasgovernamentais.gov.br. Informações: (61) 3415-6958; Email: divalc.recursos@badmqgex.eb.mil.br

NILTON FABIANO VELOZO LINS – Cel
Ordenador de Despesas da B Adm QGEx

Secretaria de Estado
de Saúde do Distrito Federal
Diretoria de Aquisições
Central de Compras



AVISO DE ABERTURA
PREGÃO ELETRÔNICO POR SRP Nº 90095/2025 - UASG 926119

Objeto: Aquisição de insumo(s) à saúde pertencente(s) ao(s) Grupo: 3603 - ARTIGOS PARA CME, para atender às necessidades da Secretaria de Saúde – DF, conforme especificações e quantitativos constantes no Anexo I do Edital. Processo SEI nº: 00060-00350933/2024-15. Total de 13 itens (Exclusividade às ME/EPP's). Valor Estimado: R$ 42.854,05. Cadastro das Propostas: a partir de 14/04/2025. Abertura das Propostas: 28/04/2025, às 8h30, horário de Brasília, no site www.comprasnet.gov.br. O Edital encontra-se disponibilizado sem ônus no site ou com ônus no endereço: SRTVN, Quadra 701, Conjunto D, Edifício PO 700, 2º andar, sala: Central de Compras/DAQ/SUCOMP, CEP: 70.719-040 - Brasília/DF.

FRANCISMAR DOMINGOS DE SOUSA
Pregoeiro

alphaville
URBANISMO SUSTENTÁVEL PARA UMA VIDA MELHOR

SPE Alphaville Brasília Etapa I Empreendimento Imobiliário S.A.

Edital de Convocação para Assembleia Geral Extraordinária

A **SPE Alphaville Brasília Etapa I Empreendimento Imobiliário S.A., Associada Fundadora** da Associação Alphaville Brasília Empresarial, associação civil sem fins lucrativos, convoca todos os interessados para a Assembleia Geral Extraordinária, que será realizada no dia 25 de abril de 2025, às 10:00 horas, na sede da Associação, situada na Rua 18, Lote 01, Quadra AC, Loteamento Alphaville Residencial I, Cidade Ocidental, Estado de Goiás. Pauta da Assembleia: 1. Deliberação sobre a dissolução da Associação Alphaville Brasília Empresarial.

Cidade Ocidental/GO, 09 de abril de 2025
PE Alphaville Brasília Etapa I Empreendimento Imobiliário S.A.
Representada por Klausner Henrique Monteiro da Silva e Gilberto Rocha Freitas

Sociedade Brasileira de Geriatria e Gerontologia - Seção DF (SBGG-DF)

CONVOCAÇÃO

A Sociedade Brasileira de Geriatria e Gerontologia - Seção DF (SBGG-DF) convoca seus associados para Assembléia Geral Ordinária no dia 13 de maio de 2025, às 18h30m com a maioria dos associados presentes ou às 19h com qualquer número presente, no auditório/sala de reunião do Jade Hotel - localizado no SQPS 102, Setor Park Sul, 15, Brasília - DF. CEP: 71215-650.
Pauta: Prestação de contas da gestão 2022-2025 e eleição da nova Diretoria para gestão 2025-2027.

Eufrázio

A autenticação deste documento pode ser conferida através do QR Code ao lado.



BANCORBRÁS CENTRO DE SERVIÇOS COMPARTILHADOS S.A.

CNPJ 31.265.988/0001-44

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO - EXERCÍCIO DE 2024

O ano de 2024 foi marcado por avanços significativos para a Bancorbrás Centro de Serviços Compartilhados S.A. - CSC, consolidando o papel como centralizadora dos serviços compartilhados do grupo. Nosso compromisso com a excelência se traduziu em resultados concretos, impulsionados pela busca constante de soluções inovadoras e otimizadas.

Apresentamos os avanços alcançados ao longo do período, com destaque para a automação de processos, incluindo a implementação da admissão digital, assinaturas eletrônicas e melhorias na gestão de ponto. A gestão documental foi aprimorada por meio da terceirização da guarda de documentos, que somada a otimização de contratos de locação de equipamentos e softwares geram melhoria na eficiência e trouxeram economias significativas para o grupo.

Foram implementadas iniciativas estratégicas que contribuíram diretamente para a geração de maior valor agregado aos clientes. Destaca-se, nesse contexto, a introdução de uma plataforma de pagamento online, que possibilitou a integração dos sistemas, a automação de processos e a otimização da gestão financeira. A Cultura Organizacional foi fortalecida, evidenciando um ambiente de trabalho positivo e colaborativo. Além disso, os times ágeis foram beneficiados pela adaptação da ferramenta de gestão de desempenho, enquanto o programa de desenvolvimento de lideranças promoveu a capacitação e aprimoramento de gestores.

A busca por eficiência operacional foi intensificada por meio do diagnóstico de processos passíveis de robotização, resultando em melhorias significativas em diversas frentes. O Programa de Compliance foi estruturado com a implementação de um novo sistema de Auditoria e Gestão de Riscos, incluindo a revisão e atualização do arcabouço normativo, reforçando nosso compromisso com a ética e a transparência. A utilização de inteligência de dados na gestão, a condução de estudos gerenciais e o compartilhamento dos resultados financeiros e contábeis, aliados à evolução da cultura organizacional e do aprendizado contínuo, fortaleceram a capacidade de planejamento e tomada de decisão.

No contexto de relacionamento com os clientes, destaca-se a implantação de um sistema de monitoria com IA ampliando a escala de monitoramento dos atendimentos com redução no custo operacional. A campanha Acelera Central otimizou a oferta de soluções personalizadas e a identificação de oportunidades de negócios para novas adesões e reativações de títulos de turismo. Nos processos de cobrança, a implementação da Discadora da plataforma COBMAIS e a parceria com os Tribunais de Justiça no projeto "Conciliar é Legal" impulsionaram a eficiência e a recuperação de crédito. A melhora da curadoria da jornada do cliente na rede social Reclame Aqui e a aquisição da Brand Page na plataforma enalteceram a reputação e fortaleceram o relacionamento com os consumidores.

Ao longo de 2024, foram realizados investimentos na modernização da arquitetura tecnológica, adotando as melhores práticas de governança de dados e preparando a infraestrutura para explorar o potencial da Inteligência Artificial. Essa estratégia visa impulsionar a evolução dos produtos e serviços, permitindo um atendimento mais eficiente e inovador às demandas dos clientes.

O desempenho da organização em 2024 refletiu o êxito das estratégias de otimização de despesas e eficiência operacional. A adoção das medidas elucidadas resultou em uma economia de gastos superior a R$ 1,5 milhão para as empresas do grupo. Além disso, a otimização dos processos levou a um aumento de 15% na produtividade dos setores atendidos.

Brasília (DF), 31 de janeiro de 2025

Luiz Gustavo Arantes
Diretor-Presidente

Ricardo Fernandes da Silva – Diretor-Executivo – CSC Estratégico
José Jurandir Lins Júnior – Diretor-Executivo – CSC Transacional
Jeferson Neves – Diretor-Executivo – CSC Relacional

BALANÇO PATRIMONIAL

R$(1)	31/12/2024	31/12/2023
ATIVO	**15.561.522**	**14.178.840**
CIRCULANTE	**4.188.974**	**2.806.641**
Caixa e equivalentes de caixa	**1.370.924**	**1.356.067**
Caixa e equivalentes de caixa	-	103
Aplicações de liquidez imediata (nota 04)	1.370.924	1.355.964
Direitos Realizáveis	**2.818.050**	**1.450.574**
Adiantamento a colaboradores	902.327	1.012.591
Adiantamento a terceiros	876.091	326.260
Impostos a compensar	45.062	62.085
Almoxarifado	20.944	49.638
Despesas antecipadas (nota 05)	973.626	-
NÃO CIRCULANTE	**11.372.548**	**11.372.199**
Realizável a Longo Prazo	**10.999.138**	**11.173.113**
Partes relacionadas (nota 12 b)	10.981.816	11.173.113
Depósitos judiciais	17.322	-
Imobilizado (nota 06)	**373.410**	**199.086**

R$(1)	31/12/2024	31/12/2023
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO0	**15.561.522**	**14.178.840**
CIRCULANTE	**11.223.531**	**10.067.321**
Fornecedores e prestadores de serviços	1.484.315	883.462
Obrigações trabalhistas (nota 07)	3.802.706	4.017.771
Impostos e contribuições a recolher (nota 08)	1.565.994	1.373.549
Participação nos lucros e resultados	4.325.391	3.789.420
Outras obrigações (nota 09)	45.125	3.119
NÃO CIRCULANTE	**449.276**	**222.804**
Partes relacionadas (nota 13 b)	101.250	57.008
Provisões para passivos contingentes (nota 10)	348.026	165.796
PATRIMÔNIO LÍQUIDO (nota 11)	**3.888.715**	**3.888.715**
Capital social	4.000.000	4.000.000
Prejuízo acumulado	(111.285)	(111.285)

(As notas explicativas da administração integram as demonstrações contábeis)

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

R$(1)	2024	2023
RESSARCIMENTO DE DESPESAS (nota 13 b)	**78.470.686**	**74.005.888**
RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS	**(74.388.102)**	**(70.300.493)**
Comercial	(350.318)	(292.625)
Pessoal	(30.436.737)	(30.371.189)
Honorários da diretoria	(1.625.642)	(1.567.402)
Encargos sociais	(11.577.410)	(11.443.617)
Benefícios	(16.999.128)	(16.207.948)
Comunicação	(844.029)	(511.481)
Aluguéis	(1.721.674)	(1.064.252)
Serviços de terceiros	(9.793.466)	(7.098.900)
Gerais	(415.261)	(427.664)
Impostos, taxas e contribuições	(73.613)	(113.193)
Reversões/provisões para contingências	(182.230)	(173.797)
Depreciações e amortizações	(79.650)	(37.451)
Outras receitas operacionais	1.095.245	6.900
Outras despesas operacionais (nota 12)	(1.384.189)	(997.874)
RESULTADO ANTES DOS EFEITOS FINANCEIROS	**4.082.584**	**3.705.395**
Receitas financeiras	254.878	362.563
Despesas financeiras	(12.071)	(7.888)
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO E PARTICIPAÇÕES	**4.325.391**	**4.060.070**
PARTICIPAÇÕES NO LUCRO	(4.325.391)	(4.060.070)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	-	-
QUANTIDADE DE AÇÕES	400.000	400.000

(As notas explicativas da administração integram as demonstrações contábeis)

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

R$(1)

DESCRIÇÃO	CAPITAL SOCIAL	RESERVA DE LUCROS – RESERVA LEGAL	LUCROS ACUMULADOS	RESULTADOS ABRANGENTES	TOTAL
Saldos em 31 de dezembro de 2022	**4.000.000**	**-**	**(111.285)**		**3.888.715**
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**4.000.000**	**-**	**(111.285)**	**-**	**3.888.715**
Saldos em 31 de dezembro de 2024	**4.000.000**	**-**	**(111.285)**	**-**	**3.888.715**

(As notas explicativas da administração integram as demonstrações contábeis)

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA MÉTODO INDIRETO

R$(1)	2024	2023
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro Líquido do Exercício	-	-
Ajustes para reconciliar o lucro líquido ao fluxo de caixa das atividades operacionais:		
- Depreciações e amortizações	79.650	37.451
- Constituição/Reversão de contingências	182.230	165.796
Lucro Ajustado	**261.880**	**203.247**
(Redução)/aumento dos ativos operacionais	**(1.193.501)**	**(2.952.778)**
Adiantamentos a funcionários	110.264	(229.358)
Impostos a recuperar	17.023	(2.603)
Partes relacionadas	191.297	(2.482.296)
Outros ativos	(1.512.085)	(238.521)
Aumento (redução) dos passivos operacionais	**1.200.452**	**1.742.974**
Fornecedores	600.853	825.120
Impostos, taxas e contribuições a recolher	192.445	(21.091)
Outros passivos	407.154	938.945
Caixa líquido nas atividades operacionais	**268.831**	**(1.006.557)**
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Aquisições em imobilizado	(253.974)	(180.509)
Caixa líquido das atividades de investimento	**(253.974)**	**(180.509)**
AUMENTO/REDUÇÃO LÍQUIDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	**14.857**	**(1.187.066)**
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO INÍCIO DO PERÍODO	1.356.067	2.543.133
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO FIM DO PERÍODO	1.370.924	1.356.067

(As notas explicativas da administração integram as demonstrações contábeis)

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31/12/2024

NOTA 01. CONTEXTO OPERACIONAL

BANCORBRÁS CENTRO DE SERVIÇOS COMPARTILHADOS S.A., Companhia integrante do conglomerado Bancorbrás, foi constituída em 17 de agosto de 2018, com sede em Brasília (DF). Tem como objeto social a execução centralizada das atividades de apoio administrativo e financeiro às empresas Bancorbrás, com o compartilhamento e ressarcimento de despesas.

NOTA 02. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária e o Pronunciamento Técnico de Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas (CPC-PME) emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

A elaboração de demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos significativos sujeitos à utilização de premissas e estimativas, incluem a provisão para contingências, depreciação do ativo imobilizado e amortização do ativo intangível. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa as estimativas e premissas anualmente.

Em conformidade com a Resolução n.º 1.184/2009, do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), informamos que a conclusão da elaboração das demonstrações contábeis relativas ao exercício encerrado em 31/12/2024, foi autorizada pela Diretoria em 31/01/2025.

Base de mensuração

A mensuração das demonstrações contábeis foi preparada com base no custo histórico, com exceção dos ativos financeiros disponíveis para venda, os quais são mensurados pelo valor justo.

Moeda funcional

Nas demonstrações contábeis os itens foram mensurados utilizando a moeda do ambiente econômico primário no qual a Companhia atua. As demonstrações contábeis estão apresentadas em Real (R$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia.

NOTA 03. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

Dentre as principais diretrizes adotadas para a preparação das demonstrações contábeis, ressaltam-se:

a) O regime contábil é o da competência de exercícios.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de taxa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

c) Ativos e passivos circulantes e não circulantes

A classificação dos ativos e passivos circulantes e não circulantes obedece aos artigos 179 e 180 da Lei nº 6.404/76. Os direitos são demonstrados pelos valores de realização, incluídos os rendimentos e as variações monetárias incorridos ou deduzidos das correspondentes rendas a apropriar, quando aplicáveis. As obrigações são demonstradas por valores conhecidos ou calculáveis, incluídos os encargos e as variações monetárias incorridos ou deduzidos das correspondentes despesas a apropriar, quando aplicáveis.

d) Tributos

Por se tratar de um Centro de Serviços Compartilhados, a atividade realizada não aumenta o resultado e nem gera faturamento.

e) Avaliação dos ativos e passivos

A Companhia efetua anualmente a avaliação dos seus ativos e passivos circulantes e não circulantes para efeito de valor presente, não sendo apurados valores relevantes para ajustes.

f) Capital social

Os instrumentos financeiros emitidos pela Companhia são tratados como patrimônio apenas na medida em que não satisfaçam a definição de um passivo financeiro.

g) Instrumentos financeiros

Conforme determina a Resolução nº 2016/NBCTG 48 do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), a avaliação do valor justo dos instrumentos financeiros inclusos nos balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2024 e 2023 não resultou em ajustes significativos, tendo em vista que os valores contábeis aproximam-se dos valores de mercado.

Os instrumentos financeiros não derivativos incluem aplicações financeiras, créditos a receber e outros recebíveis, incluindo caixa e equivalentes de caixa, assim como contas a pagar e outras dívidas.

São três categorias de classificação para os ativos financeiros: mensurados ao custo amortizado, valor justo por meio de resultado e valor justo por meio de outros resultados abrangentes. E para os passivos financeiros: mensurados ao custo amortizado e valor justo por meio do resultado.

Não existem valores ajustados a valor presente (AVP), considerando que o prazo médio de recebimento das contribuições é de 30 (trinta) dias, não existindo outros ativos e passivos de longo prazo significativos.

NOTA 04. APLICAÇÕES DE LIQUIDEZ IMEDIATA

Os recursos foram aplicados em instituição financeira, com rentabilidade de 10,37% no ano de 2024.

Descrição	2024	2023
Fundos de Investimentos	1.370.924	1.355.964
Total	**1.370.924**	**1.355.964**

NOTA 05. DESPESAS ANTECIPADAS

Trata-se de despesas na contratação de empresa especializada em tecnologia na informação, para a prestação de serviço de uso. A duração da prestação do serviço é de até 03 anos.

NOTA 06. IMOBILIZADO

		2024			2023
Descrição	**Depreciação/ amortização % a.a**	**Custo Corrigido**	**Depreciação Acumulada**	**Valor Líquido**	**Valor Líquido**
Hardware	22	464.547	120.748	333.799	179.200
Móveis, utensílios e instalações	13	32.125	4.529	27.596	19.886
Máquinas e equipamentos	11	2.119	104	2.015	-
Totais		**498.791**	**125.381**	**373.410**	**199.086**

NOTA 07. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS

Descrição	2024	2023
Provisões de férias e encargos sociais	3.802.706	4.017.771
Total	**3.802.706**	**4.017.771**

NOTA 08. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES

Descrição	2024	2023
Encargos sociais e previdenciários sobre folha		
INSS	799.348	852.294
FGTS	265.537	-
Total	**1.064.885**	**852.294**
Tributos a recolher		
PIS sobre receita financeira	78	191
Cofins sobre receita financeira	477	1.177
IRRF	464.441	488.861
PIS/Cofins/CSLL retenção	32.465	31.026
ISS	3.648	-
Total	**501.109**	**521.255**
Total de impostos e contribuições	**1.565.994**	**1.373.549**

NOTA 09. OUTRAS OBRIGAÇÕES

Descrição	2024	2023
Brasilprev - plano de previdência	-	77
Contribuição para associação de funcionários	40.162	-
Gynpass-qualidade de vida funcionário	228	-
Contribuição assistencial	-	55
Créditos não identificados	4.735	2.987
Total	**45.125**	**3.119**

NOTA 10. PASSIVOS CONTINGENTES

A Companhia é demandada em ações judiciais, envolvendo questões trabalhistas, cíveis e outros motivos.

A Administração, com base em informações da Assessoria Jurídica, análise das demandas judiciais pendentes e, quanto às ações trabalhistas, com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas, constitui provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas com os processos em curso, classificados como de risco provável de perda como segue:

a) Passivos Contingentes - Riscos Prováveis

Passivos Contingentes	31/12/2024	31/12/2023
Trabalhista	348.026	165.796
Total	**348.026**	**165.796**
Quantidade de ações	**04**	**02**

b) Passivos Contingentes - Riscos Possíveis (Não provisionados)

Os passivos contingentes classificados como de perdas possíveis não são reconhecidos contabilmente.

As ações movidas contra a Bancorbrás Centro de Serviços Compartilhados S.A., têm origem no aspecto trabalhista. Os saldos dos passivos contingentes possíveis de perdas totalizam em 31/12/2024 R$ 1.154.399 referente a 08 (oito) ações, e R$ 367.729 em 31/12/2023, referentes a 06 (seis) ações.



BANCORBRÁS CENTRO DE SERVIÇOS COMPARTILHADOS S.A.

NOTA 11. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Capital Social

O capital social subscrito e integralizado é de R$ 4.000.000 (quatro milhões de reais) representado por 400.000 (quatrocentas mil) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, pertencente integralmente à acionista Bancorbrás Empreendimentos e Participações S.A., uma vez que a Companhia é subsidiária integral.

NOTA 12. OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

Descrição	2024	2023
Manutenção e conservação	88.871	79.202
Viagens e estadas	299.704	114.464
Festividades e comemorações	246.156	237.979
Plano de previdência privada-dirigentes	171.329	274.670
Contribuição para associação de funcionários	251.916	213.840
Utilidades e serviços	58.878	42.585
Brindes	14.686	23.383
Prejuízos	68.660	5.751
Indenizações contratuais	154.225	6.000
Promoções, premiações e sorteios	29.764	-
Total	**1.384.189**	**997.874**

NOTA 13. PARTES RELACIONADAS

a) **Remuneração de dirigentes**

Os gastos com remuneração e outros benefícios atribuídos ao pessoal da Diretoria, são apresentados como segue:

Descrição	2024	2023
Honorário	1.362.816	1.310.400
Honorário suplementar	162.564	156.740
Anuênio	100.262	100.262
Encargos sociais	636.383	616.124
Plano de previdência	171.329	274.670
Participação nos lucros e resultados	872.202	622.440
Total	**3.305.556**	**3.080.636**

b) Operações ativas e passivas da Companhia com partes relacionadas

As operações com as empresas Bancorbrás são referentes ao ressarcimento do rateio dos serviços administrativos e operações realizadas no contexto das atividades operacionais da Companhia, assim representadas:

Operações com Atividades Operacionais	2024	2023
Operações com Rateios e Ressarcimento de Despesas		
Bancorbrás Empreendimentos e Participações S.A.	23.042.979	16.573.778
Bancorbrás Turismo S.A.	50.745.640	44.503.127
Bancorbrás Administradora de Consórcios S.A.	3.796.429	12.197.036
Bancorbrás Administradora e Corretora de Seguros S.A.	885.638	731.947
Total com Atividades Operacionais	**78.470.686**	**74.005.888**

Saldos Patrimoniais Ativos	2024	2023
Bancorbrás Empreendimentos e Participações S.A.	3.626.166	2.566.001
Bancorbrás Turismo S.A.	6.665.982	7.334.608
Bancorbrás Administradora de Consórcios S.A.	609.315	1.140.407
Bancorbrás Administradora e Corretora de Seguros S.A.	80.353	132.097
Total dos Saldos Patrimoniais Ativos	**10.981.816**	**11.173.113**

Saldos Patrimoniais Passivos	2024	2023
Bancorbrás Viagens e Turismo S.A.	101.250	57.008
Total dos Saldos Patrimoniais Passivos	**101.250**	**57.008**

NOTA 14. OUTRAS INFORMAÇÕES

a) A Companhia não é patrocinadora de nenhum plano de pensão e de benefícios pós-emprego aos seus colaboradores, nem de plano de opção de compra de ações.

b) Seguro saúde

A Companhia mantém seguro saúde e programas de assistência à saúde e campanhas de prevenção de doenças, visando à promoção do bem-estar de seus beneficiários, diretamente ou por meio de convênio. A Companhia não tem responsabilidade em relação ao benefício de plano de saúde pós-emprego.

Brasília - DF, 31 de dezembro de 2024

LUIZ GUSTAVO ARANTES
Diretor-Geral de Administração e Controle

JEFERSON GOMES NEVES
Diretor-Executivo

EDIVANIRA VIEIRA DINIZ
Contadora CRC 009.619/O-5 DF

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Srs. Administradores da
BANCORBRÁS CENTRO DE SERVIÇOS COMPARTILHADOS S.A.
Brasília - DF

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da **BANCORBRÁS CENTRO DE SERVIÇOS COMPARTILHADOS S.A.** que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **BANCORBRÁS CENTRO DE SERVIÇOS COMPARTILHADOS S.A.,** em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração da entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a entidade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Brasília (DF), 19 de março de 2025.

UNIÃO AUDITORES INDEPENDENTES S/S.
CRC DF 501/O-1

ANTONIO CESAR GANDARA
Contador CRC SP 166522/O-0 T-DF

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da **BANCORBRÁS CENTRO DE SERVIÇOS COMPARTILHADOS S.A**. em cumprimento às disposições legais e estatutárias, em reunião desta data, examinou o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, compreendendo: Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado do Exercício, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, Demonstração dos Fluxos de Caixa e Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis. Com base nos exames efetuados e nos esclarecimentos recebidos, no decorrer do exercício, dos Administradores da empresa e da respectiva Contadora, bem assim no Relatório do Auditor Independente, opina que os referidos documentos estão em condições de serem apreciados pela Assembleia Geral Ordinária de Acionistas.

Brasília (DF), 20 de março de 2025.

CONSELHO FISCAL:

CARLOS EDUARDO VIDIGAL
CELIUS GUIMARÃES MARCONDES FEITOSA
CIL FARNEY MACHADO DE OLIVEIRA
ELIMÁRIO ARAÚJO SANTOS



ASSOCIAÇÃO BRASILIENSE DE APOSENTADOS DO BANCO CENTRAL - ABACE

EDITAL DE CONVOCAÇÃO
ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA
DE 30 DE MAIO DE 2025

A Associação Brasiliense de Aposentados do Banco Central - ABACE, inscrita no CNPJ nº 03.604.212/0001-76, com sede no Clube ASBAC Brasília - Conjunto 31 - Via L4 Sul, SCES Trecho 2, Brasília - DF, CEP 70200-002 - Brasília - Distrito Federal, de acordo com o Artigo 11, inciso I, alíneas "a" e "b" de seu Estatuto, por meio de sua Diretoria convoca os associados para se reunirem em ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA, a ser realizada na sua sede no dia 30 de maio de 2025, com início às 10h, com o "quórum" de metade mais um do total de associados componentes do quadro, ou às 10h30 com qualquer número de associados, para deliberar sobre o seguinte:

1. Aprovar o Relatório Anual da Diretoria Executiva, a Prestação de Contas e o Balanço Geral do exercício de 2024, e
2. Eleger os membros efetivos e suplentes do Conselho de Conselho Fiscal para o triênio 2025/2028.

A eleição para o Conselho Fiscal será realizada de 28 a 30 de maio de 2025, e o Regulamento sobre o procedimento eleitoral, conforme está previsto no Capítulo V do Art. 29 do Estatuto da ABACE, será tempestivamente divulgado.

Brasília (DF), 10 de abril de 2025.

José Carlos Ferreira
Presidente do Conselho de Administração

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA – SINPEF-DF

O Sindicato dos Profissionais de Educação Física do Distrito Federal – SINPEF-DF, inscrito no CNPJ sob o nº 17.449.506/0001-85, por meio de seu Presidente, convoca todos os seus associados para participarem da Assembleia Geral Extraordinária a ser realizada no dia 09 de maio de 2025, às 14h em 1ª convocação e às 14h30min em 2ª convocação, com qualquer número de presentes, na sede do sindicato, situada no SDS, Ed. Venâncio VI, 2º andar, sala 205, Asa Sul, Brasília-DF.

• Ordem do Dia:
1. Deliberação sobre o encerramento das atividades do sindicato;
2. Apresentação dos balanços financeiros e patrimoniais referentes ao período do mandato até a presente data;
3. Assuntos gerais.

Brasília-DF, 11 de abril de 2025.
Prof. Lázaro de Sousa Barrozo
Presidente – SINPEF-DF

COMANDO DA AERONÁUTICA
GRUPAMENTO DE APOIO DE BRASÍLIA

MINISTÉRIO DA **DEFESA**



AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico nº 90015/2025 - UASG 120006

Nº Processo: 67284005699202411. Objeto: Contratação de serviços contínuos de empresa especializada para prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva nos aparelhos de ar condicionado split, para as instalações dos prédios Sede e Anexo do COMAER e todas as Organizações Militares apoiadas pelo Grupamento De Apoio De Brasília sem o regime de dedicação exclusiva de mão de obra. Total de Itens Licitados: 21. Edital: 14/04/2025 das 09h00 às 17h00. Endereço: Esplanada Dos Ministérios Bloco M - Anexo A Térreo, - BRASÍLIA/DF ou https://www.gov.br/compras/edital/120006-5-90015-2025. Entrega das Propostas: a partir de 14/04/2025 às 09h00 no site www.gov.br/compras. Abertura das Propostas: 30/04/2025 às 10h00 no site www.gov.br/compras.

ADRIANO MAIA RIBEIRO DE AZEVEDO
Ordenador de Despesas do GAP-BR

COMANDO DA AERONÁUTICA
GRUPAMENTO DE APOIO
DE BRASÍLIA

MINISTÉRIO DA **DEFESA**



AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico nº 90.034/GAP-DF/2025

OBJETO: Aquisição de material de marcenaria para atender a necessidade de readequação dos mobiliários dos quartos do Projeto Repousar Belém por meio de Pregão Eletrônico, via Sistema de Registro de Preço. Total de Itens Licitados: 7 itens. Edital: 11/04/2025, a partir das 09h. Endereço: Sitio **www.gov.br/compras/pt-br** Entrega das Propostas: a partir de 11/04/2025 às 09h no Sitio **www.gov.br/compras/pt-br**. Abertura das Propostas: 25/04/2025, às 09h no sitio **www.gov.br/compras/pt-br.**

Maiores informações, telefone (61) 3364-8259.
E-mail: gapdf.licitacoes2@gmail.com

NILO COELHO SARAIVA JÚNIOR Cel Int
Ordenador de Despesas do GAP-DF

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO INTERNA

MINISTÉRIO DA **DEFESA**



PREGÃO ELETRÔNICO N° 90002/2025

PROCESSO: 60585.001449/2024-79 Objeto: **contratação de empresa especializada na prestação dos serviços de bombeiro civil "Brigadista Contra Incêndio"**, conforme Edital e Anexos. Abertura das propostas: 30/04/2025, às 10 horas. Retirada do Edital: a partir da publicação desse aviso, de 2ª a 6ª feira, das 9h30min às 17h30min, no Ministério da Defesa, através do sítio: https://www.gov.br/defesa/pt-br ou por solicitação ao e-mail nupreg@defesa.gov.br.

WALDIR F. DAS N. SILVEIRA Jr.
Ordenador de Despesas

Defensoria Pública do Distrito Federal
Subsecretaria de Administração Geral



AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO n.º 90005/2025 - (UASG: 926314)

Processo: 00401-00005593/2025-53. Objeto: Contratação de empresa para fornecimento de Licenças Adobe, por meio de pregão eletrônico, para atender à demanda da Assessoria de Comunicação – ASCOM, da Comunicação Interna (Gabinete) e da Escola de Assistência Jurídica da Defensoria Pública do Distrito Federal - EASJUR, conforme especificações e condições estabelecidas no termo de referência constante do Anexo I deste Edital. Valor estimado: R$ 59.370,00 (cinquenta e nove mil, trezentos e setenta reais). Critério de julgamento: menor preço por item. Horário e data de abertura do certame: 14h30, do dia 05 de maio de 2025. O Edital poderá ser retirado nos endereços eletrônicos: www.gov.br/compras e http://www.defensoria.df.gov.br/.

DIEGO FERNANDEZ GOMES
Pregoeiro

Eufrázio

Marcelo Chaves

Aponte a câmera do seu celular para o código ao lado



Casamento...

Uma das mais belas cidades do mundo, cheia de simbolismos, Roma, a Cidade Eterna, foi palco de um dos mais belos e emocionantes casamentos da temporada envolvendo personagens de Brasília. A ex-primeira-dama do Distrito Federal e bem-sucedida empresária Karina Curi oficializou a sua união com o advogado paulista Marco Aurélio de Paula Machado. Dois dias de evento festejaram o amor e a união do casal, considerado um dos mais simpáticos e agradáveis da capital federal.

A princípio, quando decidiram se casar na Itália, Marco e Karina pensaram em uma cerimônia seguida de festa intimista, apenas para as famílias e reunindo cerca de 30 pessoas. A ideia prosperou, mas o número de convidados aumentou, passando para 220. O local da cerimônia e recepção foi uma das mais icônicas propriedades de Roma, a Villa Miani, famosa pelos seus belos e bem cuidados jardins, pela beleza de seus salões e pela deslumbrante vista panorâmica para toda a cidade de Roma.

Logo na entrada do complexo, erguido em 1837 pelos condes Miani, os convidados eram recebidos com água saborizada. Na sequência, todos seguiram para o Jardim Secreto, onde foi realizada a cerimônia tendo a vista da cidade de Roma, em especial a do Vaticano, aos pés. A noiva, vestida com uma linda criação do estilista Paulo Araújo e joias Miranda Castro, chegou ao local a bordo de um Bentley conversível branco de colecionador. Ao descer, foi conduzida até o altar pelo filho Henrique, com muita emoção.

A cerimônia começou ao pôr do sol, conduzida com leveza pelo padre Valmor e tendo a presença de todos os convidados que acompanharam com bastante atenção os momentos do casório, em especial o da troca de alianças e o do beijo do casal. A filha de Karina, a estudante Roberta Curi Rosso, fez um aplaudido discurso pouco antes do final da cerimônia sobre o enlace da mãe com o padrasto e as qualidades do noivo, que é considerado por ela e também pelos irmãos um segundo pai.

"Karina me deu três filhas e um filho. Todos maravilhosos. E eu já penso, muitos anos na frente, em contar para os nossos netos e bisnetos essa nossa grande história de amor", disse Marco Aurélio. "Dizer sim nessa cidade tão romântica traduz o sentimento de amor que sinto pelo Marco. Nada mais perfeito do que celebrar nossa união na cidade do amor tendo o Vaticano ao fundo e na presença de tantos amigos e familiares que nos amam e torcem por nós. Viva Roma e o amor!", disse a noiva à coluna.

CELSO JÚNIOR



Os noivos Karina Curi e Marco Aurélio de Paula Machado

CELSO JÚNIOR



Henrique conduziu a mãe até o altar

FOTOS: MARCELO CHAVES/JORNAL DE BRASÍLIA



Luciana e Fabiano Cunha Campos com Claudia Salomão



Bertha Pellegrino, Gláucia Benevides e Janine Brito



Daniely Britto e José Martins



Henrique e o pai Flavinho de Souza



Gustavo Gurgulino e Ana Cristina Dimas de Souza

@colunamarcelochaves
@marcelochavess
@marcelochaves
marcelochaves@grupojbr.com



FOTOS: MARCELO CHAVES/JORNAL DE BRASÍLIA



Caio Caram e Roberta Curi Rosso



Ana Maria Cunha Campos e o marido Rodrigo Martins



Ex-ministro Zequinha Sarney e a esposa Camila



Carolina Pellegrino e Lucília dos Anjos

...na Cidade Eterna

Logo após a cerimônia e a bênção do padre, os convidados, todos elegantemente vestidos de smoking e longos, seguindo o dress code de um típico evento black-tie, seguiram para o jardim superior onde foram recepcionados com um coquetel. No cardápio, inúmeras iguarias com destaque para os camarões. Ao som de um pianista todos puderam apreciar mais um pouco de vista da cidade de Roma e seus últimos raios de sol. Com o anoitecer chegando, do coquetel todos seguiram para outro ambiente já pela noite.

Dessa vez, os mais de 200 convidados foram recebidos no palacete para um sofisticado jantar, com tudo de extremo bom gosto, e ocupando as partes externa e interna do local, que ganhou uma animada pista de dança. Mesas delicadamente postas com pratarias, louças e cristais da melhor qualidade ganharam lindos e requintados arranjos florais. Tudo iluminado por castiçais de cristal com velas e nomeadas cada uma das mesas com regiões conhecidas da Itália

Para afastar o frio, cada mesa ganhou nas proximidades um aquecedor externo. E nos menus dispostos sobre os pratos, detalhes do que foi servido no jantar à francesa, com destaque para delícias da gastronomia italiana. Para refrescar, além de open bar, foram servidos vinhos italianos e champanhe Taittinger. Marco e Karina chegaram ao ambiente do jantar ao som de uma típica música italiana e sendo saudados pelos convidados que levantaram seus guardanapos em movimentos giratórios.

Com cerimonial impecável da brasileira Ketlen Gomes, que conhece a Itália como poucas, a festa chamou a atenção pela beleza e pelo esmero da noiva em todos os detalhes. Um delicioso bolo de mil folhas e ilhas de buffet de sobremesas, adoçaram o paladar de todos que dançaram ao som de DJs. “No pós-covid, com o caos aéreo instalado, tivemos que passar muitos dias em Roma até conseguirmos voltar para o Brasil. Vivemos tão intensamente que não haveria outra cidade no mundo para celebrarmos nossa união”, disse a noiva.

“É a realização do maior sonho da vida: casar-me com a Karina, meu grande amor, na milenar Cidade Eterna, que testemunhou momentos importantes da história ocidental e também testemunhou a coroação do nosso amor”, disse o noivo. Na intenção de presentes, o casal sugeriu uma doação em forma de cestas básicas para instituições de caridade de Brasília. A lua de mel que seria no Egito foi adiada por conta de uma fatalidade em Brasília envolvendo o filho de uma grande amiga dos noivos.

CELSO JÚNIOR



Os padrinhos Claudia e Cláudio Melo com os noivos

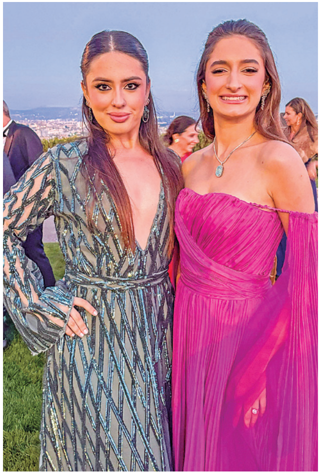




Taciana Crema com Marli e Karine Lima



Deputado Gilvan Máximo entre a filha Sofia e a esposa Miranda Castro



Maria Fernanda Miziara e Lorena Curi Rosso



Isabela Lira, Raquel Portela e Cristina Salaro



Elma Cascão, Virna Smith, Benigna Venâncio, Bia Castelo Branco e Isabela Valença



Vânia Carvalho com a filha Fernanda Adriano e o genro Antonio Venâncio



Flávia Toledo, Renata Foresti e Daniela Kniggendorf

ÀMESA

Por Leonardo Resende
E-mail: jornalista.leonardoresende@gmail.com
Instagram: @colunaamesa
Site: jornaldebrasilia.com.br/blogs-e-colunas/a-mesa



Páscoa

Mais do que ovos e vitrines enfeitadas, a Páscoa é um convite ao reencontro. Com a fé, com os nossos, com a doçura das coisas simples. E a gastronomia, claro, faz parte desse ritual — seja em forma de presente ou de partilha à mesa. Neste guia, reunimos sugestões para todos os gostos: dos clássicos ao autoral, do artesanal ao surpreendente. Tem chocolates, sim — mas também restrições de lugares especiais para um bom almoço pascal. Porque a Páscoa também se celebra com o paladar.

FOTOS: ACERVO PESSOAL

Nube Café

Delicadeza e precisão são marcas do Nube Café, comandado pelas irmãs Joana e **Sofia Peixoto**. Para esta Páscoa, a confeitaria aposta em uma criação que traduz exatamente essa essência: a Torta de Sucrée (*foto*) . Com base crocante de biscoito sucrée, a sobremesa chega em duas versões igualmente irresistíveis — uma com creme de cream cheese, chocolate branco e geleia de frutas vermelhas; e outra com ganache de chocolate meio amargo e doce de leite. Finalizadas com uma placa de chocolate decorada à mão, são escolhas elegantes para adoçar a celebração.

Endereço: CLS 405 Bloco B Loja 30 – Asa Sul, Brasília

Contato: (61) 99885-8481

Instagram: @nubecafe



Luma Confeitaria

Na Páscoa da Luma Confeitaria, o protagonismo é do sabor aliado à delicadeza. Um dos destaques deste ano é o ovo de chocolate ao leite recheado com brigadeiro de pistache e finalizado com crocante de castanhas (*foto*) . A combinação da cremosidade com a textura crocante faz esse lançamento uma experiência cheia de camadas — tanto no paladar quanto no afeto. Uma escolha sofisticada para quem quer sair do óbvio e apostar em sabores marcantes.

Endereço: CLS 403 Bloco B Loja 12 – Asa Sul, Brasília

Contato: (61) 99690-6819

Instagram: @lumaconfeitaria





Meatz

A Páscoa não é apenas sobre ovos e sobremesas tradicionais, a Meatz Burger propõe um twist criativo: o ChocoZ (*foto*), um "hambúrguer" de chocolate feito com pão de cacau, recheio de brownie, cobertura de Nutella e M&M. A criação é assinada por Cirano Ribeiro, sócio fundador da marca, e promete agradar os chocolates de espírito aventureiro. Disponível por tempo limitado nas unidades da rede no Distrito Federal e também via delivery pelo iFood ou app próprio, o sanduíche doce custa a partir de R$ 29,90.

Contato: (61) 99804-7377

Instagram:@meatzburgerbr

Dom Francisco

Tradição e excelência caminham juntas no Dom Francisco, que há mais de três décadas faz parte da memória gastronômica de Brasília. Para o almoço de Páscoa, a casa reforça seu DNA português com pratos emblemáticos como o B acalhau na brasa (*foto*) e o B acalhau à portuguesa , preparado com azeite de qualidade, batatas douradas e generosas lascas de peixe. A experiência é completa com o ambiente acolhedor e o serviço que conhece cada detalhe dos sabores servidos à mesa. O cardápio especial estará disponível nas unidades da 402 Sul e da ASBAC.





Norton

Para um almoço especial de Páscoa, o Norton Restaurante (localizado dentro do Meliá Brasil 21), propõe um almoço de Páscoa em buffet (*foto*) que une sofisticação e variedade. No cardápio, estão opções como a bacalhoada, massas, saladas frescas, carnes e uma seleção caprichada de sobremesas — tudo por R$ 85 + 10% por pessoa. O ambiente contemporâneo e o atendimento gentil fazem do Norton uma escolha segura para quem quer celebrar em família, com conforto e sabor.

Endereço: SHS Quadra 6, Conjunto A, Bloco D, 2º andar – Meliá Brasil 21

Contato: (61) 3218-5550

Instagram: @nortonrestaurante